

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**DISSERTAÇÃO**

**UM OLHAR “POLIOCLAR” SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR  
CAMPONESA: a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento  
Renascer – Canguçu/RS**

**HENRIQUE MÜLLER PRIEBBERNOW**

Pelotas, 2019.

**HENRIQUE MÜLLER PRIEBBERNOW**

**UM OLHAR “POLIOCLAR” SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR**  
**CAMPONESA: a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Renascer –**  
Canguçu/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni

Pelotas, 2019.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

P948o Priebbernow, Henrique Müller

Um olhar "poliocular" sobre a agricultura familiar camponesa : a multifuncionalidade da agricultura no assentamento renascer - Canguçu/RS / Henrique Müller Priebbernow ; Giancarla Salamoni, orientadora. — Pelotas, 2019.

202 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Agricultura familiar camponesa. 2. Multifuncionalidade da agricultura. 3. Assentamento rural. I. Salamoni, Giancarla, orient. II. Título.

CDD : 307.72

HENRIQUE MÜLLER PRIEBBERNOW

**UM OLHAR “POLIOCLAR” SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA:** a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Renascer – Canguçu/RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 19/06/2019.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni – Universidade Federal de Pelotas (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Caetano Costa – Universidade Federal de Pelotas

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Mantelli – Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Rejane Flores (Suplente) – Universidade Federal de Santa Maria

**Dedico este trabalho aos/às agricultores/as familiares camponeses/as do  
Assentamento Renascer – Canguçu/RS.**

## AGRADECIMENTOS

A construção desta pesquisa se deu por muitas mãos. Como o trabalho no campo, alguns prepararam o solo, outros jogaram as sementes, outros, ainda, retiraram os inços, ajudaram a adubar, irrigar e, agora, colhem, comigo, a planta cheia de vida. Valorosamente, agradeço:

- à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni que, com muito comprometimento, paciência e atenção, me orientou e compartilhou comigo os seus conhecimentos sobre a diversidade da agricultura familiar camponesa;

- à minha querida mãe Dorotéria Marlise Müller Priebbernow, pela vida que me deu e por toda a compreensão nos momentos em que precisei me recolher para a escrita deste trabalho;

- à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de estudos neste último ano de curso;

- à banca examinadora, pelas ricas contribuições e pelas críticas dispensadas para o aperfeiçoamento deste trabalho;

- às professoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pelas valiosas trocas de saberes durante o período de curso das disciplinas;

- à minha irmã, meus tios e tias, padrinhos e madrinhas, afilhados e demais familiares que sempre me apoiaram para continuar os meus estudos;

- às colegas do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA), pela companhia e parceria nos momentos de estudos sobre o rural, seus processos e suas dinâmicas, em especial à Ana Drehmer, à Camila Mendonça Limons e à Gabrielly Campos Rosa;

- ao colega Luiz Felipe Wassmansdorf, pela ajuda prestada durante a realização do trabalho de campo, bem como no auxílio técnico para a elaboração dos gráficos, das tabelas e dos mapas utilizados neste trabalho;

- à Prof.<sup>a</sup> Eliane Müller, diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira e ao seu esposo Batista, pela calorosa acolhida quando da realização da pesquisa de campo;

- às minhas amigas Amanda Suchy, Édna Alice Duarte da Rocha, Karen Zurschimitten Quintana e Cléia Pereira Duarte, pela amizade sempre sincera e presença nos momentos tristes e felizes;

- aos meus amigos José Luiz Lourenço Ribeiro, Luiz Flávio dos Santos e Itari Medeiros de Macedo, pela companhia verdadeira nos períodos de alegria e de tensão;

- e, de forma muito especial, aos/às agricultores/as familiares camponeses/as do Assentamento Renascer, por me receberem em seus lotes, onde foram incansáveis ao compartilhar suas trajetórias de luta, de resistência, de vida e de trabalho que corroboraram para que esta pesquisa pudesse ser concretizada.

## **EPÍGRAFE**

*“Marcel Proust dizia: uma verdadeira viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo”. (MORIN, 2014, p.107)*

## RESUMO

PRIEBBERNOW, H. M. **Um olhar “poliocular” sobre a agricultura familiar camponesa: a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Renascer – Canguçu/RS.** 2019. 202p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender a organização espacial da agricultura familiar camponesa, no Assentamento Renascer, localizado no município de Canguçu/RS, sob a perspectiva da multifuncionalidade. A metodologia utilizada para a sua construção partiu, inicialmente, de uma pesquisa bibliográfica em torno da categoria analítica e normativa da agricultura familiar e da noção de multifuncionalidade da agricultura. Posteriormente, foi realizado o trabalho de campo para a coleta das informações primárias e, a partir de um roteiro semiestruturado, foram pesquisadas quinze famílias do Assentamento. Os resultados deste estudo denotam que a agricultura familiar camponesa praticada no âmbito do Assentamento Renascer converge para o cumprimento das funções sociais, econômicas, culturais e ambientais associadas a ela e reiteradas pela ideia da multifuncionalidade. Sendo assim, a reprodução social e econômica das famílias é garantida, sobremaneira, pelas rendas oriundas do trabalho agrícola e, em menor parte, do trabalho não agrícola, das aposentadorias e auxílios do INSS. A segurança alimentar das famílias é assegurada mediante a produção para o autoconsumo realizada por todas as famílias entrevistadas, e contribuem para o consumo da sociedade em geral, por meio da venda para o mercado. A manutenção do tecido social e cultural se dá através da conservação dos hábitos alimentares e das práticas agrícolas herdadas dos antepassados, além da prevalência de ajuda mútua e cooperação entre vizinhos e parentes, bem como no envolvimento dos entrevistados com a religião e na participação dos mesmos em associações, cooperativas e sindicatos. Por fim, há, nos lotes pesquisados, práticas de conservação dos recursos naturais e de preservação da paisagem rural. Esses elementos, relacionados entre si, convergem para a valorização e fortalecimento da categoria social da agricultura familiar no mundo rural contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar Camponesa; Multifuncionalidade da Agricultura; Assentamento Rural.

## ABSTRACT

PRIEBBERNOW, H. M. **A "polyocular" view at peasant family-based farming: the multifunctionality of agriculture in the Renascer Settlement - Canguçu/RS.** 2019. 202p. Dissertation (Master in Geography) - Postgraduate Program in Geography, Human Science Institute, Federal University of Pelotas, Brazil, 2019.

This research aims at understanding the spatial organization of the peasant family-based farming in the Renascer Settlement, in Canguçu, Rio Grande do Sul, Brazil, from the perspective of multifunctionality. This work started with a bibliographical research about the analytical and normative category of family-based farming and the notion of multifunctionality of agriculture. Subsequently, fieldwork was performed in order to collect primary information and, from a semi-structured script, fifteen settlement families were surveyed. The results of this study show that the peasant family-based farming practiced within the Renascer Settlement converges to fulfill the social, economic, cultural and environmental functions associated to it and reinforced by the idea of multifunctionality. Thus, the social and economic reproduction of families is mainly guaranteed by the income from agricultural work and, in a lesser extent, from non-agricultural work, pensions and financial aid from the Brazilian social security system. Household food security is ensured by the self-consumption production from all the interviewed households, and contributes to the consumption of society in general by selling part of their production to the market. The maintenance of the social and cultural fabric occurs through the preservation of ancestral eating habits and farming practices, as well as the prevalence of mutual help and cooperation between neighbors and relatives, and the involvement of the interviewed families with religion and their participation in associations, cooperatives and unions. Finally, in the lots surveyed, there are practices of conservation of natural resources and preservation of the rural landscape. These elements, related to each other, converge to the valorization and strengthening of the social category of family-based farming in the contemporary rural world.

**KEYWORDS:** Peasant Family-based Farming; Multifunctionality of Agriculture; Rural settlement.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Localização do Assentamento Renascer no município de Canguçu .	25
<b>Figura 2:</b>	Disposição dos lotes familiares do Assentamento Renascer .....	26
<b>Figura 3:</b>	Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos .....	39
<b>Figura 4:</b>	Mapa de localização da origem das famílias entrevistadas do Assentamento Renascer .....	100
<b>Figura 5:</b>	Número de famílias com empregados de forma permanente ou temporária nos lotes pesquisados .....	111
<b>Figura 6:</b>	Quantidade de aposentados no âmbito das famílias entrevistadas ..	112
<b>Figura 7:</b>	Formas de aquisição do lote familiar.....	113
<b>Figura 8:</b>	Tipos de produtos e destino nos lotes pesquisados .....	115
<b>Figura 9:</b>	Produção destinada ao mercado .....	118
<b>Figura 10:</b>	Produtos cultivados para o autoconsumo .....	120
<b>Figura 11:</b>	Tipos de rebanhos existentes nos lotes familiares pesquisados .....	121
<b>Figura 12:</b>	Criação de animais para o autoconsumo .....	123
<b>Figura 13:</b>	Técnicas utilizadas na produção realizada nos lotes pesquisados ..	125
<b>Figura 14:</b>	Carroça puxada a cavalo utilizada no lote familiar .....	126
<b>Figura 15:</b>	Trator utilizado no lote familiar .....	126
<b>Figura 16:</b>	Quantidade de famílias que possuem áreas de mata nativa nos lotes pesquisados .....	129
<b>Figura 17:</b>	Remanescente de mata nativa .....	129
<b>Figura 18:</b>	Utilização de crédito rural nos lotes familiares pesquisados .....	130
<b>Figura 19:</b>	Produção voltada para o autoconsumo nos lotes familiares .....	140

<b>Figura 20:</b>	Fabricação doméstica de queijo nos lotes familiares pesquisados .	149
<b>Figura 21:</b>	Cultivo de hortigranjeiros para o consumo no lote familiar .....	154
<b>Figura 22:</b>	Produtos cultivados na horta para consumo no lote familiar .....	154
<b>Figura 23:</b>	Práticas agrícolas usadas nos locais de origem das famílias entrevistadas .....	158
<b>Figura 24:</b>	Dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira .....	170
<b>Figura 25:</b>	Instalações da Casa do Mel no Assentamento Renascer .....	172
<b>Figura 26:</b>	Mata nativa no Assentamento Renascer .....	175
<b>Figura 27:</b>	Técnicas utilizadas para a preservação da paisagem rural no Assentamento Renascer .....	178

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Composição etária das famílias a partir do gênero .....	105
<b>Quadro 2:</b>	Grau de Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas ....	106
<b>Quadro 3:</b>	Quantidade de pessoas que trabalham no lote familiar .....	108
<b>Quadro 4:</b>	Tamanho dos lotes das famílias entrevistadas.....	114
<b>Quadro 5:</b>	Ordem de importância dos produtos agrícolas na formação da renda familiar .....	116
<b>Quadro 6:</b>	Origem da renda das famílias entrevistadas .....	133
<b>Quadro 7:</b>	Trabalho não agrícola entre as famílias entrevistadas .....	135
<b>Quadro 8:</b>	Produtos presentes nos lotes para o autoconsumo das famílias .....	138
<b>Quadro 9:</b>	Local de aquisição e os produtos que não são produzidos nos lotes familiares pesquisados .....	142
<b>Quadro 10:</b>	Produtos comercializados e os destinos das vendas .....	144
<b>Quadro 11:</b>	Hábitos alimentares das famílias entrevistadas .....	148
<b>Quadro 12:</b>	Mudanças nos hábitos alimentares das famílias entrevistadas .....	151
<b>Quadro 13:</b>	Práticas culturais herdadas dos antepassados e preservadas pelas famílias entrevistadas .....	153
<b>Quadro 14:</b>	Práticas agrícolas usadas no local de origem das famílias entrevistadas .....	157
<b>Quadro 15:</b>	Famílias entrevistadas que participam de atividades culturais e recreativas .....	160
<b>Quadro 16:</b>	As relações com a religiosidade entre as famílias entrevistadas .....	162

<b>Quadro 17:</b> Participação das famílias entrevistadas em cooperativas, associações sindicatos .....	164
<b>Quadro 18:</b> Ajuda mútua, troca ou cooperação entre parentes e vizinhos nas famílias entrevistadas .....	167
<b>Quadro 19:</b> Patrimônios culturais e materiais no Assentamento Renascer .....	169
<b>Quadro 20:</b> Áreas de mata nativa e as práticas de conservação empregadas pelas famílias entrevistadas .....	174
<b>Quadro 21:</b> Principais técnicas empregadas pelas famílias entrevistadas para a preservação da paisagem rural .....	177

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAF	Associação Canguçuense Agropecuária Familiar
ADAC	Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã
APP	Área de Preservação Permanente
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Circuitos Curtos
CIENA	Ciranda Estudantil Nativista
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPAR	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CRESOL	Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CTE	Contratos Territoriais por Estabelecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
HÁ	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LEAA	Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
LOA	Lei de Orientação Agrícola
MFA	Multifuncionalidade da Agricultura

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
SICREDI	Sistema de Crédito Rotativo
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 Problema de Pesquisa .....	19
1.2 Justificativa .....	22
1.3 Objetivos .....	24
1.3.1 GERAL.....	24
1.3.2 ESPECÍFICOS.....	24
1.4 O Recorte Espacial: o Assentamento Renascer .....	24
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: os caminhos da pesquisa.....</b>	<b>30</b>
2.1 O enfoque da pesquisa qualitativa: algumas considerações .....	30
2.2 Estudo de caso: a busca pela compreensão de uma realidade específica .....	31
2.3 Trabalho de campo: reflexões preliminares.....	35
2.3.1 O TRABALHO DE CAMPO NO "CASO" DO ASSENTAMENTO RENASCER: a perspectiva dos sistemas agrários .....	37
2.4 As entrevistas: conhecendo a realidade empírica.....	41
2.5 Processo de amostragem: definindo os sujeitos do estudo .....	43
<b>3 ABORDAGEM ANALÍTICA E NORMATIVA ACERCA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>45</b>
3.1 Campesinato: uma abordagem em torno das dinâmicas sociais e econômicas ...	45
3.2 A agricultura familiar sob a ótica analítica.....	53
3.3 A agricultura familiar sob a ótica normativa .....	60
<b>4 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: uma abordagem multidimensional.....</b>	<b>67</b>
4.1 Origens do conceito de multifuncionalidade .....	68
4.2 O desenvolvimento da noção de multifuncionalidade da agricultura .....	70
4.2.1 REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS.....	76
4.2.2 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS RURAIS E DA SOCIEDADE .....	80
4.2.3 MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL .....	85
4.2.4 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL.....	89
<b>5 A MULTIFUNCIONALIDADE NOS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES: um estudo no Assentamento Renascer – Canguçu/RS .....</b>	<b>93</b>
5.1 Os processos migratórios camponeses pelo território brasileiro.....	93

<b>5.2 Descortinando o passado: os “antecedentes” das famílias do Assentamento Renascer.....</b>	<b>97</b>
<b>5.3 Caracterização dos lotes familiares a partir dos sistemas da agricultura .....</b>	<b>103</b>
5.3.1 O SISTEMA SOCIAL.....	104
5.3.2 O SISTEMA PRODUTIVO .....	114
5.3.3 O SISTEMA TÉCNICO.....	124
<b>5.4 A multifuncionalidade da agricultura familiar no Assentamento Renascer .....</b>	<b>131</b>
5.4.1 REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS.....	131
5.4.2 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS RURAIS E DA SOCIEDADE.....	136
5.4.3 MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL .....	147
5.4.4 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL.....	172
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura enquanto uma prática milenar exercida pelas sociedades humanas, no tempo e no espaço, desempenha várias funções ao longo do processo civilizatório. Partindo da diversidade espacial como a característica principal da agricultura, temos, ao longo da história, o rural organizado distintamente em contextos regionais, atrelando, assim, sistemas agrários<sup>1</sup> à áreas específicas. Constata-se, também, a diversificação de funções em diferentes contextos sociais e econômicos, fruto de combinações de agricultores e agriculturas.

Essa realidade, produto das dinâmicas socioprodutivas do espaço rural, pode ser compreendida a partir da noção de multifuncionalidade<sup>2</sup>. A diferenciação de atividades nas unidades de produção agropecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo” no contexto da multifuncionalidade.

Por sua vez, a agricultura familiar<sup>3</sup>, desenvolvida em pequenas unidades de produção, é marcada pela sua função clássica de abastecer as necessidades alimentares de uma parcela significativa da população brasileira e influi, diretamente, na soma do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A sua legitimidade também é acentuada quando, no campo brasileiro, a maior parte das pessoas empregadas, está a ela vinculada. Assim, as propriedades de caráter familiar permanecem no rural, buscando, continuamente, alternativas para sua reprodução social e econômica. É aí, pois, que a presente pesquisa se insere, ao se propor a analisar o modo como a agricultura familiar camponesa<sup>4</sup> praticada em assentamento

---

<sup>1</sup> Conforme Miguel, Mazoyer e Roudart (2009), a emergência do conceito de sistemas agrários é uma tentativa de representar teoricamente a agricultura como o produto das relações territorialmente entabuladas em um momento histórico específico, considerando as relações estabelecidas no interior desse território, bem como, a forma como a população se relaciona com o exterior.

<sup>2</sup> Quando Carneiro e Maluf (2003) apontam que esta noção de multifuncionalidade [...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. [...] (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

<sup>3</sup> A agricultura familiar “[...] constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país” (BRASIL, 2017).

<sup>4</sup> “Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa – expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o

de reforma agrária desempenha as funções que vão além do caráter comercial atrelado a esta categoria social.

Este estudo, por sua vez, encontra-se ancorado em dois projetos de pesquisa de maior abrangência, denominados “MULTIFUNCIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR: abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS e SP” e “DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, ambos desenvolvidos no âmbito da agenda de pesquisas do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

### **1.1 Problema de Pesquisa**

No bojo das discussões envolvendo a questão da agricultura no Brasil, é notório que o país ainda tem na concentração da propriedade da terra, um dos principais dilemas a ser enfrentado na construção de um pensamento direcionado à valorização das várias funções que esta prática possui. Assim, no século passado, adentra no país um fenômeno que buscava, ao mesmo tempo, modernizar e desenvolver a agricultura brasileira, chamado de Revolução Verde.

Logo, a partir dos anos 1960 e 1970,

[...] a agricultura brasileira passou por uma intensa transformação no processo que ficou conhecido como modernização conservadora. Em linhas gerais, esta modernização consistiu em incorporar à agricultura, por meio do apoio estatal, práticas agroquímicas e motomecânicas de produção, de modo que o setor agrícola se integrasse cada vez mais, a jusante e a montante, com o setor industrial. (COSTA; GAVIOLI, 2011, p. 450)

A consolidação da “modernização conservadora” trouxe para o país, entre várias consequências, a degradação ambiental e a marginalização cada vez maior dos agricultores familiares, historicamente aliados do processo de distribuição das terras, que viviam no campo brasileiro naquele período. A partir disso, não demorou

---

autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar” (RIBEIRO; SALAMONI, 2011, p. 215).

muito tempo para que surgissem as críticas a este modelo de agricultura, “[...] a partir dos anos 1980 e 1990, quando a ideia de sustentabilidade emerge no cenário mundial e ganha corpo nas pautas da mídia, da academia e da política” (COSTA; GAVIOLI, 2011, p. 450).

Neste cenário, repleto de contradições e jogos de interesses, é que o papel da agricultura passa a ser ressignificado, ao ser incluídas as dimensões socioculturais e ambientais associadas a ela. Ainda que, contraditoriamente, isto corrobora para a emergência de outra ruralidade (WANDERLEY, 2000), buscando valorizar a agricultura para além do seu papel produtivo e meramente economicista.

Dentro desta linha de pensamento, traz-se à tona a noção de multifuncionalidade<sup>5</sup> da agricultura familiar, que passou a ser inscrita na agenda da sociedade civil e institucionalizada por alguns Estados a partir da década de 1990. Tal ideia implica em perceber a agricultura familiar em sua completa dinamicidade, não rompendo, mas indo adiante de seu caráter comercial, o que também significa dizer que o rural não é, pura e simplesmente, um lugar de acumulação e reprodução da lógica capitalista de produção.

Esta proposição permite entender que:

A noção de multifuncionalidade da agricultura é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil, a promoção da multifuncionalidade da agricultura tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos. (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 48-49)

O enfoque das múltiplas funções da agricultura familiar é visto como uma forma de aferir outras atribuições ao uso e a ocupação do espaço rural, que legitima a existência de relações não somente econômicas e que, além disso, assegure a reprodução social das famílias rurais, a conservação dos recursos naturais e a segurança alimentar das famílias dos agricultores e da sociedade em geral. Este fato, corroborado com as palavras de Costa e Gavioli (2011, p. 454), também permite entender que,

---

<sup>5</sup> “O conceito de multifuncionalidade da agricultura apareceu pela primeira vez na agenda internacional com a Declaração do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92)” (SABOURIN, 2005, p. 161).

[...] a adoção deste enfoque não significa o descarte dos estímulos à produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica – ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontram as famílias rurais.

Uma das funções da agricultura familiar a partir da perspectiva da multifuncionalidade é a *reprodução social e econômica das famílias*, a qual opera na “[...] geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais se manter no campo” (CANDIOTTO, 2009, p. 12). Deste modo, a geração de renda e trabalho atua como forma dos grupos familiares garantirem as condições materiais para a reprodução de suas existências por meio da agricultura que praticam nos diversos contextos geográficos em que estão inseridos.

Outra função da agricultura familiar, a partir da abordagem multifuncional, é a *segurança alimentar das famílias rurais e do conjunto da sociedade*. Nesta lógica, destaca-se que “a promoção da segurança alimentar é vista pelos pesquisadores como o principal papel da agricultura para a sociedade, sendo um bem público, junto com a biodiversidade, paisagem rural e herança cultural” (CANDIOTTO, 2009, p. 12).

A terceira função da agricultura familiar, decorrente das citadas anteriormente, é a *manutenção do tecido social e cultural* dos grupos sociais que a praticam. Esta função reafirma o papel dos laços familiares e de parentesco, característico dos agricultores familiares camponeses e reforça formas de sociabilidade entre os sujeitos que vivem e trabalham no campo como garantia de conservar a identidade cultural destas pessoas, isso porque, “[...] a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade e condição de inserção social das famílias rurais brasileiras [...]” (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 50).

Por conseguinte, a quarta função da agricultura familiar aponta para a *conservação dos recursos naturais e da paisagem rural*. A partir dela é possível observar se as práticas agrícolas empregadas pelos agricultores familiares camponeses contribuem para preservar os recursos naturais disponíveis nos agroecossistemas. E, também, examinar a preservação da própria paisagem rural, tendo em vista que, muitas vezes, existem conflitos entre a prática da agricultura e os aspectos relativos à legislação ambiental (CAZELLA *et al.*, 2009).

É neste contexto, então, que se insere a problemática da investigação em tela. Desta forma, a partir da teorização realizada em torno da temática da agricultura familiar, nos marcos analítico e normativo, e da multifuncionalidade da agricultura<sup>6</sup>, apresenta-se o problema de pesquisa: *como a agricultura praticada no Assentamento Renascer, no município de Canguçu-RS, desempenha as funções de cunho social, ambiental, cultural e econômico, indo além do caráter produtivista e tecnicista?*

## 1.2 Justificativa

Entende-se que a noção teórico-analítica da multifuncionalidade pode ser utilizada para operacionalizar o entendimento das funções históricas desempenhadas pela agricultura familiar, além da dimensão meramente econômica. Além disso, é imprescindível ressaltar o protagonismo do trabalho familiar na agricultura como constituinte de uma função social específica no seio da sociedade moderna.

O exame preliminar, demonstrado pelos resultados de pesquisas já realizadas no recorte geográfico da Serra do Sudeste, onde se localiza a Serra dos Tapes e, mais especificamente, o município de Canguçu/RS, tem revelado a diversidade de dinâmicas espaciais presentes no contexto da agricultura familiar. Historicamente, vem constituindo um espaço que combina a produção para o autoconsumo das famílias rurais com a produção semiespecializada<sup>7</sup> para o mercado. Assim, podem-se identificar estratégias de produção e reprodução no espaço mediadas pelos condicionantes físicos/naturais e pelas práticas socioculturais dos agricultores familiares, desencadeando processos produtivos

---

<sup>6</sup> “A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. [...] Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagem) e pela qualidade dos alimentos” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

<sup>7</sup> O termo semiespecializada se refere tanto ao caráter da alternatividade, ou seja, os produtos que se destinam ao autoconsumo e também são comercializados quanto àqueles que se destinam exclusivamente ao mercado, como, por exemplo, o cultivo da soja (DINIZ, 1984).

relacionados tanto a agroecologia até a integração com os complexos agroindustriais (fumo, aves, suínos, leite, entre outros).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural baseado em políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar pode fomentar a implantação de atividades não agrícolas e agrícolas diferenciadas, constituindo-se alternativas de trabalho e de renda para as famílias agricultoras do município e viabilizando sua permanência nas propriedades.

Outrossim, ressalta-se que buscar a análise da agricultura praticada pelas famílias do Assentamento Renascer floresce para que outras funções históricas da mesma, numa perspectiva marcadamente multifuncional, sejam passíveis de valorização. O que nos faz concordar com Wanderley (2003, p. 14) ao dizer que “a legitimação da concepção de multifuncionalidade da agricultura poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade”.

O desenvolvimento da pesquisa resultou em uma caracterização dos potenciais multifuncionais das unidades produtoras familiares, que poderá fornecer subsídios para a implantação de políticas e projetos públicos. Além disso, se propõe a avançar teoricamente na perspectiva geográfica, verificando se a noção interdisciplinar da multifuncionalidade pode contribuir nas análises do espaço rural, tendo em vista a gestão do território, em diferentes contextos histórico-espaciais.

Diante disso, justifica-se a relevância do tema ao reconhecer que o potencial multifuncional das propriedades rurais familiares é o primeiro passo para planejar e implementar o desenvolvimento rural, quer pela ação individual ou comunitária, quer como objeto de políticas públicas. Como enfatiza Schneider (2016, p. XIV), “para além das razões práticas e políticas, há interesses de ordem teórica para continuar investindo esforços no estudo dos camponeses, seu modo de ser e seu futuro”

### 1.3 Objetivos

#### 1.3.1 GERAL

- Compreender a organização espacial da agricultura familiar camponesa, no Assentamento Renascer, sob a perspectiva da multifuncionalidade.

#### 1.3.2 ESPECÍFICOS

- Caracterizar os sistemas agrários, a partir dos sistemas social, técnico e produtivo, presentes no Assentamento Renascer.
- Analisar como a agricultura desenvolvida no Assentamento Renascer contribui para a reprodução socioeconômica das famílias que nele moram.
- Verificar se a produção agrícola das famílias assentadas está voltada para a garantia e a promoção da segurança alimentar das mesmas.
- Averiguar as práticas agrícolas dos sujeitos assentados como possibilidade de manutenção do tecido social e cultural do Assentamento Renascer.
- Identificar, por meio das práticas agrícolas empregadas pelos agricultores familiares camponeses, as possibilidades e restrições para a conservação dos recursos naturais e da paisagem rural do próprio assentamento.

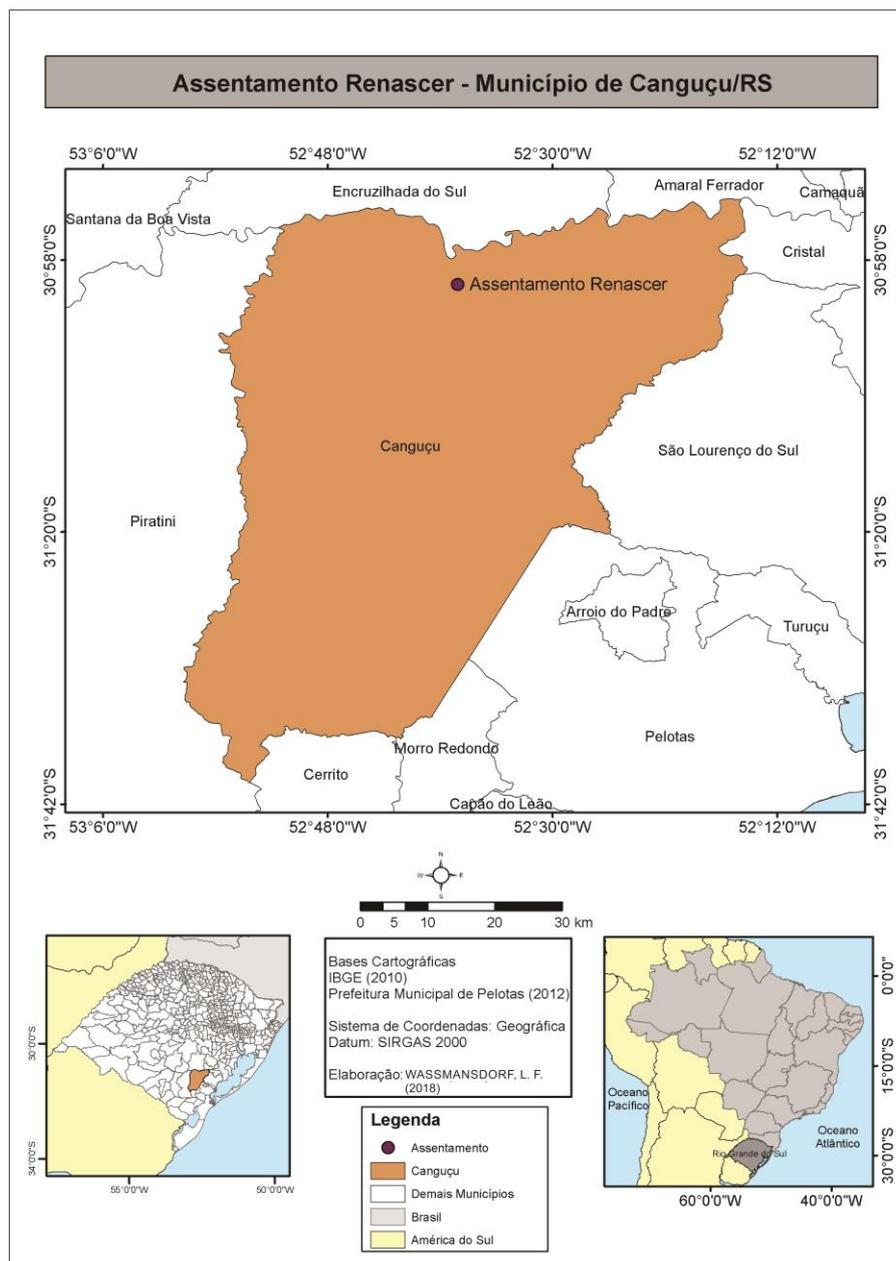
### 1.4 O Recorte Espacial: o Assentamento Renascer

O Assentamento Renascer está situado na localidade do Pantanoso, 2º distrito do município de Canguçu<sup>8</sup>, este que forma, juntamente com a Serra do Herval e a Encosta do Sudeste, a região fisiográfica chamada de Serra do Sudeste (PRIEBBERNOW, 2015). A localização geográfica do referido Assentamento pode ser observada na Figura 1.

---

<sup>8</sup> Conforme os dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012 o referido município possuía 53.259 habitantes, sendo, deste total, 33.565 residentes na área rural e, 19.694, na área urbana.

Figura 1 – Localização do Assentamento Renascer no município de Canguçu

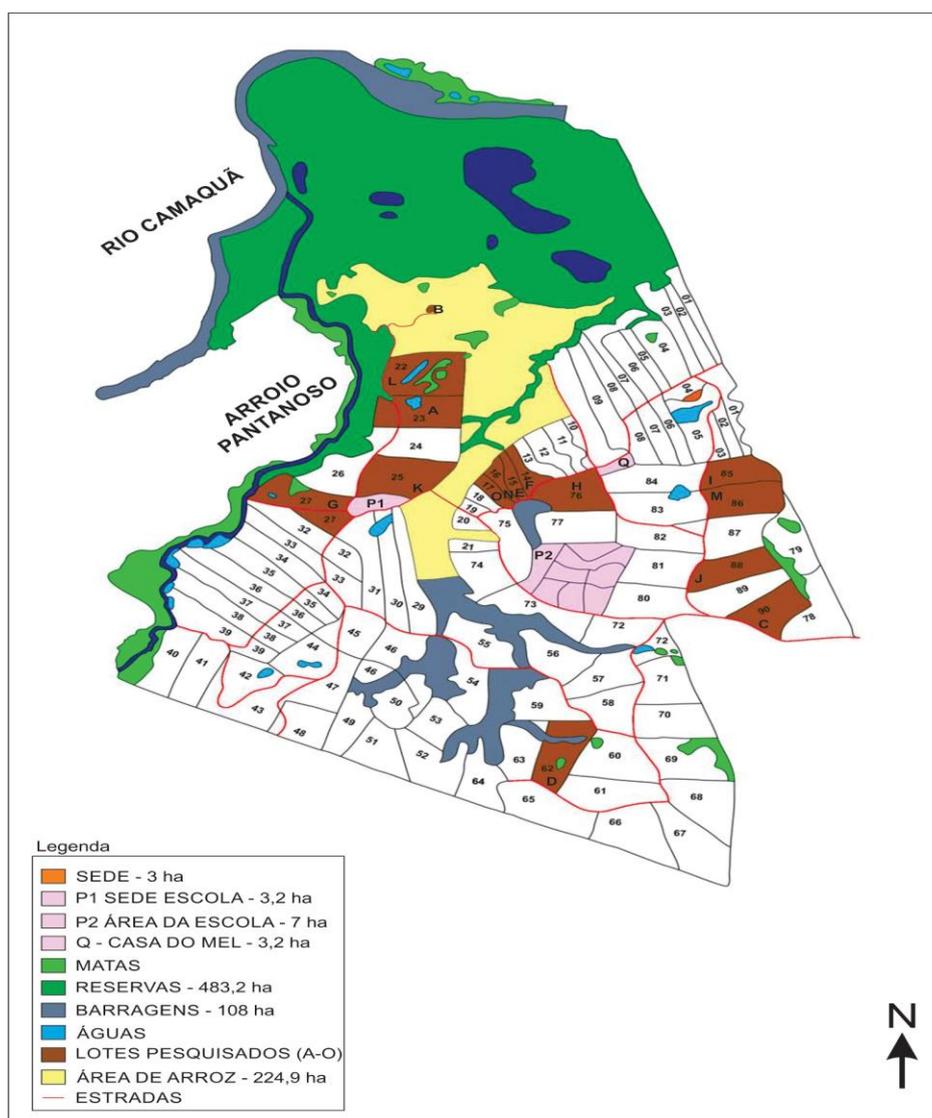


Fonte: Elaborado por WASSMANSDORF, L. F., 2018.

De acordo com a EMATER (s.d, p. 6), a maioria das famílias do Assentamento Renascer “[...] é proveniente do Planalto, Noroeste, Alto Uruguai e Depressão Central do Rio Grande do Sul, algumas também são oriundas da Região Metropolitana”. O que evidencia que o lugar de origem dos sujeitos que hoje moram e trabalham neste Assentamento não são as Serras de Sudeste, onde o município de Canguçu está inserido.

Por sua vez, “o Assentamento Renascer é constituído por noventa cadastrantes, isto é, noventa famílias, aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra)” (SOUZA, 2009, p. 87). Na Figura 2 é possível visualizar a disposição dos noventa lotes familiares que conformam o Assentamento.

Figura 2 - Disposição dos lotes familiares do Assentamento Renascer



Fonte: Elaborado por WASSMANSDORF, L. F., 2019.

A posse da terra pelas famílias assentadas não surgiu de um processo fácil. Assim, para que as 3.300 hectares da fazenda<sup>9</sup> fossem desapropriadas (SOUZA, 2009), a pressão e a mobilização sempre se fizeram presentes entre as famílias integrantes do MST. Movimento este que tem, na ocupação de latifúndios improdutivos, a denúncia das disparidades sociais existentes no campo brasileiro. Neste contexto, cabe mencionar que, a despeito de como era a organização no acampamento, as famílias

[...] estavam hierarquicamente organizadas da seguinte forma: num primeiro nível tem-se a direção e a coordenação do assentamento escolhida com a participação de todos, num segundo nível tem-se as equipes relacionadas a infraestrutura, barracas, higiene, educação, sonorização, saúde, lenha, segurança, esporte e religião. Tem-se também os núcleos formados por afinidade os quais também possuem suas representantes. (EMATER, s.d, p. 7)

É possível observar que a organização é parte premente do papel desempenhado pelas famílias no contexto das lutas pelo direito a terra. Ainda, neste sentido, é importante dar relevo às atividades que as famílias realizavam antes de serem assentadas, na forma de meeiros, parceiros ou empregados assalariados na agricultura, ou em atividades diretamente ligadas ao espaço urbano, tais como na indústria de calçados e de metalurgia (EMATER, s.d).

Segundo EMATER (s.d, p. 8), “a chegada e ocupação do P.A. Renascer deu-se a partir do mês de dezembro de 1999 estendendo-se até o mês de maio de 2000”. Deixando claro que o referido assentamento possui mais de uma década de existência e resistência, o que dá margem para afirmar que o seu protagonismo pode servir de exemplo para as demais organizações camponesas em torno da questão da conquista da terra.

Com o objetivo de cumprir o direito à educação formal das crianças e dos jovens do Assentamento Renascer, o mesmo conta com uma escola<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> A fazenda pertencia à família PECCIN e, ao final dos anos 1990 e início dos 2000, no governo de Olívio Dutra, a mesma foi comprada e, posteriormente, desapropriada para assentar as famílias do Renascer.

<sup>10</sup> “Registrado no livro da história da Escola, encontramos um pequeno resgate da organização do povo para que tivessem uma escola voltada para a realidade que começava a nascer ali no 2º distrito e que, além disso, respeitasse os símbolos, as místicas, as músicas e a ideologia do próprio movimento. A escola que se instalara ali sob a administração municipal desconsiderava os valores e a cultura dos assentados. Foi assim que algumas lideranças do local buscaram, junto à 5ª CRE, acordos para que o Estado assumisse a manutenção da escola” (SOUZA, 2009, p. 84).

[...] de ensino fundamental na sede do P.A., no entanto esta dispõe de infraestrutura deficiente para ao atendimento das necessidades dos alunos. As principais dificuldades relacionam-se ao espaço físico, falta de água, deficiente energia elétrica, além das distâncias percorridas diariamente pelos alunos. Outro problema é o deslocamento da equipe de professores e serviços que percorrem aproximadamente uma distância de 60km diariamente. (EMATER, s.d, p. 10)

Destarte, o Assentamento Renascer conta com uma escola de Ensino Fundamental, situada em sua própria sede, e embora a instituição enfrente grandes dificuldades no tocante à infraestrutura, ela representa uma importante iniciativa na constituição da educação formal das crianças e jovens assentados. Sem deixar de lado o papel que a escola possui no que diz respeito à manutenção da identidade cultural do Assentamento.

Outra questão a ser levantada na discussão aqui proposta gira em torno dos sistemas de produção e das matrizes produtivas utilizadas pelas famílias assentadas. Desta forma, “as linhas de produção desenvolvidas no assentamento estão basicamente relacionadas a produção de subsistência e ao autoconsumo, portanto, somente os excedentes são comercializados entrando no jogo do mercado e do capital” (EMATER, s.d, p. 11).

Cabe ressaltar que, no Assentamento Renascer, há a “[...] predominância da utilização da mão de obra individual e familiar e eventual uso do sistema de mutirão para as atividades mais exigentes como colheitas” (EMATER, s.d, p.11). Realçando, assim, a importância do trabalho coletivo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à questão produtiva, constando que esta é realizada em propriedades que não ultrapassam os 30 hectares, ganhando destaque o cultivo de diversas culturas. Neste sentido, a produção realizada no Assentamento Renascer visa atender as necessidades das próprias famílias assentadas, isto é, a produção volta-se para o autoconsumo, mas, também, há a comercialização da produção agrícola para fora dos limites do mesmo. Reforçando, assim, a utilização da mão de obra familiar e a prevalência da organização coletiva no contexto das atividades produtivas internas ao assentamento.

Diante do exposto, ressalta-se que a dissertação se encontra estruturada em cinco capítulos. Deste modo, no primeiro deles, é apresentado o problema que

norteia a presente pesquisa, bem como, a justificativa, os seus objetivos e a caracterização do contexto empírico onde ela foi realizada, ou seja, o Assentamento Renascer. O segundo capítulo versa a respeito dos procedimentos metodológicos adotados para a realização da mesma, juntamente com o referencial teórico atinente às técnicas e aos métodos utilizados. O terceiro capítulo, por sua vez, compreende a revisão bibliográfica em torno da categoria da agricultura familiar, a partir da ótica analítica e normativa, respectivamente. Já o quarto capítulo trata da teorização em torno das múltiplas funções da agricultura familiar. Por fim, no quinto capítulo, são analisados e discutidos os resultados da pesquisa, à luz dos referenciais teóricos adotados no trabalho.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: os caminhos da pesquisa

*“É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento complexo, no sentido originário do termo complexus: o que é tecido em conjunto”. (MORIN, 2014, p.89)*

Os procedimentos metodológicos se referem ao caminho percorrido pelo pesquisador na condução e estruturação de sua pesquisa. Em consonância, o método pode ser definido como sendo “um conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (ALVES, 2010, p. 24). E, por sua vez, a metodologia “[...] é mais uma preocupação instrumental, que trata dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos” (FRANZ, 2016, p. 31).

Em complementaridade com o que foi mencionado acima, é salutar lembrar que:

As fronteiras entre os métodos não são rígidas e existem sobreposições entre os mesmos, não sendo necessariamente excludente o uso de mais de um método ao longo do processo de investigação da realidade. Existe uma concepção errônea de que os métodos de pesquisa devem ser dispostos hierarquicamente, no momento em que cada método de pesquisa pode ser usado para as três finalidades da pesquisa: exploratória, descritiva e explanatória. (FRANZ, 2016, p. 30)

Assim, a seguir, serão descritos os procedimentos referentes à metodologia adotada para a compreensão dos processos e das dinâmicas no contexto da realidade empírica do presente estudo, isto é, do Assentamento Renascer.

### 2.1 O enfoque da pesquisa qualitativa: algumas considerações

Esta pesquisa encontra-se fundada a partir de uma perspectiva de cunho qualitativo. Neste sentido, este tipo de abordagem,

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1999, p. 21-2)

Se, portanto, a pesquisa qualitativa parte sempre de um universo dinâmico, vivo e recheado de relações, ela tem,

[...] como identidade, o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 25)

Em sentido prático, a identidade da pesquisa qualitativa encontra-se no esforço de reconhecer a dinamicidade posta entre o objeto (que é estudado) e o sujeito (que estuda). A realidade, pois, é múltipla e oferece ao sujeito inúmeras formas de apreender aquilo que nela existe, o que sinaliza para o prevalecimento de conflitos inerentes a ela própria.

A busca para o entendimento da realidade empírica em questão está ancorada a partir da observação da agricultura familiar praticada pelas famílias do Assentamento Renascer, à luz da perspectiva das múltiplas funções vinculadas a ela. Neste sentido, a interpretação, que pressupõe destaque importante para a subjetividade em pesquisas de cunho qualitativo, ganha relevo, visto que é ela que permitiu captar as particularidades dos fenômenos lá desencadeados.

Deste modo, os estudos desenvolvidos levando em consideração a abordagem em âmbito qualitativo “[...] estão mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados, tendo o ambiente natural como fonte direta dos dados, e grande destaque é dado à interpretação do significado das ações sociais” (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p. 25). Mostrando, outra vez, a pertinência da interpretação no que concerne ao conteúdo das ações sociais.

## **2.2 Estudo de caso: a busca pela compreensão de uma realidade específica**

O estudo de caso é uma possibilidade metodológica quando o pesquisador objetiva conhecer melhor uma dada realidade, ou, em outras palavras, um caso específico. Torna-se, assim, importante mencionar que a recorrência ao estudo de caso ocorre quando há a necessidade de explorar mais detalhadamente um contexto bastante específico.

De tal forma,

Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. [...] o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real [...]. (YIN, 2010, p. 24)

É profícuo destacar que, quando do uso do estudo de caso na produção do conhecimento, para que este não perca o rigor científico que lhe deve ser inerente, se faz necessária a elaboração de um referencial teórico consistente e a existência de um planejamento bastante preciso acerca da coleta dos dados para sua posterior interpretação. Campos (2012), na tentativa de elucidar o que é um estudo de caso, assinala que o mesmo pode ser entendido como sendo:

[...] uma investigação empírica que se ocupa de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real em que esses ocorrem, é suportado por uma plataforma teórica e busca apreender a totalidade de uma situação – normalmente complexa, que envolve diversas dimensões – e que requer, em face disso, profundidade e coleta de múltiplos dados e evidências para o encaminhamento de conclusões ou para construir uma teoria que o explique. (CAMPOS, 2012, p. 166)

A centralidade do estudo de caso se encontra na tentativa de construir uma explicação totalizadora sobre uma dada realidade empírica, a qual tende a apresentar inúmeras dimensões. O investigador que a ele recorre operacionaliza com fenômenos modernos, sobrepostos em variadas interfaces e atrelados a um contexto carregado de vivências, significados e contradições.

Ressalta-se, deste modo, que:

O estudo de caso é preferido no exame de eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. O estudo de caso conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas no evento. Novamente, [...] a força exclusiva do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações [...]. (YIN, 2010, p. 32)

Tão logo é acentuado o caráter contemporâneo do estudo de caso, mostrando que a sua utilização demarca certa historicidade quando da escolha do método empregado na pesquisa. Com efeito, este método apresenta diversas técnicas, conforme acima sublinhado, porém, duas delas são bastante específicas, a saber: a observação diretamente relacionada à empiria, bem como o uso de entrevistas com os indivíduos envolvidos no local pesquisado.

Isto posto, vale acrescentar que o estudo de caso é uma situação dotada de complexidade (ALVES-MAZZOTTI, 2006) e, para tal, requer a seleção de critérios bastante delineados no seu emprego. De forma sucinta, pode-se aferir que o estudo de caso

[...] constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 650)

Conforme já assinalado, o estudo de caso se presta a oferecer uma visão total a respeito de uma realidade empírica, uma vez que apreende as particularidades ali existentes. Neste processo, são utilizadas inúmeras fontes de dados, correlacionadas aos objetivos que se pretendem alcançar. Assim,

Os métodos de investigação de um estudo de caso podem ser os mais variados, mas o caso deve ser uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas, e nem sempre é fácil determinar onde termina o indivíduo e onde começa o contexto. Um sistema deve ser delimitado, mas não pode deixar de considerar as influências de diferentes contextos que se ligam a ele, como, contexto físico, sociocultural, histórico, econômico, na realidade a qual está inserida. (FRANZ, 2016, p. 36)

Em continuidade, Yin (2010), ao discorrer sobre a definição técnica do método de estudo de caso, sublinha que, no procedimento da investigação, a mesma

[...] enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (YIN, 2010, p. 40)

Logo, as elucidações em torno da definição técnica do método em se tratando de estudos de caso mostram que este, por si só, é dotado de uma abrangência que lhe é própria. O que possibilita afirmar que “[...] o estudo de caso não é apenas limitado a uma tática de coleta de dados isolada ou mesmo uma característica de projeto isolada” (YIN, 2010, p. 40).

Paulatinamente, o estudo de caso pode seguir determinados passos:

[...] primeiro, escolher uma unidade de análise, um caso específico no qual o pesquisador procurará a melhor forma de explicar determinado fenômeno. Segundo, rever a literatura, levar em consideração a produção anterior sobre o tema, antes de iniciar o estudo. Terceiro, conduzir a coleta de dados, são várias as fontes de coleta que podem ser utilizadas, arquivos, entrevistas, observação direta ou participante, e antes de ir a campo é

importante conhecer um pouco da história do “caso” a ser estudado. Quarto e último passo, a análise dos dados, que primeiramente são tabulados “crus” para então realizar-se a interpretação dos mesmos. (FRANZ, 2016, p. 37)

O primeiro passo alude à necessidade de elencar uma unidade de análise, isto é, um contexto específico onde o pesquisador buscará explicar as evidências ali presentes. Em segundo lugar, o estudo de caso deve preceder de uma rigorosa pesquisa bibliográfica a respeito da temática que a ele se liga. O terceiro passo diz sobre o levantamento dos dados, que pode ser realizado mediante o uso de diferentes técnicas, entre as quais ganham destaque a entrevista e a observação participante. E, por último, no quarto passo, já tendo as informações coletadas em mãos, é o momento de realizar a interpretação dos mesmos.

Vale reforçar que “[...] a pesquisa do estudo de caso inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos [...]” (YIN, 2010, p. 41). Reconhecendo que tanto os estudos de caso único como os de casos múltiplos são apenas variações no âmbito desta proposta metodológica. Por sua vez, na presente pesquisa a proposta principal gira em torno da perspectiva do caso único.

De certo modo, pode-se dizer que o método do estudo de caso não apresenta muita inflexibilidade ao ser utilizado em uma pesquisa, pois ele,

[...] não é apenas uma forma de “pesquisa qualitativa”, mesmo que possa ser reconhecida entre a variedade de opções da pesquisa qualitativa. Alguma pesquisa de estudo de caso vai além de um tipo de pesquisa qualitativa, usando uma mistura de evidência quantitativa e qualitativa. Além disso, os estudos de caso não precisam sempre incluir a evidência observacional direta e detalhada marcada pelas outras formas de “pesquisa qualitativa”. (YIN, 2010, p. 41)

Neste estudo, portanto, o “caso” elencado para a investigação tem como recorte espacial o Assentamento Renascer, localizado no município de Canguçu/RS. Sendo assim, a questão norteadora da pesquisa em tela gira em torno da forma como a agricultura familiar camponesa, praticada no referido assentamento de reforma agrária, contribui para o desempenho de funções a ela associada, tais como a de caráter social, cultural, econômico e ambiental.

### 2.3 Trabalho de campo: reflexões preliminares

No limiar da constituição das Ciências Humanas enquanto um campo do conhecimento científico, dotado de um arcabouço teórico-metodológico, era comum olhar para a realidade empírica com lentes eminentemente positivistas, tratando os fenômenos e os processos ali delineados com uma postura que se pretendia neutra. Os sujeitos, excluídos da construção do conhecimento, eram examinados de forma objetiva para, então, serem compreendidos.

Com o desenvolvimento e o aprimoramento dos métodos e das metodologias científicas, a partir da década de 1970, em oposição àquele modelo de investigação tido como cientificamente neutro, surge “[...] uma nova forma de pensar e agir na investigação científica, que buscava a participação ativa de seus sujeitos e valorizava sua palavra e a compreensão do mundo em que vivem e convivem” (PESSÔA; SOUZA, 2013, p. 174).

A ciência geográfica tem, na pesquisa de campo, um instrumento indispensável para o entendimento das relações entre a natureza e as sociedades humanas, uma vez que o campo permite um contato mais apurado e completo com a realidade que, a posteriori, será teorizada.

Assim, o trabalho de campo em Geografia permite o contato e a proximidade entre a empiria e a teoria. É importante mencionar que, depois de delimitada a área a ser estudada ou o território a ser investigado, é fundamental que o pesquisador esteja munido de boa fundamentação teórico-metodológica, o que possibilitará atrelar o seu olhar em campo com o arcabouço teórico anteriormente construído. É nesta direção que Hespanhol (2015, p. 56) adverte que “[...] o trabalho de campo por si só, sem a necessária reflexão teórica, já não é suficiente para desenvolver uma visão crítica da realidade pesquisada e, assim, possibilitar sua apreensão como parte de uma totalidade socioespacial”.

A relevância do trabalho de campo está no fato de que ele

[...] pode contribuir na apreensão de aspectos, fenômenos e/ou processos manifestados espacialmente numa dada localidade, mas, sobretudo, constituir-se numa rica experiência (em termos de contatos, de convívios e de trocas) de aprendizado com diferentes realidades sócio-espaciais. (HESPANHOL, 2015, p. 56)

Reafirmando que a referida técnica constitui-se, quando bem articulada aos objetivos da investigação científica, em um importante meio de adentrar em diferentes contextos espaciais, sociais, culturais e políticos, visando alcançar os processos e seus significados manifestos na realidade estudada. O que reporta a Minayo (2012, p. 624) quando afirma que o trabalho de campo “[...] vai além da contemplação da realidade, e que o investigador é um ator ativo tanto na interlocução com os atores, quanto na observação, pois ele indaga, interpreta e desenvolve um olhar crítico acerca da realidade”.

Aferidas tais constatações, vale reiterar que, no trabalho de campo do presente estudo, algumas surpresas tomaram a cena quando do momento de sua realização. A chegada nos lotes das famílias assentadas para a coleta das informações, sempre permeada de bastante receptividade, constituiu-se em momentos de diálogos longos e prazerosos, onde as realidades de vida e de trabalho ligadas à agricultura foram sendo costuradas. Realidades estas que, em muitos momentos, contrastavam angústias, mas, também, processos de conquistas e de realizações para os grupos familiares entrevistados.

Nas investigações realizadas, especificamente, no âmbito da geografia humana, que levam em consideração as contradições histórico-espaciais atreladas ao modo capitalista de produção, a utilização do trabalho de campo ganha significado especial, pois ele

[...] constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é construído para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTEGARAY, 2002, p. 66)

Outra vez é reafirmada a postura horizontal que o trabalho de campo proporciona na relação entre sujeito e objeto. Sujeito e objeto assumem, então, uma relação de troca mútua, a qual condiciona a produção de um conhecimento capaz de revelar as contradições estruturais associadas ao local em que aqueles sujeitos estão situados. Conseqüentemente, isso gera o despertar de uma nova consciência, capaz de levar os grupos sociais, em seus diferentes territórios, a se reconhecerem

enquanto sujeitos históricos dotados de vivências, experiências e, não menos importante, direitos.

Por isso,

[...] o trabalho de campo deve ser considerado, acima de tudo, um processo, e não uma simples busca por informações e dados sobre a realidade que se deseja investigar. As contradições encerradas em cada território não serão prontamente reveladas nas respostas e nos dados coletados; serão reveladas apenas por meio de uma aproximação com a complexidade territorial, o que requer uma vivência partilhada com os sujeitos da pesquisa em seu próprio terreno. (PESSÔA; SOUZA, 2013, p. 176)

Outrossim, por ser considerado o trabalho de campo um processo é que ele assume a postura reveladora das contradições inerentes à lógica do capital ao não esgotar a possibilidade investigativa da realidade empírica. As desigualdades existentes em cada território estudado só serão passíveis de exame quando da aproximação do investigador com o recorte espacial selecionado, requerendo, para isso, a convivência direta com os sujeitos que, nesses territórios, existem, tornando a técnica do trabalho de campo imprescindível.

### 2.3.1 O TRABALHO DE CAMPO NO “CASO” DO ASSENTAMENTO RENASCER: a perspectiva dos sistemas agrários

Na busca pela definição conceitual de sistemas agrários, o mesmo pode ser entendido como sendo um

[...] modo de organização adotado por uma sociedade rural para explorar seu espaço e gerar seus recursos. Esse modo de exploração do meio resulta das interações entre restrições e potencialidades do meio físico, as características socioeconômicas da comunidade e das tecnologias adquiridas pela sociedade rural, ao mesmo tempo em que estas interações sofrem influências de fatores externos ao meio. (QUEIROGA, 2012, p. 54)

Por sua vez, o sistema agrário é fruto da história de uma sociedade rural determinada, a qual, em consonância com o espaço em que está localizada, explora o mesmo mediante o trabalho e, conseqüentemente, gera os recursos para a manutenção de sua sobrevivência. Corroborar-se a isso a ideia de que um sistema agrário pode ser entendido como “[...] onde se formam as paisagens, a economia local, as relações de sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural” (FERNANDES, 2014, p. 52).

Associado, ainda, a essa concepção, a teoria dos sistemas agrários permite compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época. O sistema agrário apresenta-se, com isso, como um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e perceber as transformações históricas e a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A abordagem sistêmica tem como pano de fundo a orientação de que a ciência deve, prioritariamente, ser produzida a partir das necessidades advindas da sociedade como um todo e não apenas de uma de suas partes. Logo, é preciso assinalar que, conforme outras concepções teóricas existentes, a abordagem a partir da proposta sistêmica possui, também, suas falhas e limitações.

Desta forma,

Justifica-se a utilização da abordagem sistêmica nos estudos rurais pela complexidade e diversidade das relações da agricultura; pelas diferenças e semelhanças entre os tipos de agricultura e pela necessidade de explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura para o homem nos diferentes tempos. Além de também constituir um corpo de conhecimento conceitual, teórico e metodológico para possíveis intervenções nas questões inerentes ao desenvolvimento agrícola. (FRANZ, 2016, p. 42)

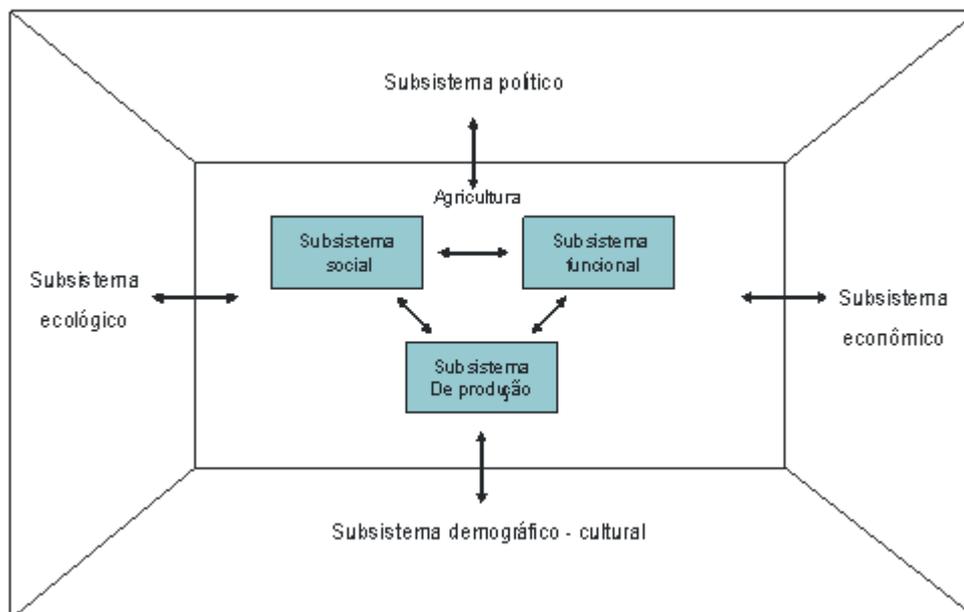
O uso do método sistêmico permite que o pesquisador defina os elementos e variáveis a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise. A ideia norteadora parte da consideração das inter-relações dos elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Fundamentalmente, os sistemas podem ser definidos como um grupo de componentes independentes que operam unidos para um fim comum e que é capaz de reagir como um todo frente a estímulos externos; cabe ressaltar que todo o sistema pode ser visto como um subsistema, ou seja, uma parte de um todo mais abrangente.

Entretanto, as partes, fora do contexto, são apenas “átomos” isolados. Razão pela qual entende-se que o todo é maior que a soma das partes, pois a organização do sistema confere ao agregado características não só diversas, mas, também, muitas vezes, não encontradas nos componentes isolados.

Em âmbito nacional, José Alexandre Felizola Diniz (1984) é um dos expoentes na geografia agrária que assumiu o método sistêmico em suas pesquisas, “[...] pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos)

para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço agrário, através de tipologias sobre o Sistema da Agricultura” (FERNANDES, 2014, p. 52). Salienta-se que a tipologia proposta pelo autor pode ser observada na Figura 3, conforme exposto abaixo.

Figura 3 – Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos



Fonte: DINIZ, 1984, p. 58.

Diante disto, cabe explicar que a representação do Sistema da Agricultura, proposto por Diniz (1984), é composto por uma divisão de três subsistemas internos da agricultura, onde o subsistema social permite a caracterização do produtor, o subsistema funcional engloba os elementos técnicos e o último, o subsistema de produção, trata de caracterizar o *output* do sistema da agricultura.

Numa breve caracterização, o subsistema social

[...] permite saber o tipo de propriedade, há diversas classificações de tipos de propriedade, de forma geral tem-se três grupos (propriedades individuais, propriedades cooperadas e de sociedades anônimas e de propriedades coletivas), esse deve ser o primeiro critério a ser analisado; quanto a estrutura física, deve ser observado se a propriedade é formada por uma superfície contínua ou se é composta por várias partes não contínuas e caracterizar se o proprietário está intimamente ligado ao tipo de propriedade e pode ser especificado se é agricultor ou não. (FERNANDES, 2014, p. 53)

### Já o subsistema de produção corresponde

[...] a três elementos importantes, o primeiro à produtividade da terra e do trabalho referem-se ao rendimento da produção e da produtividade que se tem pela unidade de trabalho; o segundo está ligado à orientação da agricultura, nesse interessa saber a diferença e o total entre os produtos animais e vegetais, mas não menos importante é a especialização da agricultura, está associada à comercialização dos produtos agrícolas e do consumo interno da propriedade. (FERNANDES, 2014, p. 53-54)

### E, por último, no subsistema funcional ou técnico

[...] podem-se distinguir três elementos, como a utilização da terra que está dividida em três grupos: as terras de cultivo, as pastagens e as áreas de reflorestamento, porém, nessa categoria ressalta-se que também há utilização não agrícola; as técnicas agrícolas como o próprio nome já diz, é preciso que alguma técnica agrícola seja empregada, como por exemplo, rotação de cultivo sem pousio, rotação de cultivo e pastagens, rotação de terras etc. e a intensidade da agricultura designa-se a aplicação de capital e trabalho. (FERNANDES, 2014, p. 54)

Em torno disso, estão quatro subsistemas externos: o econômico (o desenvolvimento dos mercados e a busca da especialização conduzem as zonas rurais a uma dependência cada vez maior dos centros urbanos, dos transportes, da infraestrutura industrial e do capital), o ecológico (relatividade e rigor das condições naturais, a distribuição do tempo de trabalho aplicado na elaboração de uma produção agrícola subordina-se a ciclos biológicos e climáticos, e as condições naturais impõem limites geográficos às diversas categorias de produção agrícola), o demográfico-cultural (englobam as tradições e os padrões de cultura das populações agrícolas, e indicadores demográficos puramente – taxa de masculinidade, composição etária, potencial migratório) e o político (este tipo de atuação procura disciplinar e corrigir as distorções de certos setores – política de controle e proteção dessa atividade).

Logo, este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização sócio-tecno-produtiva existentes nos sistemas agrários (DINIZ, 1984), os quais foram caracterizados a partir da realização de entrevistas com os agricultores familiares do Assentamento Renascer.

## 2.4 As entrevistas: conhecendo a realidade empírica

O trabalho de campo, ou a técnica de campo, conforme fora assinalado, permite um contato mais acurado entre o pesquisador e o seu objeto de estudo. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, a relação entre o sujeito e o objeto tende a ser marcada por um confronto repleto de significados, sentidos e emoções, mas, também, de contradições e tensões.

Deste modo, ao ir para a realidade empírica valendo-se do trabalho de campo, é necessário definir as melhores técnicas que serão empregadas para apreender, da melhor maneira possível, os eventos lá existentes ou manifestados. No presente estudo, a técnica escolhida para a coleta das informações é a entrevista.

Sobre a técnica da entrevista, Mendes e Silva (2013) destacam que ela

[...] é concebida como uma conversa formal, em que é estabelecida uma interação entre o entrevistador e o investigado, cuja finalidade é obter informações relevantes sobre determinado assunto. [...] A entrevista constitui uma das técnicas qualitativas mais utilizadas nas investigações científicas que envolvem os sujeitos sociais, em virtude de sua eficiência na produção de informações, tanto no âmbito social quanto no cultural. (MENDES; SILVA, 2013, p. 216)

Vê-se que a entrevista estabelece uma relação de proximidade, por meio de uma troca de informações acerca do fenômeno estudado, entre o investigador e os sujeitos ou grupos elencados para determinado estudo. Por meio de uma conversação regida pela formalidade, as informações a respeito de um dado tema acabam sendo registradas.

Uma vez bem delimitado o recorte espacial a ser investigado que, no caso em questão, foi o Assentamento Renascer, juntamente com a questão de estudo, cabe descrever com precisão o modo como a realidade empírica foi explorada, tendo como técnica a entrevista. Neste sentido, a entrevista torna-se uma “conversação interesseira”, pois o pesquisador é imbuído de objetivos pré-estabelecidos (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

Em pesquisas qualitativas, os “seus procedimentos orientam o estudo dos fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação em curso” (MENDES; SILVA, 2013, p. 212). Isso porque lida diretamente com grupos sociais,

comunidades humanas e movimentos preconizados diretamente por objetivos que dizem respeito ao coletivo.

Em consonância, vale dizer que,

Nos estudos rurais, a entrevista é uma técnica de investigação capaz de oferecer ao pesquisador as características peculiares de cada contexto, tanto no âmbito socioeconômico quanto no cultural. Por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam e agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano. (MENDES; SILVA, 2013, p. 213)

No âmbito desta pesquisa, os sujeitos assentados da reforma agrária responderam algumas questões, tendo como base um roteiro semi-estruturado (Apêndice 01), propostas a partir da metodologia construída por Diniz (1984). Nesta perspectiva, as entrevistas foram conduzidas através de um roteiro de perguntas anteriormente elaborado, contendo informações que dizem respeito à realidade social, econômica, cultural e ambiental dos mesmos.

Quando da realização das primeiras entrevistas com as famílias assentadas, logo após a inserção no Assentamento Renascer, havia certo receio de não dar conta de explorar todo o roteiro de questões, com o devido rigor metodológico. Com o desenvolvimento das entrevistas, foi sendo percebido que muitas famílias, antes mesmo de chegar em uma determinada pergunta do roteiro, já iam mencionando alguns aspectos de suas realidades, o que exigiu do interlocutor maior atenção, mas, por outro lado, facilitou o processo de apreensão do contexto empírico pesquisado.

Salienta-se que o roteiro contém questões fechadas relacionadas aos sistemas social, técnico e produtivo e perguntas abertas, as quais versam sobre as quatro funções desempenhadas pela agricultura familiar no Assentamento Renascer. Destarte, Mendes e Silva (2013) reiteram que

[...] o informante deve ter liberdade para responder com suas palavras, ou seja, a partir de seu universo de referência e, ainda, sem a tentativa de indução de posicionamentos. [...] Destaca-se que essa técnica é baseada em alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses relevantes para a pesquisa. (MENDES; SILVA, 2013, p. 215)

Elucidando, assim, que os agricultores familiares camponeses do Assentamento Renascer teceram informações de modo menos rígido, pois, a parte final do roteiro de questões possibilitou que eles trouxessem elementos mais

precisos e detalhados dos seus contextos de vida e de trabalho. O que ofereceu um aporte mais amplo do universo em estudo, mediante os objetivos desejados.

## **2.5 Processo de amostragem: definindo os sujeitos do estudo**

Uma vez descrita a técnica utilizada para a coleta das informações acerca da realidade empírica estudada, cabe mencionar a forma como foram selecionadas as famílias que compuseram a pesquisa. Dito de outra forma, a amostra que buscou responder àquilo que se objetivou compreender no contexto do Assentamento em tela. Por conseguinte, Marconi e Lakatos (2003) frisam que, depois de selecionar a amostra, é preciso

[...] seguir determinados procedimentos que nos garantam ser ela representação adequada da população da qual foi retirada, dando-nos, assim, a confiança de generalizar para o universo o que nela for observado. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 62-63)

Para as autoras, a fim de que seja possível generalizar, para a realidade estudada, os fenômenos e os desdobramentos ali ocorrentes, se faz necessário que a técnica de seleção da amostra consiga dar conta de responder algumas inquietações primordiais. Entre elas, a quantidade de indivíduos que a amostra deve incorporar para conseguir representar o total da população, bem como, a forma de selecionar os indivíduos de modo a possibilitar que todos os casos da população sejam representados no interior da amostra.

Em vista disso, o tipo de amostragem adotada para seleção das famílias entrevistadas foi a do tipo não probabilística. Esta, por sua vez, não possui representação matemática, está atrelada a critérios elegidos pelo investigador e tem os procedimentos mais rigorosos no que tange à validação dos resultados obtidos (GIL, 1999).

Assim, a partir de uma informante qualificada que, neste caso, foi a diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, localizada no Assentamento Renascer. Esta escolha se justifica visto que a mesma mantém uma relação mais próxima e direta com as famílias que compõem o Assentamento, as quais passaram indicar as outras famílias que integraram o rol de entrevistas. Turato (2003) estabelece os modos principais de construção da amostra no âmbito das

pesquisas de cunho qualitativo. De acordo com o modo amostral escolhido para esta investigação, isto é, a amostragem por “bola de neve”, o autor destaca os critérios de inclusão dos sujeitos, a saber:

Sujeitos estudados em profundidade, incluídos por vivência; desenvolvimento de teoria; novo sujeito indicado pelo anterior e melhor estruturação teórica; sucessivas entrevistas e revisões da teoria até considerá-la organizada. (TURATO, 2003, p. 366)

Vale, mediante isso, ressaltar que foram entrevistadas quinze famílias. A primeira família é a da informante qualificada, a segunda família entrevistada foi indicada por esta, a terceira família indicada pela segunda e, assim, sucessivamente, até atingir o total de quinze famílias. O processo de indicação de uma família pela outra incluiu aspectos que vão desde o tipo de atividade agrícola em comum empreendida pela família que antecedeu a entrevista, bem como, questões da ordem das relações interpessoais entre um grupo familiar e outro como laços de parentesco e vizinhança.

### 3 ABORDAGEM ANALÍTICA E NORMATIVA ACERCA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR

*“É provável que não haja grupo social mais incompreendido pelos cientistas sociais do que os camponeses. Mas, também é verdade que ‘rios de tinta’ já foram escritos sobre eles. Mesmo assim, as controvérsias e discussões sobre seu futuro e lugar na sociedade continuam”.* (SCHNEIDER, 2016, p. XIII)

Entende-se que é necessário trazer à luz da teoria as discussões em torno da categoria analítica e do marco normativo em que está inserida a agricultura familiar. Pois, a clareza teórico-conceitual é de extrema importância nos estudos que envolvem, especificamente, a agricultura familiar, uma vez que a imprecisão dos termos pode dar diferentes direcionamentos àquilo que está sendo posto no debate teórico envolvendo este grupo social.

Neste sentido, o presente capítulo apresenta a perspectiva da agricultura familiar a partir do que define os termos analíticos e o marco legal de sua constituição histórica. Entretanto, antes de adentrar nestas duas dimensões da discussão, é fundamental que se debruce sobre alguns escritos que tratam do campesinato, segmento profícuo e complementar para a compreensão da agricultura familiar, a partir dos processos de rupturas e continuidades das suas dinâmicas no âmbito do espaço agrário brasileiro.

#### 3.1 Campesinato: uma abordagem em torno das dinâmicas sociais e econômicas

Como ponto de partida, é salutar lembrar que, embora pertencendo a um mesmo grupo social, camponeses<sup>11</sup> e agricultores familiares possuem especificidades em seu modo de ser, existir e de se relacionar com a chamada

---

<sup>11</sup> “Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa)” (FERNANDES et al., 2009, p. 10).

sociedade englobante (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Posto que as relações tendem a ser mais complexas, à medida que o capital e sua lógica inerente penetram profundamente no campo, ainda assim, as duas categorias sociais possuem algumas similaridades, como, por exemplo,

[...] a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco entre outras [...]. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 40)

Assim, a terra como meio de produção, a mão de obra dos membros da família e o patrimônio fundiário enquanto uma herança familiar são, portanto, elementos que aproximam<sup>12</sup> os agricultores familiares dos camponeses em sua versão clássica. Este conjunto de características tornam as duas categoriais sociais próprias, pois unem elementos comuns, mas, ao mesmo tempo, ao passo que a sociedade vai se tornando complexa, elas acabam por apresentar algumas mudanças.

A intensificação da divisão social do trabalho e a dinamização das forças capitalistas de produção criam algumas particularidades entre os camponeses e os agricultores familiares. Tais particularidades não excluem um grupo em detrimento do outro, pois alguns traços acabam permanecendo e, outros, sendo rompidos ao longo do tempo. Logo, a especificidade de cada um encontra-se “[...] no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho [...]” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 40).

Para compreender o campesinato e sua forma de organização é preciso deixar claro a centralidade que a unidade da família tem na sua constituição. O que fica visível quando é dito que “a unidade familiar é extremamente auto-suficiente e sua organização interna orienta-se em função da produção, consumo, sociabilidade,

---

<sup>12</sup> Neste sentido, cabe frisar que “o que há de comum entre ambas noções é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 38).

suporte moral e ajuda econômica mútua dos membros familiares” (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 202).

A unidade familiar assim tida assume centralidade no tocante à reprodução do grupo camponês, uma vez que as decisões que são tomadas estão orientadas para a manutenção do mesmo grupo enquanto unidade autônoma. A partir das decisões que são tomadas, geralmente pelo membro mais velho da família ou da composição familiar<sup>13</sup>, o grupo organiza a produção e direciona as melhores técnicas a serem empreendidas no sentido de produzir mais para, conseqüentemente, garantir as condições necessárias à sua sobrevivência e reprodução social.

Da premissa relativa à autonomia que o grupo familiar camponês possui, sobremaneira no quesito econômico, vale enfatizar que ela

[...] se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes. (WANDERLEY, 1996, p. 3)

Em outras palavras, a unidade camponesa é capaz de gerir e garantir a sua própria existência a partir da produção realizada no contexto da unidade produtiva. Mediante isso ela mesma planta, colhe e consome o necessário para prover a sua reprodução, sem a interferência externa. Essa capacidade é essencial, também, para garantir a permanência enquanto camponês, pois dela dependerá as gerações futuras.

A fusão entre a capacidade de garantir a sobrevivência através da produção para o autoconsumo das famílias camponesas e a possibilidade de reprodução futura dessa mesma família aponta para a “[...] a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 1996, p. 3). Estas são duas características fundamentais para o entendimento do campesinato enquanto uma categoria com traços inerentemente próprios e legítimos.

Corroborado a isso, é importante dizer, ainda, que:

---

<sup>13</sup> No que concerne às decisões tomadas dentro da unidade camponesa, vale lembrar que, nelas, “é perceptível a valorização da hierarquia familiar, onde geralmente o pai ou membro mais velho marca a sua autoridade na direção do processo evolutivo” (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 202).

[...] a economia camponesa segue regras de funcionamento particulares, podendo estar relacionada a diferentes modos de produção, sem jamais desaparecer. Sua manutenção deriva de uma certa autonomia desenvolvida pelos grupos camponeses, em cujo interior não se distingue produção de consumo, e todo o sistema produtivo está orientado para a reprodução da unidade familiar. (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 203)

O que deixa claro, mais uma vez, a importância que têm as decisões tomadas dentro da unidade familiar enquanto estratégias de reprodução social e econômica do campesinato. A produção está, prioritariamente, voltada para a garantia da reprodução familiar, não existindo, portanto, diferenças entre estas esferas particulares que envolvem o modo camponês de ser<sup>14</sup>.

Desta forma, fica cada vez mais claro que o sistema camponês é portador de uma autonomia, o que torna esta categoria social fundamental para a compreensão dos rumos que a agricultura tomou ao adentrar na contemporaneidade. Subentendendo-se, então, que “[...] o processo de produção no mundo camponês é tipicamente estruturado (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida” (PLOEG, 2006, p. 25).

No bojo das estratégias tomadas pelas famílias camponesas para a sua manutenção encontra-se uma preocupação premente com as gerações posteriores, isto é, com aquelas que sucederão a unidade camponesa no médio e longo prazo. É por isso que o patrimônio da terra e o trabalho empreendido neste são fundamentais no processo de reprodução do campesinato. Dito de outra forma,

[...] um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. (WANDERLEY, 1996, p. 4)

Assim, acredita-se que as gerações subsequentes darão continuidade ao trabalho e à vida camponesa, uma vez que, elencadas as decisões no presente histórico do grupo familiar, estas estarão sempre orientadas para a permanência no campo. Logo,

[...] as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações

---

<sup>14</sup> De acordo com Wanderley (1996, p. 4), “o campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc.”

informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. (WANDERLEY, 1996, p. 3)

Uma perspectiva válida para entender o campesinato é o modelo teórico desenvolvido por A. V. Chayanov, segundo o qual, para a compreensão da dinâmica produtiva das unidades camponesas, não se deve levar em conta a influência de fatores externos ao contexto do grupo familiar (GERARDI; SALAMONI, 1994). O que torna a sua análise essencial para o entendimento das micro-relações que são delineadas no interior das unidades produtivas camponesas.

Este é o limite que permite entender, por exemplo, o trabalhador camponês e o trabalhador não camponês, conforme classicamente se apresenta. Nesta direção, para problematizar a questão, pode-se apresentar a conceituação<sup>15</sup> de camponês como aquele “[...] produtor que possui uma articulação muito tênue com o mercado, que produz através de técnicas tradicionais, que não responde aos estímulos do mercado [...]” (SANDRONI, 1984, p. 124). Entretanto, sublinha-se que o campesinato, no Brasil, não faz uso apenas de técnicas tradicionais e que utilizar o critério relativo à pequena vinculação com o mercado acaba sendo uma forma bastante simplista na busca pela definição do conceito em questão. Em outras palavras, não é o mercado, portanto, que busca estabelecer a diferença entre o camponês e o agricultor familiar.

Assim,

Esse tipo de trabalhador, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de ‘camponeses’, forma uma categoria econômico-social caracterizada e distinta dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas proprietário, mas também e principalmente, empresário da produção. (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 204-205)

Esta proposição assinala que a categoria social camponês acena para o trabalhador que exerce a sua atividade, no contexto da unidade produtiva, de maneira autônoma, sem depender das regras ditadas pelo mercado. Podendo ele mesmo decidir como pretende desenvolver a atividade produtiva, bem como o que

---

<sup>15</sup> É importante relevar que “o conceito de camponês referia-se originalmente a um fato bem localizado estrutural e historicamente, não tendo sido inclusive o termo criação de cientistas sociais, mas apenas tendo sido apropriado por esses. O maior ou menor alargamento no uso desse conceito dependerá em grande parte do seu valor explicativo nas diversas situações concretas” (VELHO, 2009, p. 90).

produzir, pois a sua própria reprodução é o elemento principal deste processo todo. Desta forma, portanto, o campesinato marca a sua legitimidade enquanto categoria social e econômica específica e diferente das demais conhecidas.

As lógicas internas da unidade camponesa são pensadas para e a partir da produção desenvolvida dentro da mesma, uma vez que apenas o camponês é capaz de saber os limites daquilo que deve ou não fazer no sentido da própria produção. Concernentemente a isso, pode, também, afirmar que:

Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos mobilizados) são tipicamente derivadas de (e vinculadas a) repertórios culturais e relações de gênero [...]. (PLOEG, 2006, p. 24)

Tanto os recursos sociais quanto os materiais são fundamentais para o desempenho das atividades e do sistema produtivo interno da unidade familiar. Os recursos materiais, muito embora não associados à produção capitalista, dizem respeito aos instrumentos básicos utilizados no trabalho desempenhado pelo grupo, na unidade produtiva. Entretanto, cabe mencionar que o “[...] suprimento da mão-de-obra não-renumerada é o principal deles, dado pelo tamanho e composição da família” (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 199).

A reprodução do campesinato está sempre atrelada àquilo que foi produzido no âmbito da unidade produtiva, seja biologicamente, no caso da produção de alimentos e, até, cultural ou socialmente, a depender das relações estabelecidas entre o grupo familiar camponês com outras composições e formações societárias. Sobre o sistema de produção que ocorre no interior das unidades camponesas, é importante dizer que cada momento,

[...] é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção. (PLOEG, 2006, p. 25)

O caráter orgânico da unidade camponesa é assim salientado, uma vez que ela mesma provê, através do trabalho familiar, a alocação dos recursos necessários para a sua sobrevivência e reprodução. A organicidade desta unidade camponesa evidencia a importância do campesinato enquanto uma categoria social particular no

curso da história, o qual só é assim conhecido por conta do seu componente principal, isto é, a força de trabalho desempenhada pelo grupo familiar.

A despeito das atividades exercidas pelo camponês estas [...] estão voltadas para a satisfação das necessidades do grupo familiar, exigindo, para tal, o extremo esforço de todos os seus membros [...] (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 202). Neste caso, a mobilização da força de trabalho da família<sup>16</sup> é indispensável na garantia da manutenção da unidade produtiva e, por sinal, de sua reprodução social e econômica.

Ao falar a respeito da economia camponesa e sua dinâmica própria de funcionamento, não se deve recorrer ao erro de equipará-la à economia de mercado. Com efeito, ela “[...] apresenta peculiaridades devido ao caráter familiar da divisão do trabalho, e são as regras de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo [...]” (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 202).

Portanto, o seu funcionamento está centrado no desempenho dos membros da família no interior da unidade produtiva, onde cada um deles possui uma função específica, atribuída a partir das necessidades envolvendo o trabalho familiar. Assim, no âmbito da economia camponesa, não tem como falar no assalariamento individual<sup>17</sup> dos que compõem a família, visto que o todo o trabalho está orientado sob a perspectiva de garantir as condições materiais e simbólicas para a reprodução do grupo enquanto unidade coesa.

Percebe-se, deste modo, a impossibilidade de atribuir o campesinato a um modo de produção, tal como conhecemos, mas, sim, a “[...] um modo de produção particular [...]” (GERARDI, SALAMONI, 1994, p. 202). As autoras, neste mesmo sentido, enfatizam que o modo de produção específico a que se atribui aos

---

<sup>16</sup> A este respeito, “[...] quanto maior o número de trabalhadores em uma mesma família, menores serão as possibilidades de ver o seu produto aumentado. Isto porque, a medida que um novo membro for adicionado ao conjunto da mão-de-obra familiar, tem-se que a fração de produto suplementar que ele obtém com seu trabalho tende a zero, e a parcela corresponde à renda individual decresce; é a chamada “lei dos rendimentos decrescentes”, um dos pontos mais explorados por Chayanov, na análise da dinâmica interna das unidades produtivas camponesas. É evidente que essa situação pressupõe que o excesso de mão-de-obra esteja combinado com limitados recursos de terra, considerando-se, ainda, que não haja progresso técnico” (GERARDI; SALAMONI, p. 201).

<sup>17</sup> A inviabilidade de falar sobre o assalariamento individual no âmbito da economia camponesa explica-se pelo fato de que “[...] aqueles que participam do processo de trabalho não o fazem (novamente, deixando de lado algumas poucas exceções) através de relações de trabalho assalariado, mas através de complexas e altamente diferenciadas relações regidas por parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade” (PLOEG, 2006, p. 27-28).

camponeses pode ser coadunável com o da economia dita de mercado, uma vez que não se dissipe a sua característica mais elementar, isto é, o trabalho familiar.

O esforço em teorizar sobre as características atinentes ao campesinato<sup>18</sup> e sua dinâmica de produção e funcionamento podem ser sintetizadas a partir das seguintes proposições:

- A família se configura como unidade de produção e de consumo;
- O camponês detém totalmente a posse dos meios de produção, ou grande parte deles;
- O fundamental na economia camponesa não é a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção de sua subsistência. (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 207)

Para não encerrar o debate acerca do campesinato, vale lembrar que muitos teóricos<sup>19</sup>, ao longo do desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas, apontavam para a superação desta categoria social. Esta superação seria o fim em si do camponês autônomo, capaz de demandar a sua própria produção. Todavia,

Em vez desta concepção, [...] escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com o mundo moderno. (WELCH et al., 2009, p. 17)

Assim, à medida que este camponês adentra na sociedade contemporânea, suas relações vão, pouco a pouco, sendo dinamizadas. Tal processo de dinamização não implica na perda das características do campesinato tradicional, muito menos na supressão de sua existência. Pelo contrário, o campesinato vai se adaptando à modernidade e, aos poucos, conformando um agricultor capaz de resistir ao desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, permanecendo com elementos fundamentais daquilo que o conforma em sua versão clássica.

---

<sup>18</sup> É factual que “a lógica camponesa [...] é mediada por relações não-capitalistas ou minimamente capitalistas, essa característica primordial torna-se fundamental para se estudar este segmento, balizados por essas relações é que os camponeses desenvolvem suas atividades, trabalham a terra e a consideram como patrimônio familiar” (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 202).

<sup>19</sup> Segundo a perspectiva de Karl Marx, [...] os camponeses são considerados como uma classe específica no sistema social, pois reúnem as características das duas outras classes sociais. Ou seja, ao mesmo tempo em que são donos dos meios de produção também são trabalhadores. Nesse sentido, Marx considera o campesinato como uma classe em transição, seja rumando para a burguesia, tornando-se um empresário capitalista, seja para o proletariado, tornando-se um trabalhador assalariado livre. Assim, no desenvolvimento do capitalismo o campesinato seria extinto enquanto classe social” (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 200).

### 3.2 A agricultura familiar sob a ótica analítica

A construção do marco teórico em torno da categoria analítica denominada agricultura familiar constitui-se num desafio bastante complexo, tendo em vista a pluralidade desta prática num país de dimensões territoriais como, por exemplo, o Brasil. Logo, o debate que tem sido levantado, nas últimas décadas, por pesquisadores e gestores públicos no tocante a esta categoria, traz importantes aspectos para a sua compreensão, de modo a deixar claros os diferentes interesses que encobrem a definição da mesma.

No entendimento da dimensão empírica em que a agricultura familiar está inserida existe a impossibilidade de explicitar apenas uma forma de exercer e praticar esta atividade no país. Isso se explica por que:

[...] o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 36)

Esta perspectiva salienta o caráter heterogêneo da agricultura familiar e uma análise unívoca sobre a questão subsumiria toda a sua dinamicidade e, não menos importante, deixaria de lado a multiplicidade de atores e práticas sociais inerentemente a ela ligados.

Vale lembrar que, dentre os estudiosos da realidade rural brasileira e, mais especificamente, da agricultura familiar, existem diferentes olhares que são dados a estas unidades de análise. Tais olhares assim direcionados privilegiam ora o aspecto econômico e, por assim ser, o enfoque centra-se mais na dimensão produtiva da agricultura e, por outro lado, há aqueles que particularizam os aspectos sociais, políticos e culturais associados à mesma, o que gera uma análise de cunho estritamente qualitativo.

Ao deter-se nos diferentes enfoques teóricos e metodológicos envolvendo as noções de agricultura familiar e de agricultor familiar, é válido reiterar, em primeiro lugar, que a relação destes com a modernidade implica em um caráter particular nas suas formas de existência. Assim, à medida que o agricultor familiar direciona a sua

produção para além do autoconsumo, buscando inserir a mesma no âmbito da economia de mercado, este se diferencia do camponês em sua versão tradicional<sup>20</sup>.

Deste modo, pode-se dizer que “[...] é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 40). Portanto, uma vez inseridos na sociedade englobante, o agricultor familiar, bem como, a própria agricultura familiar ganham um caráter que merece ser analisado especificamente sob o prisma de distintos autores e teorias.

Na perspectiva elaborada por Sacco dos Anjos, o mesmo aponta que, dentre as características principais da agricultura familiar, estão que:

[...] a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43)

Percebe-se, claramente, que a agricultura familiar tem em seu cerne constitutivo a família como elemento atravessador, já que é a partir dela que todo trabalho é, em si, realizado. Uma vez que a família, então, é a responsável pelo trabalho na unidade produtiva, a gestão da mesma é realizada pelo próprio grupo familiar que, por consequência, encontra-se interligado por laços de consanguinidade, parentesco e vizinhança.

Merece destaque, também, que o patrimônio fundiário é de uso e detenção exclusiva do grupo familiar, de modo que trabalham o mesmo com vistas à sua reprodução. Dito de outra forma, é preocupação premente da família no contexto da unidade produtiva a transferência do patrimônio da terra para as gerações

---

<sup>20</sup> Neste sentido, vale relevar “[...] que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo *familiar* visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio” (WANDERLEY, 2009 p. 40-41).

subsequentes que, no caso, pode ser herdado pelo filho mais velho ou aqueles cujos interesses estão voltados para a permanência na terra.

No bojo das discussões em torno da categoria de agricultura familiar, merece amplo destaque as alusões relativas à família no contexto das unidades produtivas.

Pois,

[...] é no fato de encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado pelos resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não. (CARNEIRO, 2008, p. 257)

Assim, a família tem centralidade tanto no âmbito produtivo executado no interior das unidades produtivas, bem como, na gestão dos resultados atinentes à produção. A lógica familiar é explicitada nas tarefas de pensar e executar a produção, visto que a mesma conhece as necessidades, os limites e os impasses existentes dentro da propriedade, o que lhe garante, também, legitimidade frente à produção em larga escala, por exemplo.

Na literatura que aborda a agricultura familiar não é raro encontrar abordagens que privilegiam apenas o enfoque econômico e mercantil desta prática, o que obscurece o debate teórico e político, uma vez que deixa para trás os processos sociais, culturais e políticos existentes no seu horizonte. Deste modo, enfatizar o papel da família faz emergir diversas relações sociais e que podem ser analisadas de modo a não restringir o olhar sobre a agricultura familiar apenas pela gênese do trabalho ou da produção (CARNEIRO, 2008).

No interior das unidades familiares de produção observa-se que as decisões tomadas no tocante ao trabalho agrícola, à produção empreendida e ao destino desta produção são direcionadas pelo próprio grupo familiar. É exatamente nesse sentido que “[...] a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre trabalho e parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social” (CARNEIRO, 2008, p. 259).

Na busca pela reprodução social das famílias dentro das unidades de produção, as quais são garantidas, em parte, pela produção voltada ao autoconsumo, é comum recorrer a outros caminhos que excedam os limites da

própria unidade. Mesmo diante deste dilema, vale frisar que o “[...] caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2004, p. 45).

É justamente por isso que a agricultura familiar apresenta um caráter singular diante de outras formas de fazer agricultura. A família busca manter a integridade do patrimônio da terra, cultivando o mesmo com a própria mão de obra do grupo, garantindo, assim, a sobrevivência e reprodução do grupo familiar.

Esta linha de raciocínio reporta para além da garantia da reprodução social, econômica e biológica do grupo familiar no contexto das unidades produtivas, uma vez que esta se encontra quase sempre assegurada. Pois,

Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 45)

As estratégias das famílias rurais com o intuito de asseverar a manutenção da unidade de produção familiar são várias. Elas mesclam-se entre diferentes formas de trabalho, seja ele realizado na própria unidade ou fora dela, o que sinaliza para a importância da pluriatividade enquanto modo de garantir a permanência das famílias no meio rural. E, é claro, perpassando, por isso tudo, as decisões relativas à herança do patrimônio fundiário, as questões referentes aos casamentos e no que isso implica para o futuro da unidade familiar, etc.

Em síntese, vale dizer que, ao se debruçar sobre a análise das unidades de exploração familiar, é necessário atentar a dois importantes elementos destas, a saber:

[...] de um lado as relações entre os indivíduos e, de outro, os valores que dão sentido a essas relações, já que, como toda relação social, as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na da produção) incluem uma parte ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e comportamentos. (CARNEIRO, 2008, p. 262)

Como já foi assinalado, na agricultura familiar o trabalho com a terra, realizado pelos membros que compõem o grupo familiar, representa uma das

estratégias<sup>21</sup> que visam à sua reprodução social e econômica. Assim, “nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas<sup>22</sup>” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 41).

A existência de atividades consideradas não agrícolas nas unidades de produção familiar não pode ser percebida como algo que descaracterize essa forma social. Há desse modo, a confluência de atividades no interior dos estabelecimentos agrícolas que operam, muitas vezes, como complemento das rendas obtidas pelo trabalho com a terra e que, não obstante, também contribuem para a reprodução do grupo doméstico.

Neste sentido, com o avanço da chamada globalização econômica, é cada vez mais comum que os agricultores familiares tendam a se organizar de modo a atender as exigências impostas por esta lógica que se faz hegemônica. O fato de buscarem meios ou estratégias de inserção na economia de mercado não é disfuncional à sua situação de agricultor familiar, dado este que se expressa na centralidade que o trabalho continua a possuir dentro das unidades produtivas.

Em termos mais amplos,

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (WANDERLEY, 2003, p. 48)

É assim, pois, que a agricultura familiar conflui para a reprodução ampliada do capital, uma vez que ela mesma necessita estar adaptada ao que requer este sistema socioeconômico. Dito de outro modo, a agricultura familiar é funcional para

---

<sup>21</sup> Ao falar em estratégias de reprodução social e econômica no âmbito da agricultura familiar, é oportuno assinalar que elas “[...] se interconectam, podendo cada unidade de produção apresentar um conjunto variado delas. Além do que, da mesma forma que os agricultores migram de um estilo para outro, com o tempo, o repertório de estratégias vai sendo substituído por modificações nas condições internas da família e das características e condicionantes do contexto social e econômico” (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008, p. 56).

<sup>22</sup> É, pois, justamente nessa direção que se propõe que “os sistemas poliprodutivos da agricultura familiar poderiam inclusive catalisar a expansão de atividades não-agrícolas, tendo em vista a dinâmica criada por famílias que vão se tornando tanto mais pluriativas quanto mais aumenta a produtividade do trabalho agropecuário” (NORDER, 2006, p. 59).

a própria existência e sobrevivência do capitalismo tal como o concebemos hoje, já que suas estratégias estão orientadas para atender às demandas por ele impostas.

A integração cada vez maior da agricultura familiar e dos atores sociais nela envolvidos aos mercados é inevitável no contexto da divisão social do trabalho, característica fundamentalmente marcante no avanço da modernidade. Como consequência, “[...] reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 41).

Na prática, os agricultores familiares precisam, constantemente, negociar com os agentes econômicos situados externamente à unidade de produção, uma vez que o processo de modernização<sup>23</sup> da agricultura impôs aos mesmos que se adaptassem às exigências tecnológicas para manterem-se no campo. Logo, “[...] as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas<sup>24</sup> e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 41).

Na discussão teórica sobre a agricultura familiar, a contribuição da perspectiva de Lamarche (1998), ao propor quatro diferentes modelos<sup>25</sup> teóricos ou tipologias que caracterizam a forma como funcionam as unidades agrícolas, pode auxiliar na compreensão da diversidade desse segmento social. Tais modelos se apresentam como sendo mais ou menos dependentes<sup>26</sup> do mercado e são, assim, respectivamente classificados: a) o *modelo* empresa; b) o *modelo* empresa familiar;

---

<sup>23</sup> Como consequência, “[...] o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não-proprietários de suas terras e na inviabilização das condições mínimas de reprodução de um campesinato em busca de um espaço de estabilidade. Esse processo não revolucionou, como ocorreu em outras situações históricas, a estrutura fundiária e, conseqüentemente, nem o predomínio político que ela produz, fato que permanece como um elemento estruturante do mundo rural” (WANDERLEY, 2009, p. 37).

<sup>24</sup> Em contraposição a este argumento, a aquisição de insumos externos à propriedade, que, na visão dos autores, subordina cada vez mais os agricultores familiares à lógica de mercado, permite “[...] que se amplie a eficiência técnica no uso da força de trabalho e aumente a autonomia e a maleabilidade no processo produtivo” (NORDER, 2006, p. 67).

<sup>25</sup> Na proposição das quatro tipologias de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, destaca-se que elas “são modelos *puros* em direção aos quais há uma tendência, modelos de referências [...]. Em contrapartida, correspondem perfeitamente à definição [...] dos modelos *ideais*, aos quais cada responsável de estabelecimento deseja identificar-se” (LAMARCHE, 1998, p. 71).

<sup>26</sup> “A dependência se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financeiro ou comercial” (LAMARCHE, 1998, p. 69).

c) o *modelo* agricultura camponesa e de subsistência e d) o *modelo* agricultura familiar moderna.

No modelo empresa, observa-se que a produção é pouco familiar e altamente depende dos fatores externos ao estabelecimento agrícola. Nele,

A propriedade fundiária familiar e o apego a esta propriedade são menos importantes do que em outros modelos. A exploração da terra diretamente pelo proprietário não é a única possível, muito pelo contrário, e mesmo que a terra permaneça ainda na sua maioria uma propriedade familiar, o arrendamento ocupa um espaço não desprezível. [...] Enfim, a participação familiar no trabalho do estabelecimento é nitidamente menos importante que nos outros modelos. (LAMARCHE, 1998, p. 67)

Neste modelo teórico a unidade de produção familiar é altamente integrada ao mercado, buscando obedecer às suas leis e regras de funcionamento. A noção de patrimônio familiar é pouco valorizada, já que este, embora pertença ao grupo doméstico, é explorado por terceiros. E, ainda, a participação da família no trabalho realizado não possui tanta importância, assemelhando-se esse modelo ao funcionamento de uma empresa, no sentido clássico da economia.

Em contrapartida, no modelo empresa familiar, a importância atribuída ao trabalho da família no contexto do estabelecimento agrícola é a característica principal, sendo ele organizado para a reprodução dos membros do grupo (SIMCH, 2002). Assim, cabe destacar que, neste modelo,

A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma exclusividade familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar. (LAMARCHE, 1998, p. 70)

Já no modelo agricultura camponesa e de subsistência estão situados os estabelecimentos que pouco produzem e que, em geral, destinam esta produção exclusivamente para o autoconsumo familiar (SIMCH, 2002). Diferentemente do primeiro modelo descrito, este não mantém nenhuma relação com o mercado e se utiliza de técnicas rudimentares e tradicionais (LAMARCHE, 1998).

A quarta tipologia, que representa a agricultura familiar moderna,

[...] estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo representa um modo de funcionamento que teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente

morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas. (LAMARCHE, 1998, p. 71)

Assim, esta proposição teórica acena para os estabelecimentos agrícolas que estão localizados entre as empresas, conforme o primeiro modelo, e aqueles que se inscrevem no modelo agricultura camponesa e de subsistência. De certo modo, a agricultura familiar moderna “[...] tende a uma diminuição do papel da família nas relações de produção” (SIMCH, 2002, p. 91).

Entretanto, verifica-se que a noção de agricultura familiar sob a ótica analítica nos fornece o entendimento de que é possível, mesmo com as perversidades impostas pelo grande capital, fazer resistir o trabalho familiar como constituinte de uma função social específica no seio da sociedade moderna. O potencial que a agricultura familiar possui, mesmo em uma conjuntura de incertezas, é o de garantir a subsistência de milhares de pessoas e isso ela inegavelmente o faz.

Por esta razão, é difícil falar em apenas uma agricultura familiar ou em um único “tipo” que caracteriza o agricultor familiar<sup>27</sup>. As formas de praticar esta atividade são inúmeras e contrastam, em diferentes tempos e espaços, as múltiplas estratégias adotadas por aqueles que executam a mesma. Logo, a família, na perspectiva aqui adotada, precisa ser vista como constituinte de uma unidade social que, embora nem sempre coesa, existe e possui legitimidade própria. (CARNEIRO, 2008).

### **3.3 A agricultura familiar sob a ótica normativa**

Se, por um lado, situamos o debate da agricultura familiar em torno da perspectiva analítica, por outro, é necessário trazer as proposições que dizem respeito à normatização desta categoria. Tendo em vista, desta forma, que o marco normativo corrobora para a legitimação da agricultura familiar nos aparatos estatais

---

<sup>27</sup> “Segundo o entendimento aqui adotado, embora trabalhem sobre um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando basicamente a força trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhados pelo Brasil, formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural, podem ser denominados de agricultores familiares. Em termos empíricos e do senso comum, os indivíduos e as famílias denominados de camponeses, ou designados pelas corriqueiras terminologias como colonos, sitiante, caipiras, posseiros, moradores e ribeirinhos, fazem parte de um mesmo grupo social ou uma mesma classe” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 39).

e enquanto atividade que requer especial atenção dos gestores da política institucional.

Lançar o olhar para o que aponta o marco normativo no que tange à agricultura familiar implica no reconhecimento político de uma heterogeneidade de atores sociais que, uma vez assim chamados, são detentores de direitos. Esta prerrogativa abre espaço para afirmar que agricultor familiar “[...] é categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política” (NEVES, 2007, p. 17).

Assim, se a agricultura familiar se funda, também, na diversidade de estratégias sociais e econômicas e de sujeitos sociais que a praticam, estes, por sua vez, são objetos de olhar do Estado brasileiro, sobretudo quando da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995. Este programa, vale frisar, “[...] incorpora agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aqüicultores” (NEVES, 2007, p. 19).

Deste modo, observa-se a aglutinação de vários atores em torno do que chamamos de agricultura familiar e de agricultor familiar. Logo, nestes termos e em meio ao embate político a que estão imersos, pode-se dizer que:

*são agricultores familiares* aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional. (NEVES, 2007, p. 19)

É válido dar especial atenção ao que propõe os documentos e diretrizes institucionais relativas ao PRONAF, entendendo, desde já, que o agricultor familiar, uma vez contemplado com o programa, é sujeito que existe antes mesmo de sua criação e, portanto, possui realidade própria (NEVES, 2007). Assim, o PRONAF

[...] trata-se de um programa que visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a

realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER et al., 2004, p. 24-25)

De acordo com as análises construídas por Schneider et al. (2004), o PRONAF apresenta quatro linhas de atuação, que são:

Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos; Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares. (SCHNEIDER et al., 2004, p. 25-26)

No que tange ao público-alvo, cabe mencionar que o PRONAF está voltado para os agricultores familiares que atendem as seguintes exigências:

1) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária; 2) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária); 3) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; 4) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes; 5) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; 6) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00. (SCHNEIDER et al., 2004, p. 25)

Vê-se, assim, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo programa, que a sua atenção está voltada aos grupos que se enquadram nas características acima citadas. É possível presumir que, dada a diversidade das dinâmicas produtivas e socioculturais da agricultura familiar contemporânea, grande parcela dos agricultores familiares brasileiros encontram-se excluídos dos benefícios técnicos e financeiros a que se propõem o referido programa.

Neste sentido, embora seja inegável o reconhecimento e a valorização de uma parcela considerável dos agricultores familiares de nosso país, mediante a inserção de políticas públicas que atendam às suas demandas, no caso específico do PRONAF, verifica-se um direcionamento vertical do Estado no que concerne a esses grupos e categorias sociais. Isso porque estipula critérios limitadores para

uma parcela heterogênea de agricultores familiares e de agriculturas familiares, que, em muitos casos, acabam não sendo beneficiados por não se enquadrar em tais características.

Em continuidade às análises realizadas por Schneider et al. (2004) sobre a atuação e operacionalização do PRONAF, é possível perceber a existência de grupos específicos a que são direcionadas as linhas de créditos. Tais grupos são assim subdivididos:

Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), passaram a ser atendidos pelo Pronaf. [...] Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural. [...] Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva. [...] Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados. [...] Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$ 14.000,00 e R\$ 40.000,00. [...] Grupo E (Proger Familiar Rural): agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e 60.000,00. [...] Posteriormente à adoção da segmentação dos beneficiários, ainda em 1999, foram criadas mais três linhas de crédito especiais para os agricultores familiares dos grupos B, C e D. A primeira é o chamado crédito rotativo, também conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil. Esse tipo de crédito funciona como um cheque especial em que o agricultor vai utilizando os recursos segundo suas necessidades. Talvez por isto, ele acaba sendo utilizado majoritariamente pelo segmento dos agricultores familiares do grupo D, justamente os mais capitalizados. [...] A segunda linha de crédito especial é o integrado coletivo, destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários do Pronaf. A terceira linha é o Pronaf-Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar), destinado a financiar projetos individuais ou coletivos que envolvam infra-estrutura, prestação de serviços, marketing, beneficiamento de produtos, etc. Deve-se mencionar, ainda, que se enquadram nos grupos B, C, e D os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores, conforme os critérios de renda e dimensão da exploração. (SCHNEIDER et al., 2004, p. 24-28)

Com as especificidades do Plano Safra 2017/2020, que prenuncia as mudanças relativas à elaboração de políticas públicas para o rural e, especificamente, para a agricultura familiar, observa-se que passou a ter algumas inovações:

O Plano Safra 2017/2020, agora plurianual, reafirma o compromisso do Governo Federal na ampliação da produção de alimentos e na garantia de crédito mais barato para aqueles que produzem a comida que chega à

mesa dos brasileiros. [...] o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020 possui 10 eixos de atuação. São ações para oferecer segurança jurídica da terra, com titulação e regularização fundiária; seguro da produção; ações para o Semiárido; Assistência Técnica e Extensão Rural; entre outros. (PLANO DE SAFRA 2017/2020)

Levando em consideração a reconfiguração preconizada nos textos que passaram a orientar o PRONAF, mediante o Plano de Safra 2017/2020, pode-se dizer que o agricultor familiar é um agente em construção (NEVES, 2007), uma vez que ele passa a ser objeto das políticas públicas, isto é, tais políticas focalizam este agricultor, buscando atender relativamente às suas demandas. Neste mesmo sentido, o agricultor familiar é “[...] antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo” (NEVES, 2007, p. 22).

Em consonância,

Os mentores da redefinição do Pronaf, no documento em questão, preconizaram a tomada de posição do desejado agricultor frente às alternativas de inserção no mercado. Advogaram a constituição de vínculos mercantis em mercados cujas relações não acentuassem os riscos de apropriação abusiva de excedentes e de expropriação. O mercado interno (local ou regional) foi então concebido como mais propício às estratégias de controle da concorrência, especialmente as praticadas pelas empresas que se apresentam sob monopólios. (NEVES, 2007, p. 22)

As proposições aludidas tendo como base o PRONAF enfocam, com rigor, a dinamização da produtividade da agricultura familiar. Todavia, é válido dizer que o avanço e a consolidação das políticas públicas não devem focalizar tão somente os aspectos atinentes à produção, mas, também, outras dimensões da vida social, como a educação, a moradia rural, o desenvolvimento territorial e a capacitação dos agricultores (PICOLOTTO, 2014).

Para que outras dimensões pudessem ser contempladas, foi criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 2006). Esta lei permitiu que a agricultura familiar fosse oficialmente reconhecida como sendo uma categoria profissional. Assim, em seu Artigo 3º,

[...] a lei considera “agricultor familiar” aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (PICOLOTTO, 2014, p. 77)

Evidenciam-se, com a lei, pequenas mudanças em relação aos critérios estabelecidos pelo PRONAF no tocante ao público-alvo e suas características, que, inclusive, passaram a ser adotadas na consecução das propostas do programa. Estas mudanças foram estipuladas nos seguintes termos:

[...] indica que a renda deve ser predominantemente de atividade vinculada ao estabelecimento (eliminado a necessidade de 80% de a renda ser da atividade agropecuária) e elimina a exigência de residência na propriedade ou em povoado próximo. Em relação aos grupos sociais que são beneficiários, tanto o Pronaf quanto a Lei incluem como beneficiárias categorias sociais rurais que vivem e trabalham em situações análogas à agricultura familiar, tais como: silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. (PICOLOTTO, 2014, p. 77)

Não obstante, com a promulgação da Lei da Agricultura Familiar, para ser reconhecido enquanto agricultor familiar sob a ótica do Estado e beneficiário das políticas públicas implementadas pelo mesmo, a renda da família deve provir diretamente da atividade agrícola realizada na propriedade rural, sem que a mesma resida necessariamente na propriedade. Além disso, outros grupos de trabalhadores, ligados às atividades primárias, acabam por ser contemplados com a nova proposição legal.

Sendo assim,

A Lei objetivou englobar a diversidade de situações de trabalho familiar rural nos mesmos instrumentos legais. Se, de um lado, esta unificação fortalece as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a torna definidora de direitos e políticas públicas para categorias sociais diversas, de outro, esconde as diferenças existentes no meio rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar. (PICOLOTTO, 2014, p. 77-78)

Pode-se, com isso, observar, que, tanto o PRONAF quanto a Lei da Agricultura Familiar estabelece marcos jurídicos para o reconhecimento legal daquilo que se caracteriza como agricultura familiar. Esta definição enquadra outros grupos ou categorias sociais como pertencentes ao universo da agricultura familiar.

Com isso, deve-se tomar de modo crítico a Lei n 11.326/2006 e os critérios de enquadramento estipulados pelo PRONAF, uma vez que eles legitimam a agricultura familiar em termos de objeto de políticas públicas. Mas, por outra via, conjugam a definição de uma gama de atores sociais enquanto sendo agricultores familiares e, também, deixam de lado outros sujeitos que, a depender de seus contextos sociais, culturais e econômicos, poderiam ser assim reconhecidos.

Por fim, o caráter das leis encobre e também deixam relegadas a um segundo plano as múltiplas realidades que marcam a heterogeneidade do espaço rural brasileiro. As análises que focalizam o rural em nosso país precisam, portanto, estar atentas às particularidades que se expressam em diferentes lugares e contextos, para, assim, visibilizar outros grupos que, na esteira das políticas de desenvolvimento rural, permanecem historicamente excluídos.

#### 4 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: uma abordagem multidimensional

*“Muitos agricultores (utilizo o termo ‘agricultores’ como um conceito genérico que engloba muitos tipos diferentes) no mundo inteiro continuaram ou começaram a produzir como camponeses. Assumem a tarefa de diversas maneiras de acordo com as exigências, dificuldades e possibilidades que têm diante de si no início do século XXI”. (PLOEG, 2016, p.23)*

Os espaços rurais têm se tornado, cada vez mais, locais que extrapolam a simples produção e circulação de bens privados e mercadorias (gêneros alimentícios, criação de animais, produtos artesanais, entre outros). O rural<sup>28</sup>, com frequência, tem sido alvo de interesses mais amplos da sociedade como, por exemplo, refúgio para descanso, lazer, segurança, entre outros. Sobretudo, por conta dos efeitos estressantes que a vida e o trabalho nos espaços urbanos geram nas pessoas.

Por esta razão, o rural vem passando por uma refuncionalização de suas dimensões primeiras (produção de alimentos e matérias primas), uma vez que

---

<sup>28</sup> A categoria rural é eivada de diferentes interpretações, a partir dos enfoques que as distintas áreas do conhecimento atribuem à mesma. Nesta perspectiva, para entender as noções acerca do rural e do campo, é preciso, inicialmente, retomar o Decreto-Lei 311, de 1938, que define a cidade como correspondente ao Distrito Sede, sem levar em considerações as relações existentes neste espaço (BERNADELLI, 2006). Assim, “se a cidade é definida como sendo a área do Distrito Sede, logo, o campo é o que não é cidade” (NUNES; PINTO, 2009, p. 5). Percebe-se que o entendimento dado ao campo é simplório, numa clara alusão ao mesmo como tudo àquilo que não corresponde à cidade, além de reforçar a dicotomia entre cidade e campo. Com efeito, não demorou muito tempo para que surgissem críticas ao exposto pelo referido Decreto-Lei, a partir dos estudos de Veiga (2002), em que o autor busca delimitar o que é o urbano e rural, considerando “[...] estes conceitos sinônimos de cidade e campo, respectivamente, e afirma que o Brasil é muito menos urbano do que mostram os dados estatísticos” (NUNES; PINTO, 2009, p. 5). A carência para a definição do que é o rural faz com que outros autores se alinhem à crítica que Veiga (2002) tece ao decreto, como é o caso de Endlich (2006), que aponta haver, além do oficial, outros critérios para definir o que é o rural. Consoante a isso, “[...] a autora destaca outros, como o que se fundamenta na demografia, considerando os números da população absoluta, também o que se baseia na densidade demográfica e ainda o que considera a ocupação econômica da população para definir o que [...] é campo” (NUNES; PINTO, 2009, p. 5). Conforme assinalado, a autora enriquece os critérios para entender a conceituação de rural e, nesta direção, Sobarzo (2006) aponta que Veiga (2002) menciona o aparecimento de um “novo rural”, porém, sem se preocupar com o seu conteúdo, isto é, as relações socioespaciais. Graziano da Silva (1999) e, em concordância com Rua (2006), reitera que este “novo rural” não tem legitimidade, mas, sim, que ele é produto de outros sentidos e inovadoras imagens a seu respeito. Decorre, daí, a compreensão de que o rural, resguardando as especificidades de seus habitantes, afirma a sua identidade territorial (RUA, 2002) e que o “novo rural”, na verdade, surge apenas como uma necessidade das demandas cidadinas, conforme Nunes e Silva (2009).

incorpora diferentes elementos à sua realidade, tornando-o mais dinâmico e complexo. Logo, não é mais possível conceber o espaço rural como pura e simplesmente local de reprodução da lógica econômica, dada outras funções que o mesmo incorpora e passa a oferecer, até mesmo como mercadoria de caráter material e imaterial.

Deste modo, o presente capítulo busca dar conta da discussão teórica em torno do conceito de multifuncionalidade dos espaços rurais e da agricultura familiar. Inicialmente, buscam-se as origens e a consolidação do conceito em questão, perpassando pelo debate daquilo que ele se propõe para, posteriormente, situá-lo na realidade brasileira.

#### **4.1 Origens do conceito de multifuncionalidade**

A noção de multifuncionalidade da agricultura familiar surge no contexto europeu e, mais precisamente, na França, no começo da década de 1990, como objeto de políticas públicas para a agricultura desenvolvida naquele país. Assim, na tentativa de buscar a origem do conceito, é possível afirmar que ele “[...] apareceu pela primeira vez na agenda internacional com a Declaração do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92)” (SABOURIN, 2005, p. 161).

Com efeito,

[...] a visão da multifuncionalidade da agricultura permite recolocar os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 18)

Em outras palavras, a multifuncionalidade insere a questão ambiental da agricultura em um patamar de urgência, pois a mesma passa a ser pensada para além da visão produtivista, bem como proporciona os elementos que auxiliam a pensar nas políticas públicas diretamente focalizadas naqueles que a executam. Vale dizer que essa ideia privilegia outros enfoques que a visão setorial da agricultura acaba não dando conta.

Da necessidade de mudar a orientação social e política da agricultura na França, que encontrava-se assolada em um modelo de produção baseado na lógica da modernização da agricultura, verificou-se que o mesmo

[...] provocou efeitos nefastos aos níveis econômico (a superprodução), social (a redução dos efetivos agrícolas necessários à consecução das metas produtivistas e a expansão de espaços socialmente vazios ou esvaziados) e ambiental (profundo desgaste dos recursos naturais). (WANDERLEY, 2003, p. 12)

Conforme assinalado, “a Europa é referência mundial em termos do debate e do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e, na França, houve uma tentativa de aplicação dos valores da multifuncionalidade, através de contratos firmados entre Estado e agricultores” (CANDIOTTO, 2009, p. 5). O que evidencia, mais uma vez, que a França é pioneira ao buscar a inserção dos princípios da multifuncionalidade da agricultura no âmbito das políticas agrícolas focalizadas pelo Estado.

Neste sentido, “o enfoque multifuncional da agricultura passa a ser utilizado para justificar o direcionamento das políticas públicas para o rural” (CANDIOTTO, 2009, p. 5). Não obstante, a França incorpora, entre 1999 e 2002, a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura, por meio da Lei de Orientação Agrícola (LOA), na política agrícola direcionada aos seus agricultores (CANDIOTTO, 2009).

Em sentido convergente, ao inserir a multifuncionalidade no bojo das políticas públicas, criou-se uma espécie de “[...] contrato social que, reconhecendo direitos e deveres, tem como objetivo atender a demandas formuladas pela sociedade aos agricultores e, inversamente, por estes ao conjunto da sociedade” (WANDERLEY, 2003, p. 13). Assim sendo,

Para reconhecer oficialmente e consolidar a multifuncionalidade da agricultura na França, a LOA estabeleceu os Contratos Territoriais de Estabelecimento (CTE), que comportam um conjunto de compromissos firmados entre uma pessoa física ou jurídica exercendo uma atividade agrícola, com a autoridade administrativa. Os primeiros CTE foram assinados no final de 1999, e os últimos, em agosto de 2002. Nos CTEs, após um “autodiagnóstico” do estabelecimento pelo agricultor, as ações a serem implementadas na propriedade eram escolhidas a partir de um conjunto de ações pré-estabelecidas nos âmbitos local, regional e até nacional. Em seguida, eram examinadas por um grupo de técnicos quanto a sua viabilidade. O contrato tinha duração de 5 anos, e consistia em compensações financeiras para os agricultores interessados em estabelecer práticas que atendessem às múltiplas funções da agricultura. (CANDIOTTO, 2009, p. 6)

Deste modo, através dos Contratos Territoriais de Estabelecimento, pôde-se fazer a interlocução entre os agricultores franceses<sup>29</sup> e o Estado, com o intuito de asseverar as reais necessidades no desenvolvimento da agricultura, atendendo demandas que, até então, não eram olhadas pelo governo. O que teve como resultado “[...] foi a construção de um campo que, alicerçado por alguns conceitos de profundo rigor teórico como o referente à multifuncionalidade da agricultura, favoreceu a adoção de políticas originais e inovadoras” (WANDERLEY, 2003, p. 13).

#### **4.2 O desenvolvimento da noção de multifuncionalidade da agricultura**

A perspectiva da multifuncionalidade da agricultura encontra-se fundada na ideia de valorizar outras dimensões da agricultura que não apenas aquelas regidas pela lógica do acúmulo e da produção de bens privados. Assim,

[...] Mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família dos agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social. Conceitos como modo de vida e economia rural assumem lugar proeminente para a explicação teórica, aos quais se acrescenta a busca de compreensão do cálculo econômico próprio do campesinato. (WANDERLEY, 2003, p. 9)

A ênfase da multifuncionalidade transcende a visão setorial da atividade agrícola como apenas sendo provedora de bens privados, uma vez que valoriza a família dos próprios agricultores como portadores de vivências e experiências nos lugares em que estão territorializados. Além disso, conforme já assinalado, essa noção busca dar atenção à complexidade da vida, da produção e do trabalho no campo, que, na maioria das vezes, encontram-se imbricados no conceito mais amplo de agricultura.

O papel da agricultura passa a ser ressignificado, pois, a noção de multifuncionalidade focaliza outros elementos atribuídos ao rural e ao agrícola,

---

<sup>29</sup> Cabe sublinhar que “a experiência francesa deixa evidente a importância de vontade política para a implementação de um projeto de desenvolvimento com ênfase nos princípios básicos da ideia de sustentabilidade” (CANDIOTTO, 2009, p. 7).

buscando, assim, dar visibilidade às particularidades existentes no espaço rural. Dentro dessa linha de raciocínio, vale assinalar que:

A multifuncionalidade é definida como um conceito holístico, tratando das contribuições específicas da agricultura para a sustentabilidade do desenvolvimento (por exemplo, devido ao papel das cadeias de produtos alimentares, as capacidades de resposta às novas demandas da sociedade, a sua habilidade para promover competitividade econômica ou a sua importância para conservar a população rural em áreas marginalizadas). (SABOURIN, 2005, p. 166)

É por abarcar, também, a sustentabilidade ambiental, que a multifuncionalidade pode ser entendida como um conceito holístico e, por sua vez, dinâmico. Em seu cerne ela busca aferir as contribuições que a agricultura pode oferecer para a produção de alimentos em escala local não somente com o objetivo de atender às demandas econômicas, bem como a capacidade de manter as populações do campo em seus lugares de origem, evitando, por exemplo, o êxodo rural e o aumento das desigualdades sociais nos centros urbanos.

Assim, o enfoque da multifuncionalidade da agricultura acena para a valorização de outros fenômenos desencadeados no espaço rural, pois ela deve ser “[...] tomada como um ‘novo olhar’ sobre a agricultura familiar que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21). Esse “novo olhar”, apontado pelos autores, designa uma das funções que a agricultura familiar camponesa deve cumprir nos contextos onde ela é praticada, que diz respeito à reprodução social e econômica das famílias que a executam.

A reprodução social, econômica, biológica e cultural das famílias rurais está diretamente relacionada à noção da multifuncionalidade, uma vez que ela dá destaque para o cumprimento de funções que vão além da produção para o mercado. Em outras palavras, a multifuncionalidade valoriza as práticas de agricultores familiares que produzem para atender as necessidades do próprio grupo familiar, com vistas à sua reprodução nos lugares em que estão enraizados.

Em consonância a isso, verifica-se que a perspectiva multifuncional da agricultura familiar

[...] implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte destes

agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21)

Outra vez fica evidente que a noção aqui desenvolvida leva em consideração os diferentes estilos de vida das famílias camponesas e não apenas aquilo que estas famílias podem prover para o mercado. Ainda, é possível entender que a utilização desta noção considera aquilo que a agricultura pode oferecer para o conjunto da sociedade enquanto uma prática que tem uma função social, o que fica evidente quando se atribui a ela a responsabilidade de garantir a segurança alimentar tanto de famílias rurais quanto urbanas.

Na literatura que versa sobre o tema em tela, é importante não confundir a multifuncionalidade da agricultura com a multifuncionalidade do agricultor, conforme alerta Carneiro (2003). Desta forma, “a multifuncionalidade da agricultura só ocorrerá se o agricultor for valorizado como multifuncional, da mesma forma que o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura pode levar ao crescimento do número de agricultores multifuncionais” (CANDIOTTO, 2009, p. 11).

Logo, valorizar o agricultor enquanto sendo multifuncional requer que o mesmo seja visto para além de um mero executor de uma atividade econômica. Em linhas gerais, seguindo o raciocínio do autor supracitado, a multifuncionalidade da agricultura só será realmente efetivada quando o agricultor<sup>30</sup> for concebido, sobretudo pelo Estado, como um sujeito histórico e, portanto, imbuído de identidade com o seu lugar de origem.

Dito isto, vale frisar que, no tocante à construção da ideia de multifuncionalidade da agricultura, ela

[...] recolhe [...] contribuições com distintas origens e preocupações, isto é, aportes oriundos de abordagens que procuram responder a questões que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias rurais e de ocupações do espaço social agrário. Em termos conceituais, decorre o desafio colocado para a noção em pauta de unificar estes elementos de modo a oferecer uma nova compreensão sobre a inserção da agricultura e do mundo rural nos processos econômicos, sociais e políticos de médio e longo prazo, isto é, nos processos de desenvolvimento. (CARNEIRO; MALUF; 2003, p. 20)

---

<sup>30</sup> Dentro dessa perspectiva, “se for entendido que o agricultor como ator social tem múltiplas inserções na sociedade, a possibilidade de integrar as diversas esferas do social a partir de sua atuação parece mais ampla do que se mantido o olhar centrado na agricultura – um setor da economia” (CARNEIRO, 2003, p. 102).

Portanto, evidencia-se, outra vez, que a multifuncionalidade traz à tona distintas preocupações no processo de desenvolvimento da agricultura, o que a visão setorializada desta atividade inibe o aparecimento. Tais preocupações dizem respeito à questão ambiental no interior das propriedades rurais, até a influência que a agricultura possui para a reprodução social e econômica das unidades produtivas familiares.

Nesta direção, a multifuncionalidade possui a responsabilidade de integrar os elementos de ordem social, cultural, econômico e ambiental no sentido de oferecer à sociedade outra interpretação da agricultura e do seu papel para o dinamismo dos contextos em que está inserida, que não rompe, mas extrapola a visão clássica econômica, geralmente associada a esta atividade. Deixando claro, que esta noção deve “[...] unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição ao paradigma que esteve na base da “modernização da agricultura<sup>31</sup>” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 20).

Alguns autores também se alinham ao que já foi mencionado, no sentido de atentar que a multifuncionalidade agrícola urge a partir da necessidade de “[...] reinterpretar o papel dos estabelecimentos rurais numa sociedade mais atenta à preservação do meio ambiente, à especificidade da paisagem rural e à qualidade dos alimentos” (CARDOSO *et al.*, 2003, p. 60). Reafirmando, assim, que a perspectiva multifuncional da agricultura é útil não somente às famílias e aos espaços rurais, mas para a sociedade como um todo.

Por conseguinte, na esteira dos processos que privilegiam somente o conjunto da renda monetária que a agricultura pode oferecer,

O enfoque da multifuncionalidade permite colocar, no mesmo quadro analítico, diversos elementos e fatos sociais que compõem o universo social do mundo rural, favorecendo, assim, a compreensão da inserção de diferentes tipos de famílias rurais nesse universo. Mais do que isso, permite

---

<sup>31</sup> Aqui, é salutar lembrar que o aparecimento da perspectiva da multifuncionalidade da agricultura encontra-se intimamente correlacionado aos esforços em buscar respostas alternativas ao fenômeno que ficou conhecido como modernização conservadora, o qual [...] entrou em crise por ser destruidor de recursos naturais não facilmente renováveis, por consumir insumos produzidos a partir de recursos fósseis finitos (carvão, petróleo, gás), por ser excludente de mão-de-obra e atrelado ao mercado de intercâmbio capitalista, gerando diferenciação econômica e exclusão social” (SABOURIN, 2005, p. 177).

legitimar formas de produção e de fontes de renda que ficam fora dos quadros analíticos hegemônicos. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21)

Nesses termos, a multifuncionalidade confere valor às distintas maneiras de produzir no meio rural e, conseqüentemente, torna dinâmica as fontes de obtenção de renda das unidades domésticas, que geralmente são excluídas quando a agricultura é pensada somente com a intenção de atender demandas e necessidades mercadológicas. Sobretudo, em um momento de avanço das pautas políticas e institucionais de setores aliados ao agronegócio<sup>32</sup> e ao hidronegócio<sup>33</sup>.

Assim, no bojo do que a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais aponta, também

Está em questão a própria “função social” dos agricultores, no sentido não apenas de valorizar suas funções produtivas, mas de reconhecer também que eles desempenham um papel positivo na manutenção da natureza, da paisagem e do tecido social nos espaços rurais. Eles são, ainda, elementos complementares na medida em que apontam para aspectos diferentes no lugar da agricultura no mundo contemporâneo e mobilizam arenas políticas diferentes, tendo em comum a apresentação da multifuncionalidade da agricultura como expressão de novas demandas sociais valorizando as contribuições específicas e não mercantis dos agricultores. (CARDOSO, *et al.*, 2003, p. 60)

Esta abordagem<sup>34</sup>, desperta outras atribuições e, em sentido mais amplo, papéis que os agricultores possuem no que concerne à preservação da paisagem rural e à manutenção do tecido sociocultural dos locais de inserção da agricultura. O que os fazem ser vistos como sujeitos fundamentais, também, para o dinamismo da sociedade, uma vez que a atividade por eles praticada desperta outras funções que não apenas a provisão de mercadorias.

---

<sup>32</sup> “O termo *agronegócio*, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldeberg nos anos 1950, no âmbito da área da administração e *marketing*. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma resposta de análise sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial então predominante” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 79).

<sup>33</sup> “Hidronegócio é, literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio. O termo surgiu da necessidade de se criar uma expressão que abrigasse sob a sua sombra todos os tipos de negócios que hoje surgem a partir da água” (MALVEZZI, 2012, p. 395).

<sup>34</sup> As lógicas jurídicas de organização da multifuncionalidade da agricultura, segundo afirma Sabourin (2005, p. 172), “[...] conformam um conjunto híbrido que associa tanto as considerações comerciais e os instrumentos de mercado, como a defesa de valores de interesse geral: a preservação do meio ambiente e da paisagem, a manutenção do tecido social rural por meio de atividades diversificadas, como por exemplo, o agroecoturismo, os produtos territoriais etc.”

Nos debates em torno da categoria analítica da multifuncionalidade é válido, ainda, lembrar que ela

[...] reitera o reconhecimento institucional da importância socioeconômica e política das unidades de produção agrícola não regidas pelo modelo produtivista, e para além de suas funções meramente mercantis, na direção, portanto, de um desenvolvimento econômico e social em sentido amplo. (MORAES; VILELA; 2003, p. 105)

Assim, além da valorização da função social dos agricultores no interior da sociedade contemporânea, a multifuncionalidade da agricultura reconhece as unidades de produção familiar que não operam, única e exclusivamente, como aporte para atender aos interesses da economia de mercado como fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico dos espaços rurais. Levando em conta a diversidade dos territórios em que a agricultura familiar camponesa é praticada.

Nas discussões acerca da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, os autores que introduzem as pesquisas em torno do conceito em questão em um país com profundas desigualdades sociais e regionais, alertam para algumas questões cruciais. Em sentido mais geral, ao transladar uma categoria analítica de outro país, como no caso o da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais da França, é preciso levar em conta que

[...] este debate [...] toma força num momento em que os agricultores familiares, finalmente, conseguem conquistar, mesmo que ainda de forma insuficiente e parcial, o reconhecimento da própria condição de produtor agrícola com uma contribuição significativa para o mercado. Não se trata, portanto, da substituição de riquezas materiais, mas da afirmação da simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade dos agricultores familiares. (WANDERLEY, 2003, p. 15).

Dentro desta perspectiva, o enfoque da multifuncionalidade da agricultura “[...] é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos” (CAZELLA, *et al.*, 2009, p. 48-49). Nesta lógica, a agricultura familiar brasileira ganha destaque ao ter as dimensões sociais, culturais e ambientais valorizadas, marcando-se como uma atividade extremamente multifacetada.

Logo, o que distingue esta abordagem no Brasil em relação a outros países é, sobretudo, “o papel atribuído pela noção de MFA à atividade agrícola,

especialmente à produção agroalimentar, na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais” (CAZELLA, *et al.*, 2009, p. 49). Na esfera da produção de alimentos no âmbito das atividades agrícolas desempenhadas pelas famílias brasileiras, é notória a contribuição desta para o autoconsumo e, conseqüentemente, para a reprodução socioeconômica das unidades familiares características da agricultura familiar, conforme será abordado mais adiante.

Reforçando o exposto acima,

A importância atribuída à produção alimentar deve ser cotejada com a constatação de que a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria delas obtém incrementos de renda por outras fontes que não apenas sua produção agrícola mercantil. Embora a constatação não seja nova, tal característica coloca desafios específicos para a correlação entre a atividade agrícola e a promoção das demais funções da agricultura que se pretende valorizar. (CAZELLA, *et al.*, 2009, p. 49).

Na confluência dos esforços em fortalecer a discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura no Brasil, Wanderley (2003) afirma que esta proposição pode contribuir para despertar a consciência sobre o importante e diversificado papel dos agricultores para o desenvolvimento da sociedade. O que nos leva a afirmar, outra vez, que a agricultura familiar, dentro da ótica multifuncional, pode conferir diferentes contribuições para as famílias rurais, mas, também, ao conjunto da sociedade brasileira.

Outrossim, para a realidade rural brasileira, Carneiro e Maluf (2003) aportam para quatro funções que a agricultura familiar pode desempenhar, a saber: a) *reprodução socioeconômica das famílias rurais*; b) *promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade*; c) *manutenção do tecido social e cultural* e d) *preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*. Os autores alertam que a manifestação de cada uma das funções reflete os contextos territoriais e socioespaciais onde a agricultura é praticada e que, a depender destes, uma ou mais função pode ganhar destaque.

#### 4.2.1 REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS

De acordo com o que aponta Maluf (2003),

Esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante para amplos segmentos da população. A agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, apesar de que, para a maioria delas, sua contribuição menos importante venha sendo a renda monetária obtida por essas famílias com a produção agrícola própria. (MALUF, 2003, p. 137)

Ressalta-se, desta forma, que as agriculturas desempenhadas pelas famílias rurais brasileiras têm importante papel para a manutenção dessas pessoas em seus espaços de origem, de forma que, através dela, obtém-se a renda necessária para se reproduzirem. Porém, vale atentar para o argumento desenvolvido pelo autor, ao reiterar que, para boa parte das famílias rurais brasileiras, apesar do papel relevante que a agricultura continua a ter enquanto atividade econômica, a renda<sup>35</sup> monetária dela obtida perde espaço ao levar em consideração outras funções atreladas a ela.

Em consonância a isso, o autor discorre que é necessário desdobrar a referência à “agricultura” a partir de duas importantes dimensões. A primeira delas diz respeito à “agricultura em geral”, “[...] formada pelo conjunto das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas realizadas num território, às quais está interligado um conjunto de outras atividades [...]” (MALUF, 2003, p. 137). Compreendendo, assim, a atividade agrícola correlacionada à atividades não agrícolas<sup>36</sup>.

A segunda dimensão “[...] abarca a atividade agrícola das famílias rurais, em dois segmentos, o mercantil e o autoconsumo” (KONZGEN, 2017, p. 62). Embora esta dimensão seja mais restrita, ela desdobra a atividade agrícola desempenhada pelas famílias rurais a partir de dois componentes: aquela que leva em consideração o direcionamento da atividade agrícola para o mercado e o que busca direcionar a mesma para a sobrevivência das famílias, através do autoconsumo.

---

<sup>35</sup> Leva-se em consideração, ao trabalhar com a diminuição do papel da renda monetária oriunda da agricultura, dois fatores. “Primeiro, a tendência de queda dos preços reais dos produtos agrícolas e a consequente redução da renda agrícola, um fenômeno mais geral, que no Brasil foi acentuado, na última década, pelo papel da contenção dos preços agrícolas na política antiinflacionária - a chamada “âncora verde” do Plano Real. Segundo, a ausência de condições para que as famílias aperfeiçoem o processo produtivo e agreguem valor aos produtos agrícolas, devido a insuficiências relacionadas com disponibilidade de área, suporte técnico-comercial e recursos financeiros” (MALUF, 2003, p. 137-138).

<sup>36</sup> “Como atividades não-agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola. Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços” (SCHNEIDER, 2009, p. 4).

Assim sendo,

O que há de novo nesse contexto é o fato da reprodução socioeconômica das famílias rurais não ser dependente apenas das atividades agropecuárias, haja vista a emergência das atividades não-agrícolas (pluriatividade) exercidas por membros das famílias rurais, seja dentro ou fora da unidade de produção; e da segurança alimentar dar ênfase à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos, *in natura* ou processados. (CANDIOTTO, 2009, p. 9)

Verifica-se, portanto, que, para uma parcela significativa das famílias rurais brasileiras a recorrência à atividade agrícola não tem como objetivo principal adquirir recursos financeiros para se manter no campo, tendo em vista o crescimento de atividades consideradas não agrícola realizadas fora dos limites da unidade de produção, ou seja, da pluriatividade<sup>37</sup>. Em outros termos,

[...] a estratégia de obtenção de renda monetária pelas famílias rurais caracteriza-se pelo recurso sistemático às atividades não agrícolas no interior da unidade familiar e fora dela em ocupações tipicamente urbanas, mas também inclui o trabalho temporário em atividades agrícolas realizadas em estabelecimentos de terceiros. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade. (MALUF, 2003, p. 138)

Como pode-se verificar, a multifuncionalidade da agricultura está intimamente atrelada ao fenômeno da pluriatividade, pois muitas famílias rurais recorrem à realização de atividades não agrícolas com o objetivo de complementar a renda para fins de reprodução social e econômica. A partir destes termos, é possível inferir que a pluriatividade está no escopo das “[...] estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros” (SCHNEIDER, 2009, p. 4).

Neste entendimento, é profícuo sublinhar que a recorrência, seja de um dos membros da família<sup>38</sup> ou de grande parte do grupo doméstico ao exercício de atividades econômicas que extrapolam os limites da unidade produtiva, não é disfuncional ao enquadramento categórico enquanto agricultor familiar. Pelo

---

<sup>37</sup> “A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização com nível de propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90).

<sup>38</sup> Assim, “[...] pode-se falar da pluriatividade de uma pessoa, quando esta exerce mais de uma atividade, ou da pluriatividade de uma família ou ainda de parte dos membros que integram a família” (SCHNEIDER, 2009, p. 5).

contrário, levando em consideração que a pluriatividade é um meio e não um fim si mesmo quando da adoção pelas famílias rurais, o que corrobora, sobremaneira, para a manutenção da chamada agricultura familiar camponesa, conforme vários estudos apontam.

Na literatura existente sobre a pluriatividade dos espaços rurais denota-se que há uma profunda relação desta com o conjunto de estratégias adotadas pelas famílias que praticam a agricultura, principalmente a de caráter familiar, no sentido de garantir a continuidade da vida e do trabalho no campo. Isto fica mais claro quando se percebe que

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. (SCHNEIDER, 2009, p. 5)

Destarte, mesmo a pluriatividade sendo um artifício recorrido por um membro do grupo familiar<sup>39</sup> ou pela grande maioria deste, ela pode ser compreendida como um meio de reação ou de adaptação. No primeiro caso quando aqueles que a ela percorrem estão passando por uma situação de necessidade social, dada a vulnerabilidade em que se encontram um número significativo de famílias no rural brasileiro. E, no segundo caso, isto é, como uma estratégia de adaptação, quando os indivíduos possuem um leque imenso de possibilidades no que concerne às decisões a serem tomadas no interior da família para a sua reprodução, conforme esclarece Ellis (2000).

Consoante ao que Schneider (2009) afirma, mesmo a combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas sendo uma realidade já consolidada no mundo rural,

[...] pode-se dizer que a pluriatividade distingue-se destas formas de trabalho complementares por ter deixado de ser um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho. (SCHNEIDER, 2009, p. 6)

---

<sup>39</sup> Este raciocínio abre a oportunidade para alertar que “[...] não é o fato de que em uma família existe o acesso a diferentes tipos de rendas, além das agrícolas, tais como as rendas de aposentadorias, a remessa de dinheiro de parentes ou membros da família que residem e trabalham fora do estabelecimento, que faz com que uma família seja considerada pluriativa. Enquanto não se configurar uma situação que implique na combinação de diferentes atividades com a agricultura, não se pode falar em pluriatividade” (SCHNEIDER, 2009, p. 5).

Observa-se, deste modo, que a pluriatividade destoa do exercício de atividades casuais apenas com o intuito de complementar a renda das famílias de agricultores, passando a ser uma estratégia organizada que coloca estas famílias no interior da dinâmica do mercado. Em outras palavras, a pluriatividade emerge como um processo de crescente mercantilização das atividades perscrutadas pelos agricultores, inserindo os mesmos no âmbito da lógica de trocas de mercadorias com outros setores da economia (SCHNEIDER, 2009).

Não menos importante, como já foi assinalado, salienta-se que os estudos envolvendo a pluriatividade retratam que ela existe há muito tempo no meio rural, embora apenas atualmente passou a ser assim denominada. Além disso, que este fenômeno<sup>40</sup> consiste em “[...] uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, que recorrem às atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante” (SCHNEIDER, 2009, p. 7).

Voltando ao argumento inicial, no que se refere à reprodução socioeconômica das famílias rurais, pode-se afirmar que a atividade agrícola não é a única fonte de geração de renda monetária, mas, continua tendo um lugar relevante na organização socioeconômica dos espaços rurais. O que dá margem para poder falar das demais funções que a agricultura familiar e os espaços rurais possuem, como a segurança alimentar, a manutenção do tecido sociocultural e a preservação da paisagem rural.

#### 4.2.2 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS RURAIS E DA SOCIEDADE

Outro enfoque trazido pela multifuncionalidade da agricultura diz respeito ao provimento de alimentos para as famílias dos agricultores e ao conjunto da sociedade. Nesta direção, Maluf (2003) aponta que a produção voltada para o

---

<sup>40</sup> Por isso, pode-se dizer que “[...] que a pluriatividade é um fenômeno que decorre dos processos mais gerais de transformação da sociedade contemporânea, especialmente no que se refere aos modos de produção e formas de ocupação do trabalho. Não obstante, a pluriatividade também está relacionada ao repertório cada vez mais complexo de respostas dos agricultores aos contextos em que vivem e às situações adversas que enfrentam, notadamente em face dos problemas advindos de sua crescente vulnerabilidade e perda de autonomia” (SCHNEIDER, 2009, p. 24-25).

autoconsumo das famílias rurais é o ponto de adequação da abordagem sobre a multifuncionalidade no Brasil, tendo em vista os grandes quadros de desigualdades sociais existentes no país.

Assim, ao abordar a agricultura a partir da função de promover a segurança alimentar, é fundamental levar em consideração os dois sentidos a ela associados, ou seja, “[...] o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade dos mesmos” (MALUF, 2003, p. 142). Portanto, o acesso a alimentos pelas famílias rurais em quantidade suficiente e em termos de qualidade, aliadas ao abastecimento da sociedade é o ponto nodal atribuído ao desempenho desta função que a agricultura deve cumprir.

No âmbito da pesquisa desenvolvida pelo autor acima mencionado, pôde-se constatar que a produção de alimentos direcionada para o autoconsumo ganha relevo nos contextos de crise, seja da produção agrícola voltada ao mercado ou no campo do desemprego das famílias rurais. Em consonância, é inevitável a afirmação de que

[...] o peso da produção para o autoconsumo como garantia da segurança alimentar das famílias rurais viu-se ampliado em face da limitada renda monetária propiciada pelo componente mercantil da atividade agrícola própria e também pelas demais atividades desempenhadas pelos membros da família. (MALUF, 2003, p. 142)

Outro fator que merece destaque na pesquisa realizada gira em torno das respostas dadas pelos agricultores entrevistados acerca da qualidade dos alimentos consumidos por suas famílias, os quais são considerados saudáveis, pois partem da produção realizada pelo próprio grupo familiar. Vale destacar que, em alguns casos, a sanidade dos alimentos esteve relacionada ao não uso de agrotóxicos nas lavouras cultivadas para o suprimento alimentar daquelas famílias.

Ao enfatizar na discussão a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, estes produtos químicos, indiscutivelmente, responsáveis pela degradação ambiental, social e cultural dos agroecossistemas<sup>41</sup>, abre-se a oportunidade de trazer à tona as contribuições oferecidas pela agroecologia<sup>42</sup> no

---

<sup>41</sup> “Entendido como uma unidade de análise é considerado como um ecossistema artificializado pelas práticas humanas por meio do conhecimento, da organização social, dos valores culturais e da tecnologia” (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 47).

<sup>42</sup> Reforça-se que “[...] a agroecologia é um corpo de conhecimentos científicos e populares derivados do esforço de cientistas naturais e sociais e de agricultores que se recusaram a admitir a

sentido de aferir uma forma sustentável de produção agrícola. Isso, pois, “a agroecologia representa uma forma de abordar agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção” (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 45).

A abordagem agroecológica, na perspectiva em tela, é entendida como um instrumento propício para pensar a agricultura a partir dos sujeitos nela envolvidos, sobretudo no tocante à segurança alimentar das famílias que executam a atividade agrícola, sem deixar de lado, nesse processo, os usos ecologicamente sustentáveis dos recursos naturais disponíveis nos ambientes em que é praticada. Em outras palavras, esta abordagem “[...] fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 46).

Levando em consideração o segundo aspecto relacionado à promoção da segurança alimentar, “[...] o principal papel da agricultura é o abastecimento alimentar da sociedade (segurança alimentar como disponibilidade em quantidade)” (MALUF, 2003, p. 143). Neste mesmo sentido, a qualidade dos alimentos produzidos está diretamente relacionada às raras iniciativas no âmbito da agroecologia e, indiretamente, nos projetos que buscam valorizar os produtos agrícolas das famílias entrevistadas, conforme salienta Maluf (2003).

Desta forma, o papel da agricultura passa por um processo de resignificação, pois, a temática da segurança alimentar graça como uma função relacionada ao desenvolvimento da referida atividade, “[...] incluída no campo dos bens públicos (junto com a biodiversidade, paisagem rural e herança cultural, entre outros) e não apenas como bem privado [...]” (MALUF, 2003, p. 144). Tendo em vista que, em muitos casos, os enfoques acabam sendo centrados apenas na produção de alimentos com o objetivo de responder aos estímulos do mercado.

---

modernização industrial da agricultura como a única forma de manejar os recursos naturais em um mundo submetido à globalização do capital. De fato, tal recusa acontece de forma crescente entre os agricultores excluídos da lógica modernizante e os cientistas despertados para a insustentabilidade dos modelos de agricultura e desenvolvimento rural empreendidos pelos organismos internacionais” (CARMO; MOREIRA, 2004, p. 55).

A função da agricultura correlata à segurança alimentar das famílias dos agentes envolvidos diretamente no processo agrícola abre a importância de trazer ao debate a questão do autoconsumo destes indivíduos. Uma vez que, muito mais do que atender às exigências, demandas e necessidades impostas verticalmente pela lógica do mercado, a produção desenvolvida pelos agricultores para prover o necessário à sobrevivência biológica também configura como uma estratégia de reprodução social e econômica nos espaços rurais.

No sentido de entender o que vem a ser a produção para o autoconsumo, muitas vezes confundida com a produção para prover a subsistência<sup>43</sup>, verifica-se que ela é “[...] também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção “pro gasto”, [...] definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 485). Assim, de acordo com os autores, delimitar o autoconsumo como uma produção subalterna e de qualidade inferior aos produtos de mercado, é bastante equivocado.

Como pode ser observada, a produção para o autoconsumo pelas famílias rurais têm peso relevante no âmbito das relações delineadas no interior da agricultura familiar camponesa, porque “[...] desenvolve importante papel como renda não monetária, fortalece a segurança alimentar e adentra esferas da sociabilidade e identidade social” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 481-482). Sua validade está assegurada enquanto um processo permeado de valores de uso e não de valores de troca, conforme apontam Grisa e Schneider (2008).

Neste cenário, o autoconsumo configura-se como uma espécie de complementaridade no bojo das necessidades advindas dos grupos familiares, dado que estes grupos estão, cada vez mais, inseridos no jogo do mercado<sup>44</sup>, contudo “[...] continua sendo uma estratégia recorrida pela grande maioria das explorações familiares e cumpre papéis importantes na agricultura familiar” (GRISA;

---

<sup>43</sup> Posto isto, é importante delimitar “[...] que produção para a subsistência é mais ampla que autoconsumo. Enquanto este pressupõe somente o que é consumido pela família, aquela envolve ainda a produção destinada à circulação mercantil, a partir da qual são adquiridos recursos igualmente importantes para a reprodução social” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 485).

<sup>44</sup> Isso porque, conforme já foi desenvolvido, “cresce uma nova lógica organizativa mediada pelo mundo das mercadorias. O camponês não aspira mais somente atender a sua subsistência, mas fazendo parte da sociedade moderna deseja o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 487).

SCHNEIDER, 2008, p. 488). Por isso, dentre as principais causas que levam o mesmo a existir, estão àquelas atreladas ao âmbito econômico, por ser o autoconsumo uma espécie de “economização” dos esforços monetários a que as famílias rurais não precisam recorrer (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Em consonância ao que foi exposto até aqui, assinala-se, ainda, que

A produção para o autoconsumo permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo humano necessita. Também, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições sócio-ambientais e a própria história local. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 488-489)

Focalizar a produção para o autoconsumo na busca pela segurança alimentar do conjunto dos agricultores familiares camponeses é indissociável e primordial. Primeiro, pois oferece uma variedade grande de alimentos que são produzidos pelas famílias rurais, em seus contextos socioespaciais, o que garante, por sua vez, uma alimentação saudável, de qualidade e atenta àquilo que a saúde humana necessita para o seu pleno desenvolvimento.

Em segundo lugar, porque o autoconsumo viabiliza para as famílias a autonomia em relação àquilo que vai compor os seus cardápios alimentares, abrindo espaço para falar que ela, conseqüentemente, respeita as tradições camponesas territorializadas nos lugares em que praticam a agricultura. Tornando indubitável que o autoconsumo viabiliza a manutenção dos laços de reciprocidade e sociabilidade entre a vizinhança<sup>45</sup> das famílias rurais e a rede de parentesco dos agricultores, uma vez que muitas práticas alimentares empregadas pelas famílias acabam sendo passadas de geração em geração.

Além disso, segundo Grisa e Schneider (2008), por meio do autoconsumo são disponibilizados os alimentos com as condições sanitárias ideais para o consumo humano, tendo em vista que o processo de produção dos mesmos tem o

---

<sup>45</sup> Sobre isto, a literatura aponta que “é comum entre vizinhos e membros da comunidade a troca de produtos da horta, sementes, frutas, produtos que nos vizinhos ainda não estejam em fase de colheita, entre outros. Esta produção também está presente nas visitas, nos “filós” típicos da cultura italiana, encontros, reuniões e festas. Mais que alimentar necessidades vitais, nestes casos, a produção para o autoconsumo alimenta sociabilidades, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para reprodução social das unidades familiares” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 489).

controle da unidade familiar. Reforçando, acertadamente, que a produção para o autoconsumo “não se trata de uma estratégia arcaica ou sem importância, ela faz parte dos meios de vida encontráveis no espaço rural contemporâneo e pode se tornar um mecanismo que contribui para o seu desenvolvimento” (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 490).

Cabe ressaltar, por fim, que a produção agroalimentar voltada ao autoconsumo “[...] é crucial para a dinamização social e econômica do espaço rural brasileiro” (CANDIOTTO, 2009, p. 13). Isso porque, conforme foi reiterado, ainda são extremamente complexos os níveis de desigualdade social e econômica que assolam milhares de famílias no campo brasileiro, sobretudo em regiões que, historicamente, o Estado brasileiro não coloca como centro das políticas públicas.

#### 4.2.3 MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL

O papel atribuído à agricultura também encontra relativa associação no interior da manutenção do tecido sociocultural dos espaços em que ela é praticada. Dito de outra maneira, além de contribuir para a reprodução social e econômica das famílias rurais e de garantir a segurança alimentar destas, a agricultura também se vincula a “[...] fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais” (MALUF, 2003, p. 144).

Deste modo, a partir das constatações que configuram a diminuição da importância da produção de gêneros alimentícios para o suprimento das demandas do mercado, “[...] perdura a valorização de modos de vida, as relações com a natureza, com parentes e vizinhos e a produção de alimentos para o autoconsumo” (KONZGEN, 2017, p. 81). Destarte, a multifuncionalidade acaba se tornando um instrumento que valoriza a agricultura e os espaços rurais como um modo de vida e não apenas como receptáculo de reprodução da lógica capitalista de produção.

Para Maluf,

[...] pode-se afirmar que a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade social das famílias rurais brasileiras e é nesta condição que se dá a inserção destas famílias e que se definem, em grande medida, seus padrões de sociabilidade. (MALUF, 2003, p. 144)

Percebe-se, assim, que a agricultura no Brasil se constitui como uma atividade capaz de trazer outros significados sobre a identidade social das famílias que vivem no campo, de forma a valorizar suas vivências, seus costumes e suas tradições nos diferentes lugares em que ela é exercida. A partir disto, se revela um universo de formas e padrões de sociabilidade que reforçam a heterogeneidade conformadora da realidade rural brasileira.

Neste contexto, Maluf (2003) reforça a forte relação da identidade social com a agricultura, principalmente dentro de um contexto em que a produção de alimentos para o mercado perde espaço, o que, indubitavelmente,

[...] exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas, tais como os modos de vida, as relações com a natureza, as relações com os parentes e vizinhos (sociabilidade) e a produção de alimentos para a própria famílias. (MALUF, 2003, p. 144-145).

Corroborando a isso, é passível de constatação que, na grande parte dos casos analisados<sup>46</sup> no Brasil, a partir do enfoque multifuncional, o desempenho da atividade agrícola válida a manutenção das comunidades rurais no que diz respeito aos elementos de cunho social e cultural, como aponta Maluf (2003). O que nos leva a concordar com o autor, ao assinalar a relevância de “[...] um enfoque que considere a permanência dos agricultores no campo como fundamental para a preservação de redes sociais e como condição de cidadania” (MALUF, 2003, p. 145).

Assim, os resultados da pesquisa construída pelo autor citado apontam que as formas de sociabilidade e de identidade social são elementos constituintes do reconhecimento dos entrevistados como sendo agricultores, mesmo que a atividade agrícola mercantil tenha declinado no âmbito da reprodução das famílias. Aqui, ainda que não em sentido diretamente relacionado ao que foi afirmado anteriormente, vale salientar que, entre as formas de sociabilidade das famílias

---

<sup>46</sup> Ainda que seja necessária elucidar que, na perspectiva dos agricultores estudados, “[...] não há uma coincidência entre as expectativas, quase sempre pessimistas, em relação ao futuro da sua atividade agrícola e a intenção de permanecer no campo ou “no lugar”, um aparente paradoxo que se desfaz ao se diferenciar a relação entre os entrevistados com o rural e com o agrícola. As manifestações de todos eles foram no sentido da valorização da vida no campo em relação à da cidade, acompanhada do desejo majoritário de que os filhos saiam do campo apoiando-os na busca de alternativas nas cidades próximas ou nos grandes centros urbanos, visando construir uma trajetória profissional fora da agricultura” (MALUF, 2003, p. 145).

entrevistadas, estão as festas comunitárias, os bailes e o forte vínculo com as comunidades de fé.

Ao adentrar no universo simbólico das comunidades rurais, práticas carregadas de sentido e subjetividade são encontradas. Elas, por sua vez, são evidenciadas nas relações entre a vizinhança e as próprias famílias rurais, que se concretizam, muitas vezes, nas trocas de trabalho no interior das unidades de produção, bem como nas trocas de alimentos ou na ajuda com o preparo deles, o que acena para a importância da reciprocidade.

Neste caminho, Sabourin (2003), Woortmann K. (1988) e Woortmann E. (1995) indicam que a reciprocidade é o elemento estruturante da organização da vida em comunidades rurais. Logo,

[...] a “campesinidade” – enquanto um modo de vida ou uma ordem moral que mobiliza autoconsumo, trabalho familiar, patrimônio comum, autonomia relativa, inserção parcial no mercado, relações de interconhecimento – está em íntima correlação com as estruturas de reciprocidade (aliança, honra e hierarquia), mesmo nas situações “mistas” em que, por vezes, é difícil separar, analiticamente, o intercâmbio da reciprocidade. (MARQUES *et al.*, 2007, p. 173)

Sabourin (2009), ao discorrer sobre a reciprocidade, admite que ela possui três estruturas, entre quais estão: a *reciprocidade binária* (relativa à relação entre famílias e vizinhos); o *compartilhamento do trabalho* (relativo à relação entre a comunidade, onde aquele que dá também recebe); e a *reciprocidade em forma de estrela* (relaciona-se a um tipo de mutirão, no qual todos os conjuntos familiares da comunidade assumem tarefas). Este esclarecimento é importante à medida que cada uma das estruturas aparecem, ora sozinhas, ora combinadas, nos contextos empíricos atinentes ao campo.

Neste sentido, a reciprocidade é entendida como uma prática que ultrapassa a barreira das relações que privilegiam, somente, os valores ligados ao mercado. Na perspectiva dos estudos rurais, este termo busca dar conta das relações que abarcam a ordem econômica e o universo simbólico das chamadas sociedades tradicionais, o que acaba, muitas vezes, sendo confundido com as trocas primitivas (SABOURIN, 2009).

Por isso, vale dizer que a reciprocidade não se constitui na simples troca<sup>47</sup>, seja de favores, trabalhos ou de outras interfaces, pelos sujeitos nos espaços rurais. Ela se configura, isso sim, enquanto uma ética<sup>48</sup>, articulada ao modo de vida camponês, corroborando para o fortalecimento da identidade das comunidades rurais, além da manutenção da teia sociocultural intrínseca à dinâmica do universo rural.

Nas palavras de Sabourin (2009), percebe-se que:

As estruturas de reciprocidade binárias e simétricas estão presentes na produção (ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos) e na transmissão do patrimônio de uma geração à outra. Mas encontramos também a permanência de relações de reciprocidade assimétricas: o acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e a dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (estrutura de redistribuição assimétrica). (SABOURIN, 2009, p. 281)

A constituição de práticas recíprocas no âmbito das sociedades camponesas torna possível a concatenação de um conjunto de atividades, tarefas e trocas de aspectos subjacentes do universo de simbolismos em que estão envolvidas as comunidades rurais, nos mais variados contextos geográficos e históricos. No caso das comunidades camponesas brasileiras, é preciso assinalar que a reciprocidade não anula a troca, podendo estas relações ser mista (SABOURIN, 2009).

Por conseguinte,

[...] para *ser socialmente* em uma sociedade de reciprocidade é preciso doar; portanto, para doar é preciso produzir. Assim, a lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção e da sua transmissão, como também no manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à terra, às reservas comunitárias de água, aos pastos comuns, à mão-de-obra da comunidade (por meio dos convites ao trabalho ou à ajuda mútua), constitui também uma redistribuição compartilhada dos fatores da produção. (SABOURIN, 2009, p. 284)

Desta maneira, a reciprocidade requer doação, marcando uma relação dualística, entre indivíduos ou grupos, no sentido de fornecimento de bens materiais ou imateriais e, conseqüentemente, o recebimento recíproco. Contudo, para além

<sup>47</sup> Para que não haja confusão, Sabourin (2009, p. 64) esclarece que “[...] a troca supõe a relação prévia de duas pessoas - ou seja, um mínimo de reciprocidade; mas subordina o vínculo criado pela reciprocidade ao interesse. Por outra parte, a reciprocidade pode envolver objetos (a reciprocidade das dádivas, por exemplo) [...]”.

<sup>48</sup> “A reciprocidade cria um valor ético que se torna o valor econômico de uma economia de reciprocidade. Os parceiros de uma relação recíproca exercem os dois papéis antitéticos, que podem ser analisados como dois polos de uma relação “contraditória”. Por exemplo, na reciprocidade das dádivas, o doador torna-se donatário e o donatário torna-se doador” (SABOURIN, 2009, p. 65).

disso, a partir da redistribuição generalizada, a reciprocidade desencadeia um conjunto de elementos que corroboram para a geração de um desenvolvimento que supre outras necessidades que extrapolam o plano econômico (prática agrícola ou aquisição de materialidades por meio da troca), buscando atender as exigências atreladas à vida social em comunidade (SABOURIN, 2009).

#### 4.2.4 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL

De acordo com Maluf (2003), para avaliar a preservação dos recursos naturais e da paisagem natural, é preciso levar em conta as relações existentes entre a agricultura desempenhada pelas famílias rurais e o território em que ela se encontra estabelecida. Logo, esta função permite identificar a participação da agricultura no tocante à preservação da paisagem rural e do patrimônio natural no sentido de aliar as práticas sociais e culturais com a legislação ambiental vigente.

No que se relaciona com a preservação dos recursos naturais,

[...] antigamente muitas práticas tradicionais eram pouco agressivas e contribuíam para a reprodução de espécies, regeneração dos solos, e para a própria proteção ambiental. Com a modernização agrícola brasileira decorrente da “Revolução Verde” a partir da década de 1970, muitas dessas práticas foram substituídas pelo “pacote tecnológico”, perdendo espaço e mercado. (CANDIOTTO, 2009, p. 9)

A partir desta realidade, decorre a necessidade de buscar formas alternativas e ambientalmente sustentáveis, a fim de conservar<sup>49</sup> os recursos naturais no âmbito das famílias que praticam a agricultura no Brasil. O uso consciente dos recursos naturais disponíveis, embora considerando o aumento cada vez maior do uso de veneno na produção agrícola, é um bom caminho a ser percorrido no sentido de buscar a conservação.

Nesta mesma direção,

[...] as práticas agroecológicas contribuem para a conservação dos recursos naturais, pois buscam unir questões ambientais, sociais e econômicas, se constituindo em práticas multifuncionais por natureza. A criação de áreas particulares protegidas (Reservas Particulares de Patrimônio Natural), as exigências legais em relação à Reserva Legal e às Áreas de Proteção

---

<sup>49</sup> A adoção do termo *conservar* e não *preservar* decorre do entendimento de que a preservação significa o não uso dos recursos naturais disponíveis, numa alusão aos mesmos como intocáveis.

Permanente também se constituem em ações destinadas à conservação dos recursos naturais. (CANDIOTTO, 2009, p. 9)

Observa-se, assim, que a agroecologia, justamente por reunir aspectos ligados à questão social, econômica e ambiental constitui-se, por si só, enquanto uma prática multifuncional. Ainda, contudo, apesar das sugestões que as práticas agroecológicas podem oferecer para a conservação dos recursos naturais, conforme aponta o autor,

[...] urge ater-se à realidade dos agricultores familiares e procurar soluções criativas que aliem preservação/conservação ambiental com possibilidades de extração e cultivo conservacionista de alimentos e outros recursos, pois muitas vezes a recuperação florestal implica na redução das áreas de cultivo, e conseqüentemente, em perdas nos rendimentos provenientes da agricultura. (CANDIOTTO, 2009, p. 9)

Nos estudos que focalizam a preservação dos recursos naturais, Maluf (2003) revela que parece haver uma espécie de generalização dos conflitos entre os objetivos relacionados a esta função e a prática agrícola dos agricultores, que inclui, também, as práticas voltadas no âmbito da agricultura familiar. Estes conflitos estão atrelados ao uso sustentável dos recursos<sup>50</sup> naturais e aos aspectos atinentes à legislação ambiental, colocados por órgãos fiscalizatórios como o Ibama<sup>51</sup>.

No que remete à preservação da paisagem rural, as pesquisas que levam em consideração essa questão são incipientes e pouco tratadas no país. Em geral, “[...] observa-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural, talvez porque a ideia de paisagem rural esteja associada a uma imagem de natureza intocada” (MALUF, 2003, p. 148).

Na perspectiva dos estudos das paisagens rurais, sua preservação e manutenção, os pesquisadores europeus, notadamente os portugueses, trazem importantes contribuições até hoje não muito exploradas no Brasil. Assim, com as mudanças produzidas nas paisagens rurais europeias nas últimas décadas, “[...] fala-se [...] em multifuncionalidade da paisagem, uma vez que às funções de produção, *commodity*, se juntam agora funções não directamente produtivas, *non-commodity*” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 67).

---

<sup>50</sup> “Em relação ao uso sustentável dos recursos naturais, haveria que elaborar um enfoque de desenvolvimento rural sustentável adequado ao objetivo de promover a multifuncionalidade da agricultura familiar” (MALUF, 2003, p. 147).

<sup>51</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

A inter-relação entre os fatores ligados ao patrimônio e aqueles associados à vida cotidiana das pessoas, de um modo geral, convergem para o entendimento de que a paisagem rural constitui-se em um complexo definidor das identidades dos moradores dos espaços rurais. Nesta direção, conforme destacam Galvão e Vareta (2010), na construção da paisagem rural estão encadeados três recursos identitários, a saber: os recursos históricos-culturais (relacionados ao território), os recursos ecológico-naturais (relacionados aos sistemas biofísicos em vinculação ao território) e, por último, os recursos sociais e simbólicos (relacionados aos valores em associação à paisagem).

A correlação dos três recursos acima elencados permite apontar para a complexificação da categoria analítica em questão, bastante explorada nos países da Europa. Em consonância, vale mencionar que, naquele contexto,

De um espaço essencialmente de produção agrícola para auto consumo até há umas décadas atrás, as paisagens rurais europeias transformaram-se progressivamente em espaços abertos de consumo, em que o padrão de uso do solo não é só dominado pela agricultura. (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 67)

Como se pode observar, a intensificação das mudanças ocorridas no mundo rural europeu, transformando aquele espaço que transcende pura e simplesmente a produção agrícola conformando, também, um espaço de autoconsumo, aporta para a incorporação de outras funções<sup>52</sup> nos usos do solo, além da agricultura. Deste modo, como já foi dito, muito embora o conceito de multifuncionalidade do espaço rural tenha sido tomado com vistas à elaboração de políticas públicas, o mesmo conceito sobreposto ao de paisagem torna-se bem mais abrangente (GALVÃO; VARETA, 2010).

Portanto, para os autores portugueses em tela, a multifuncionalidade contribui para “[...] proceder à avaliação das funções suportadas por uma determinada paisagem, num determinado momento, e de que forma essas funções se potenciam mutuamente ou estão em conflito” (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 67). Não deixando de lado, é claro, que, na fundamentação da multifuncionalidade, estão

---

<sup>52</sup> “As funções podem ser definidas como bens (amovíveis) ou serviços (não amovíveis), disponibilizados na paisagem, e que provêm às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 68).

dois os sub-sistemas da paisagem, isto é, o material e o cultural (GALVÃO; VARETA, 2010).

Em virtude disso, “[...] o conceito de multifuncionalidade da paisagem, assume particular interesse e importância quando o objectivo é caracterizar a paisagem com vista à definição de orientações para o seu ordenamento” (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 68). O que torna salutar que a paisagem rural, neste caso, é tomada como ponto de partida para os processos que buscam orientar decisões voltadas ao seu uso e gestão mais sustentáveis.

Estabelecidos estes comparativos, “[...] há que distinguir os olhares dos diferentes atores sociais sobre o que significa preservar a paisagem, especialmente no tocante às relações entre as atividades produtivas e a preservação da paisagem e do patrimônio” (MALUF, 2003, p. 148). Isso porque o uso dos recursos naturais e a preservação da paisagem rural aparecem, no Brasil, como elementos inexoráveis no processo de reprodução social e econômica das famílias rurais brasileiras e da agricultura familiar.

## **5 A MULTIFUNCIONALIDADE NOS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES: um estudo no Assentamento Renascer – Canguçu/RS**

*“É preciso conceber o sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades”. (MORIN, 2014, p.128)*

Neste capítulo são analisados e discutidos os dados obtidos no contexto empírico da pesquisa, ou seja, o Assentamento Renascer. Assim, à luz do que versam os referenciais utilizados na construção teórico-conceitual envolvendo a agricultura familiar camponesa e a multifuncionalidade da agricultura familiar, as informações acerca da realidade social investigada são problematizadas tendo como foco o estudo de caso.

Por seu turno, o presente capítulo encontra-se organizado de modo que, inicialmente, são apresentados alguns marcos teóricos envolvendo os processos migratórios do campesinato pelo território brasileiro, com o objetivo de introduzir o que se escolheu denominar de “antecedentes” das famílias assentadas que foram entrevistadas. Posteriormente, são trazidos para a discussão os principais aspectos da realidade empírica associados ao sistema social, produtivo e técnico a partir da proposta desenvolvida por Diniz (1984).

Por fim, levando em conta as informações fornecidas pelos assentados por meio do questionário semiestruturado, são problematizadas as questões referentes à multifuncionalidade da agricultura familiar no contexto do Assentamento Renascer. Para efeitos de compreensão, a análise dos dados obtidos em campo foi realizada confrontando os referenciais teóricos sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura.

### **5.1 Os processos migratórios camponeses pelo território brasileiro**

O fenômeno da migração, isto é, o deslocamento de indivíduos ou grupos humanos pela superfície terrestre sempre fez parte das dinâmicas de vida das mais diversas populações existentes no mundo. Pode-se dizer que, ao menos uma vez

durante a vida, os indivíduos são postos em situações que desencadeiam a necessidade de migrar, independentemente das causas que levam a isso.

Em consonância, as migrações podem ser de diversos tipos (internacionais, inter-regionais, intra-regionais, definitivas, temporárias e, até mesmo, espontâneas) e os motivos que as provocam estão ligados às mais diversas ordens (políticas, religiosas, econômicas, culturais e ambientais). Portanto, o que deve prevalecer, para os propósitos desta discussão, é que o ato de migrar foi fundamental para a constituição de determinadas populações, merecendo destaque, neste caso, a que integra o “campeinato em marcha” existente no Brasil (MARIN, 2013).

Posto isso, a historiografia que aborda o campeinato brasileiro denota que este sempre esteve envolto em situações onde precisou se deslocar para garantir a reprodução dos seus modos de vida e de trabalho. Logo, não é de se estranhar que os colonos<sup>53</sup> da região Sul e Sudeste ou os nordestinos e nortistas empreenderam significativos processos de deslocamento pelo território brasileiro, nos mais variados tempos e pelas diversas finalidades, demarcando as suas identidades enquanto sujeitos camponeses.

Buscando o aporte teórico que discorre acerca das razões das migrações camponesas no Brasil, verifica-se que estas estão associadas a diferentes fatores e ordens, mas marcadas, sobretudo, pela “[...] contingência para a continuidade da condição social camponesa [...]” (MARIN, 2013, p. 253). Isso deixa claro, de imediato, que as práticas migratórias que envolvem o campeinato devem ser analisadas sobre o prisma da reprodução de suas condições de existência.

Nesta perspectiva, o autor acima citado também salienta que “[...] as migrações de camponeses, tanto para os espaços urbanos como para os rurais, são processos derivados não apenas da inviabilidade de suas condições de existência,

---

<sup>53</sup> “Ao final do século XIX, o recrutamento de colonos europeus para a constituição de trabalhadores livres no Brasil adquiriu o caráter de problema nas esferas dos governos provinciais, que dispunham de autonomia legal e administrativa para orientar os fluxos de deslocamentos em conformidade com os interesses dos grupos sociais hegemônicos da época. Na Região Sul e Sudeste, essa política foi orientada por interesses de grandes cafeicultores, que, em face do declínio do regime escravista, procuravam resolver o problema da falta de mão de obra com a absorção de trabalhadores estrangeiros. Nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, os programas correspondentes tiveram como objetivo a criação de núcleos coloniais para a instalação de trabalhadores em pequenas unidades de produção, visando, principalmente, ao aumento da produção de gêneros de consumo interno e reforço da defesa das regiões de fronteiras” (MARIN; NEVES, 2013, p. 9).

mas também integram suas práticas de reprodução social” (MARIN, 2013, p. 253). Assim, verifica-se que o deslocamento do campesinato pelo território brasileiro configura-se como uma de suas estratégias reprodução social e econômica.

Como é sabido, dados os processos históricos da colonização portuguesa no Brasil e os seus desencadeamentos, o país apresenta uma das maiores concentrações de terra no mundo todo. O que sinaliza, por sua vez, que [...] diante da necessidade de escapar da pressão direta da grande propriedade, concentradora de terras, a alternativa possível constituiu, ao longo da história do campesinato brasileiro, especialmente em algumas regiões, na migração para o interior do Brasil. (WANDERLEY, 2009, p. 173).

Observa-se, assim, que dentre os fatores que impulsionaram o deslocamento<sup>54</sup> massivo de camponeses, principalmente para o interior do território brasileiro, estão presentes as consequências e os efeitos advindos da concentração fundiária. Com efeito, estes motivos por quase sempre impediu e ainda impedem que o campesinato consiga desenvolver o seu trabalho e dar continuidade à produção de suas tradições e de seus costumes.

Nestes termos, vale reforçar, ainda, que:

A concentração da estrutura fundiária, que para os camponeses implicava a falta de terra, impulsionava as contínuas correntes migratórias. Isso significa que a questão migratória também precisa ser enfocada no âmbito das contradições históricas da reprodução social do campesinato, na situação em causa, engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que, muitas vezes, resultam em expropriações e violência. (MARIN, 2013, p. 253-254)

É notório que, dada as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o campesinato se viu em situações que precisou empreender práticas migratórias para que pudessem continuar a existir. Reforçando, desta maneira, que as migrações camponesas e a busca de meios e estratégias para a sua reprodução estão fortemente ligadas à proliferação das lógicas capitalistas de produção.

---

<sup>54</sup> O deslocamento massivo, no contexto da história do campesinato brasileiro, muitas vezes “[...] despontava como possibilidade de descompreensão dos conflitos intrafamiliares e de conquista de maior autonomia [...]” (MARIN, 2013, p. 255).

Assim, além da escassa quantidade de terras para trabalhar e produzir e da violência e da expropriação asseveradas pela incorporação do capitalismo no espaço rural brasileiro, Marin (2013) aponta que, em determinadas situações, também estão as implicações decorrentes de uma topografia não favorável ao plantio, bem como, aos problemas de ordem ambiental<sup>55</sup>, em consequência do uso inadequado do solo e da ausência de técnicas de conservação do mesmo. Fazendo, assim, prevalecer o entendimento de que as correntes migratórias que marcam a história do campesinato brasileiro estão assentadas em motivos que se coadunam.

Naglis (2013) também reitera alguns fatores que incentivaram e, até os dias de hoje, ainda incentivam diversas populações camponesas a migrarem. Para ela e em associação ao que pontuou Marin (2013), entre os motivos que contribuem para o desencadeamento de processos migratórios no universo camponês, estão “[...] a falta de terra diante da hegemônica formação dos latifúndios, a má condição de vida, a ausência de trabalho e a diminuição da eficácia do solo; somando-se a isso, ainda constam os desastres naturais, como as constantes secas” (NAGLIS, 2013, p. 297).

Vale dizer, também, que não são somente os motivos de ordem material, como os mencionados, que impulsionam as migrações camponesas. Logo, é imprescindível cuidar para não cair no reducionismo inerente às razões de ordem material, pois “analisar a trajetória desses sujeitos somente pelo deslocamento no espaço geográfico descaracteriza as históricas vividas por eles e as reduzem apenas a cifras ou à mão de obra para ocupação de ‘espaços vazios’” (SANTOS, 2003, p. 29).

Em relação ao que foi exposto anteriormente, as migrações estão associadas, também, às questões do âmbito da vida familiar no interior da ordem camponesa. Estes motivos se revelam quando se leva em consideração “[...] o casamento, o nascimento dos filhos, a entrada dos filhos na fase adulta ou a morte do pai ou mãe da família [...]” (MARIN, 2013, p. 259). Deixando clarividente que existem aspirações que subjazem à ideia associada aos motivos e causas que

---

<sup>55</sup> “Os problemas ambientais, conjugados aos técnico-produtivos, resultavam na baixa produtividade dos cultivos e escassez de gêneros alimentícios essenciais da dieta dos camponeses. As colheitas nem sempre garantiam a satisfação das necessidades alimentares das famílias” (MARIN, 2013, p. 257).

partem de uma face apenas material no contexto dos deslocamentos camponeses pelo território brasileiro.

Esclarecidas, então, as motivações que estão envolvidas nos processos migratórios delineados pelos camponeses no Brasil, requer que as mesmas sejam percebidas como componentes do repertório de estratégias que estes indivíduos acionam para garantir a sua reprodução social e econômica nos mais variados contextos geográficos e históricos. Perfazendo, assim, a expressividade que está contida nos modos de vida e de trabalho destes atores sociais.

## **5.2 Descortinando o passado: os “antecedentes” das famílias do Assentamento Renascer**

Antes de adentrar nos “antecedentes” das famílias assentadas no Renascer, cabe elucidar alguns elementos que levaram à chamada modernização conservadora da agricultura, a fim de melhor compreender os processos que levaram a formação do assentamento em tela. Assim, sobretudo a porção Norte do estado gaúcho, é marcada, historicamente, pela presença do cultivo de grãos em larga escala, ganhando destaque, principalmente, a produção de soja e trigo e, com efeito, onde o processo de modernização da agricultura mais imprimiu as suas marcas.

A modernização agrícola nos campos gaúchos, colocada em curso a partir da década de 1960, consolidou os massivos investimentos do Estado no setor agropecuário, os quais

[...] favoreceram uma pequena parcela de grandes agricultores e empresários rurais, que tinham como objetivo expandir a produção de trigo e soja, aumentar as exportações e “modernizar” o campo, com a inserção de máquinas, implementos agrícolas, biotecnologias entre outros. (ALVES; SILVEIRA, 2008, p. 158)

Na contramão do esperado, o desenvolvimento do capitalismo no espaço geográfico da Região Norte do estado engendrou uma série de contradições, uma vez que não diminuiu a concentração da propriedade da terra e nem foi benéfico aos agricultores familiares (ALVES; SILVEIRA, 2008). Sem deixar de mencionar o aumento catastrófico dos problemas ambientais, decorrentes do uso cada vez mais

excessivo de produtos químicos com a intenção de elevar a produtividade e obter lucro em um curto espaço de tempo.

Por efeito, as forças capitalistas penetradas nos campos gaúchos contribuíram para “a expulsão de milhares de agricultores das terras que ocupavam, configurando a cristalização de focos de movimentos sociais reivindicatórios, como é o caso dos agricultores sem-terra” (TAMBARA, 1985, p. 62). O que reforça, mais uma vez, as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista<sup>56</sup>, verificado, nesse caso, com a aglutinação de milhares de camponeses expropriados, que passaram a clamar pelo direito constitucional a terra.

Portanto, é nesse cenário de tensões, verificado pela elevada concentração da estrutura fundiária, do aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e do alijamento massivo de agricultores ao acesso à terra, que convergem as forças para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), principal movimento socioterritorial do Brasil e da América Latina, concomitantemente. Destarte,

Na década de 1970, os assentamentos rurais se territorializaram no Planalto Médio, na região norte do Rio Grande do Sul onde existiam um número elevados de agricultores sem-terra, região na qual houve a maior expansão do binômio trigo-soja durante o processo de modernização da agricultura. Pela dificuldade de desapropriação de terras no região norte do Rio Grande do Sul, a territorialização dos assentamentos rurais ganha outras regiões para a reprodução de atividades, como é o caso da Metade Sul na década de 1990. (ALVES; SILVEIRA, 2008, p. 159)

A conformação do MST e, conseqüentemente, a pressão por eles mobilizada para que o Estado desse respostas, face às elevadas concentrações de terra, sobretudo no Norte gaúcho, levou ao desencadeamento de processos de territorialização<sup>57</sup> de assentamentos rurais, iniciados ao longo da década de 1970. Contudo, dadas as dificuldades decorrentes do processo de desapropriação dos latifúndios naquela parte do estado, muitas famílias acabaram se deslocando para

---

<sup>56</sup> O modelo de desenvolvimento de base capitalista, perpetrado nos espaços rurais rio-grandenses, no começo da década de 1960, trouxe efeitos que “[...] podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o desemprego sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades [...]. Esta precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores” (BERGAMASCO, 1997, p. 37).

<sup>57</sup> Os processos de territorialização são decorrências “[...] da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2004, p. 235).

outras áreas, como, no caso, a Metade Sul<sup>58</sup>, inserindo também aí as lógicas de territorialização dos agentes sociais expropriados pela modernização da agricultura.

Neste sentido, ao discorrer sobre a realidade de vida e de trabalho das famílias entrevistadas, é preciso levar em consideração que elas possuem diferentes histórias, bem como, diversas vivências e experiências que antecedem à inserção na Serra dos Tapes, onde está localizado o município de Canguçu e, por consequência o Assentamento Renascer. Muito embora, antes de chegar ao Assentamento, essas famílias estivessem atravessadas pelo desejo comum de ter um pedaço de terra para morar, trabalhar e viver com mais dignidade.

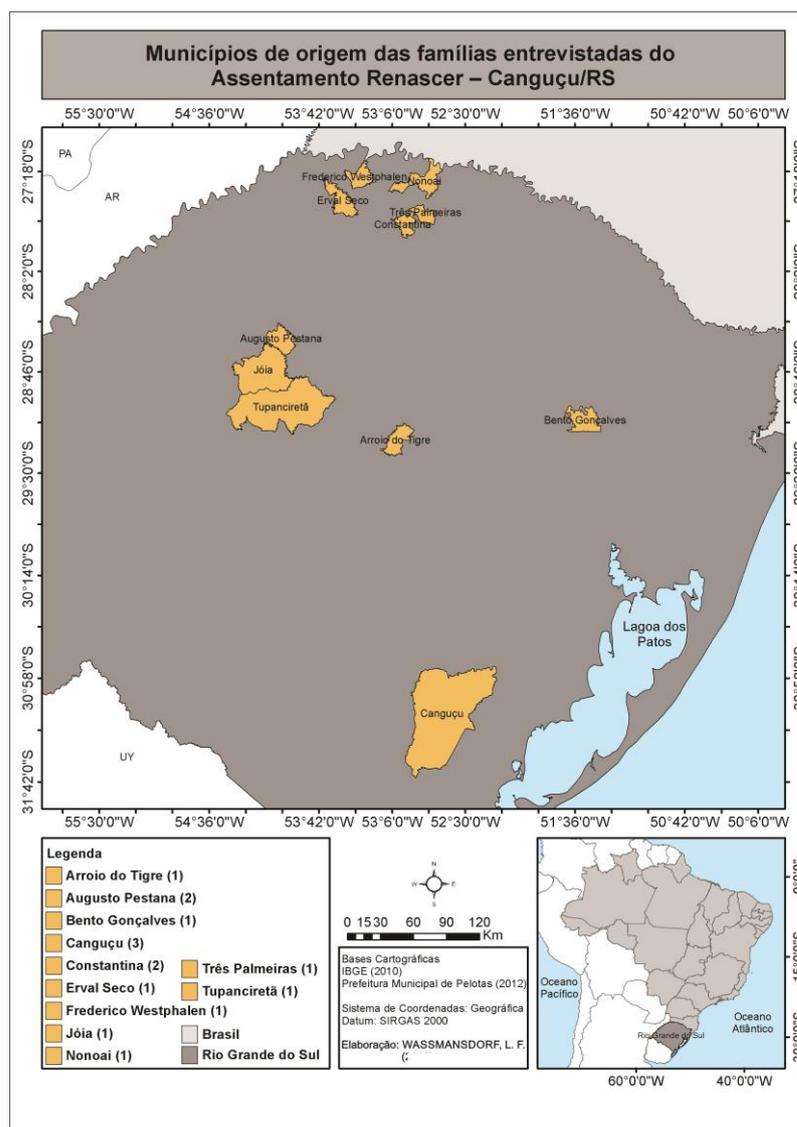
Na parte inicial da pesquisa de campo (2019), as quinze famílias foram questionadas acerca do seu local de origem antes da instalação no Assentamento em questão. Pôde-se constatar que as famílias são provenientes de municípios como Erval Seco (1)<sup>59</sup> Jóia (1), Três Palmeiras (1), Nonoai (1), Frederico Westphalen (1) Constantina (2) e Augusto Pestana (2), todos localizados na Mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, há famílias oriundas de municípios como Tupanciretã (1), Arroio do Tigre (1) e Bento Gonçalves (1), situados, respectivamente, nas Mesorregiões Centro Ocidental, Centro Oriental e Nordeste do referido estado, conforme pode ser observado na Figura 4.

---

<sup>58</sup> “Nesse sentido, a emergência por novas áreas para esta “população sobrança”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente” (ALVES; SILVEIRA, 2008, p. 159).

<sup>59</sup> Refere-se ao número de famílias entrevistadas oriundas daquele município.

Figura 4 - Mapa de localização da origem das famílias entrevistadas do Assentamento Renascer



Fonte: Elaborado por WASSMANSDORF, L. F., 2019.

Evidencia-se, portanto, que 60% das famílias entrevistadas são oriundas de regiões situadas mais ao Norte do Rio Grande do Sul e que foram, em decorrência da expropriação posta em prática pela modernização agrícola, conforme discutido, territorializadas em Canguçu, no final do século passado e começo deste. Corroborado a isso, Alves e Silveira (2008, p. 159) mostram que “[...] após 2000, a territorialização dos assentamentos é predominante na Metade Sul do Estado.”

A territorialização de assentamentos rurais demarca que a luta e a resistência sempre fizeram parte da vida dos sujeitos expulsos de suas terras, dado o

desenvolvimento injusto do capitalismo no campo brasileiro, o que não foi diferente com a grande maioria das famílias entrevistadas. Fazendo emergir o fato de que “[...] o sentido de lutar por terra busca atender a uma necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem-terra, pois ela aspira à terra como oportunidade de trabalho, como garantia de sobrevivência para seus filhos” (DAVID, 2005, p. 67).

Cabe destacar que, uma das famílias entrevistadas é originária do município gaúcho de Bento Gonçalves, destoando da origem da maioria dos demais grupos familiares. Esta é a família que chegou ao Assentamento mais recentemente quando comparada às demais, ou seja, está há três anos assentada no Renascer. A partir do que contaram na pesquisa de campo (2019), o pai de um dos membros da família é assentado e, portanto, embora ele não estando no Assentamento em tela, isso contribuiu para que a família reivindicasse um lote familiar para viver e trabalhar.

Nesta direção, David (2005) aponta que, dentre os vários motivos que levam algumas famílias a buscarem um lote de terra,

Um desses refere-se à história dos pais, também assentados, constituindo já a segunda geração de trabalhadores sem terra, o que evidencia também que os primeiros assentados continuam sem condições suficientes para oportunizar a seus filhos a terra para o trabalho, e recebem como herança a trajetória de conquista da terra através dos movimentos sociais. (DAVID, 2005, p. 90)

Cabe destacar, ainda, que três (3) famílias ou 20% dos que compuseram o rol de entrevistas são naturais do próprio município de Canguçu, circunscrito na Mesorregião Sudeste Rio-grandense. Levando, assim, a denotar que o Assentamento Renascer é composto, também, por indivíduos que não realizaram os constantes deslocamentos pelo território gaúcho, os quais marcam os processos de territorialização da maioria das famílias que constituem os assentamentos de reforma agrária.

Conforme o relato obtido quando da realização do trabalho de campo (2019), uma das famílias assentadas, natural do município, na figura de um casal, conta que sempre trabalhou como empregada em propriedades dos vizinhos, sobretudo com a produção de fumo, em uma outra localidade do município de Canguçu. Logo, como o filho mais velho sempre foi movido pelo desejo de ir para o acampamento em

busca da conquista de um pedaço de terra, o mesmo insistia, permanentemente, para que os pais também fossem a fim de sair da condição de empregados.

Convencidos pelo filho e motivados pela oportunidade que aparecera, o casal decidiu, em meados dos anos 2000, ir para o acampamento onde hoje está configurado o Assentamento. Assim, passaram 52 dias embaixo da lona preta, enfrentando sol quente e chuvas intensas, com o objetivo de vivenciar na pele as dificuldades que antecedem o processo de assentamento, o que leva, hoje, a valorizar o lote que foi, posteriormente, conquistado e a reiterar que pretendem ficar até o final de suas vidas no Assentamento Renascer.

As experiências vividas na fase que antecedeu o Assentamento, como mencionado, foram propositivas à medida que passaram a atribuir maior valor ao patrimônio da terra conquistado e que garantiu, sobremaneira, à família maior autonomia em relação ao passado. Isso porque, “[...] o acampamento se constitui numa fase de preparação e formação, não só do futuro agricultor assentado, mas também do militante, da liderança, do cidadão que antecede à conquista da terra e nela tem continuidade” (DAVID, 2005, p. 95).

Na esteira dos percalços que envolvem a fase anterior à territorialização das famílias nos assentamentos, vale mencionar que:

[...] o espaço-tempo de acampamento não deixa de ser uma experiência difícil para a maioria das famílias envolvidas no movimento. O acampamento é sempre visto como uma situação limite, em que se dão os maiores confrontos entre, de um lado, os partidários da luta pela terra, sua organização e os apoiadores do movimento, como setores da Igreja e organizações não-governamentais; e de outro, as forças contrárias à Reforma Agrária, como as entidades de classe dos ruralistas, sindicatos patronais e setores conservadores da sociedade, mediatizadas pelo Estado e suas instituições. (DAVID, 2005, p. 93)

A outra família entrevistada, também originária do município de Canguçu, argumentou que antes mesmo das fazendas serem desapropriadas e vir a constituir o assentamento, um dos filhos trabalhava para a família do antigo proprietário, na condição de empregado. Deste modo, o mesmo já se encontrava inscrito para o recebimento do lote que, hoje, mora e trabalha com a família, antes da desapropriação ocorrer, como mostra o relato obtido no trabalho de campo (2019).

Na pesquisa desenvolvida no Assentamento Renascer, David (2005, p. 90) observa que “alguns dos agricultores assentados eram antigos empregados das

fazendas desapropriadas para a formação do assentamento em Canguçu”. Com efeito, “os antigos trabalhadores das fazendas desapropriadas nunca haviam participado do movimento de trabalhadores rurais sem terra e receberam suas parcelas por trabalharem na terra, caso contrário, ficariam desempregados” (DAVID, 2005, p. 90).

Por conseguinte, a terceira família natural do município de Canguçu, contou que sempre trabalhou como empregada, na antiga fazenda. Embora morando a maior parte de suas vidas no lote de um dos membros familiares, destacam que vieram para o lote que vivem atualmente depois de o mesmo ser abandonado, há menos de dez anos (PESQUISA DE CAMPO, 2019). O que levanta a questão, bastante presente na realidade dos assentamentos, de abandono da terra pelas mais diversas circunstâncias, sobretudo aquelas ligadas às dificuldades materiais.

Os relatos trazidos pelos entrevistados dão conta da realidade conferida na trajetória de todos aqueles que, expulsos da terra em seus locais de origem, isto é, desterritorializados<sup>60</sup> por conta das consequências impostas pela modernização conservadora da agricultura, buscaram, em outras áreas, uma vida mais digna, o que não foi produto de um processo fácil. Dados todos os obstáculos enfrentados e superados, hoje as famílias assentadas no Assentamento Renascer buscam estratégias para se reproduzir social e economicamente, como será mostrado adiante.

### **5.3 Caracterização dos lotes familiares a partir dos sistemas da agricultura**

Nesta seção da pesquisa são analisadas e discutidas as informações coletadas na pesquisa de campo, a partir do roteiro de entrevistas estruturado. Para tal, a discussão é organizada a partir da proposta dos Sistemas da Agricultura, elaborada por Diniz (1984).

---

<sup>60</sup> “Mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se, hoje, um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização. Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os “aglomerados humanos de exclusão”), a estes, sim, é que efetivamente deve-se dirigir o termo desterritorializados” (HAESBAERT, 2003, p. 22).

Diante disto, cabe explicar que a representação do Sistema da Agricultura, proposto por Diniz (1984), é composto por uma divisão de três subsistemas internos da agricultura, onde o subsistema social permite a caracterização do produtor, o subsistema funcional engloba os elementos técnicos e o último, o subsistema de produção, trata de caracterizar o output do sistema da agricultura. Portanto, a seguir, são concatenadas as informações da realidade empírica, abordadas mediante o sistema social, produtivo e técnico, respectivamente.

### 5.3.1 O SISTEMA SOCIAL

De acordo com Diniz (1984, p. 58), o sistema social “[...] engloba componentes que se associam à operação do sistema, à gerência agrícola, respondendo à questão “quem é o produtor?”. Por conseguinte, no desenvolvimento de sua proposta, o mesmo autor acrescenta que:

A atividade agrícola pressupõe a iniciativa de produzir algo num determinado espaço e engloba duas noções distintas: a noção de propriedade e a de uso ou exploração da terra. Estas duas noções às vezes se confundem e encontram uma mesma expressão espacial, quando o próprio proprietário explora a sua terra; mas, em muitas conduções, há diferenças profundas separando a propriedade do uso da terra. Nestes casos tanto pode ocorrer uma propriedade com vários exploradores, parceiros, por exemplo, como várias propriedades constituindo uma grande exploração, geralmente com formas capitalistas de gerência e produzindo para o mercado. (DINIZ, 1984, p. 58)

Desta forma, fazendo os devidos ajustes para a realidade investigada, o sistema social ajuda a conhecer melhor a estrutura interna dos lotes familiares, levando em consideração o tamanho, a quantidade de pessoas nele existentes, a faixa etária e o grau de escolaridade de cada um dos membros da família. Além disso, permite saber quais são os tipos de atividades desempenhadas pelas famílias (agrícolas e não agrícolas) e os desdobramentos que decorrem daí.

Inicialmente, verifica-se que há um equilíbrio entre a quantidade de homens e de mulheres na composição dos lotes das famílias entrevistadas, como demonstra o Quadro 1. Em outras palavras, são vinte e três homens e vinte e uma mulheres que integram o universo pesquisado. Sendo, de forma geral, que a maior parte deles estão na faixa etária que vai dos 11 aos 60 anos.

Quadro 1 - Composição etária das famílias a partir do gênero

<b>Faixa etária</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
0 a 10	2	1
11 a 20	6	5
21 a 30	-	1
31 a 40	1	1
41 a 50	6	5
51 a 60	4	4
61 a 70	3	2
71 a 80	1	-
81 a 90	-	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com relação ao grau de escolaridade dos membros que compõem as famílias entrevistadas, constata-se, primeiramente, que três pessoas não foram alfabetizadas, duas delas são idosas, além de outra que não está em idade escolar. O que pode ser visto no Quadro 02, que mostra a relação do grau de escolaridade dos entrevistados em relação aos gêneros masculino e feminino, concomitantemente.

Quadro 2 – Grau de Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>A</b> <sup>61</sup>	1	1
<b>NIE</b> <sup>62</sup>	1	-
<b>EFI</b> <sup>63</sup>	14	10
<b>EFC</b> <sup>64</sup>	3	3
<b>EMI</b> <sup>65</sup>	3	3
<b>EMC</b> <sup>66</sup>	1	1
<b>ESI</b> <sup>67</sup>	-	-
<b>ESC</b> <sup>68</sup>	-	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

---

<sup>61</sup> Analfabeto.

<sup>62</sup> Não está em idade escolar.

<sup>63</sup> Ensino Fundamental Incompleto.

<sup>64</sup> Ensino Fundamental Completo.

<sup>65</sup> Ensino Médio Incompleto.

<sup>66</sup> Ensino Médio Completo.

<sup>67</sup> Ensino Superior Incompleto.

<sup>68</sup> Ensino Superior Completo.

O destaque maior, todavia, reflete-se naqueles que não concluíram o Ensino Fundamental, totalizando vinte e quatro dos integrantes das famílias entrevistadas, sendo quatorze homens e dez mulheres. Entre os relatos desses sujeitos está o fato de muitos deles, quando crianças, não possuírem escolas próximas de casa e, também, por precisar dispor do maior tempo possível para ajudar os pais nas atividades agrícolas.

Os relatos acerca dos motivos que impossibilitaram os assentados entrevistados de não concluir o Ensino Fundamental, todos eles atualmente em idade adulta, dão conta, além do que foi mencionado, da percepção que os seus pais possuíam em relação ao ensino formal. Desta forma, foi muito recorrente ouvir daqueles que sempre viveram no campo, que, depois de aprender a ler, escrever e calcular, não era mais preciso continuar na escola, pois haviam aprendido o necessário, o que não está desvinculado com a urgente necessidade de auxiliar os pais no trabalho na agricultura, conforme mencionado.

Além disso, vale notar que seis assentados possuem o Ensino Fundamental completo, muitos deles tendo estudado em escolas localizadas nos seus locais de origem. Seis não concluíram o Ensino Médio, pelo fato de não haver escolas que ofertassem a última etapa da Educação Básica próximas de suas casas ou por terem se casado e, conseqüentemente, tendo que dispor de maior tempo para a família constituída. Já o Ensino Médio completo é realidade de apenas dois indivíduos das famílias entrevistadas.

Outro destaque, concernente ao grau de escolaridade, diz respeito ao Ensino Superior completo. Assim, embora apenas duas pessoas tiveram oportunidade de concluir esta etapa de ensino, elas representam importância significativa no contexto do Assentamento Renascer, pois, são as duas professoras que atuam na Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, onde muitos dos entrevistados e de seus filhos estudaram ou ainda estudam.

Ao analisar a quantidade de pessoas entrevistadas e que trabalham no lote familiar, é possível perceber, de imediato, que há a importante contribuição dos jovens, constituindo um total de dez no âmbito do universo pesquisado, conforme apresentado no Quadro 3. Estes, por sua vez, não exercem atividades que

necessitam de grandes esforços físicos, mesclando-se a ajuda prestada com os trabalhos domésticos e, em alguns casos, com o auxílio na lavoura, em demandas não muito intensas. Sem deixar de mencionar que todos eles, nessa faixa etária, encontram-se em processo básico de escolarização, o que demanda outras responsabilidades para além do trabalho direto no lote da família.

Quadro 3 - Quantidade de pessoas que trabalham no lote familiar

<b>Idade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>0 a 10</b>	-	1
<b>11 a 20</b>	6	4
<b>21 a 30</b>	-	1
<b>31 a 40</b>	1	1
<b>41 a 50</b>	6	5
<b>51 a 60</b>	4	4
<b>61 a 70</b>	2	2
<b>71 a 80</b>	1	-
<b>81 a 90</b>	-	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Vale notar que é na faixa etária correspondente aos 41 a 50 anos e 51 a 60 anos, respectivamente, o que totaliza dezenove pessoas, onde se verifica a maior parte dos que desempenham atividades nos lotes familiares, havendo um equilíbrio entre estes números quando comparados ao gênero masculino e feminino. Porém, é preciso reiterar que, no âmbito das atividades exercidas no interior dos núcleos familiares, a carga de trabalho conferida às mulheres é, indubitavelmente, maior que a dos homens. Isso, pois,

[...] a mulher associa as atividades agrícolas e não agrícolas, participa de todo o processo de produção, reprodução da unidade agrícola familiar, o cuidado das crianças e o trabalho doméstico e exercendo jornada tripla de trabalho, desempenhando um papel importante na agricultura familiar. Mas, em muitos casos, o seu trabalho não é reconhecido e visto apenas como "ajuda" nas tarefas desempenhadas pelos homens. (KONZGEN, 2017, p. 60)

Aos adultos, cabem as atividades que demandam maior força, como as que envolvem o cultivo de gêneros agrícolas, especialmente no que se refere ao plantio e à colheita, bem como, o gerenciamento do lote familiar, geralmente exercido pelos homens. As mulheres, em sua grande maioria, possuem tarefas que integram as necessidades internas do lote, como preparar a comida, limpar e organizar a casa e o seu entorno e tirar o leite, além de cuidar dos filhos e acompanhar o desempenho dos mesmos nas atividades escolares, o que não é menos importante, mas, como visto, acabam não sendo devidamente valoradas.

No tocante aos idosos constituintes das famílias entrevistadas, pôde-se perceber, através dos relatos dados ou, mesmo, observando as atividades desempenhadas por eles ao chegar ao lote para a realização da entrevista, que estas se restringem a capina ao redor da casa e ao trato com os animais. Tendo em vista a idade avançada e, conseqüentemente, a menor disposição física e as doenças decorrentes nessa fase da vida, acabam não realizando trabalhos mais árduos.

De maneira geral, constata-se que a grande maioria dos assentados desempenham atividades no interior do lote familiar, ainda que se possa observar que é na faixa etária correspondente dos 11 aos 60 anos que se concentram a maior parte deles, configurando um total de trinta e duas pessoas. Ainda que, considerando-se também os trabalhos prestados pelos jovens e os idosos, há de ser mencionado que estes não são menos importantes para a reprodução social e econômica da família camponesa.

Quanto ao número de assentados que desempenham, concomitantemente, atividades agrícolas e não agrícolas no Assentamento Renascer, este se limita há três. Destarte, levando em consideração, respectivamente, o gênero, a faixa etária e o grau de escolaridade, vê-se que são duas mulheres, entre 41 a 50 anos, com o Ensino Superior Completo e um homem, entre 51 a 60 anos, possuindo o Ensino Fundamental Incompleto.

Neste contexto, por meio dos relatos obtidos com a pesquisa de campo (2019), revela-se que as duas mulheres que exercem, conjuntamente, atividades agrícolas e não agrícolas são, além de agricultoras familiares camponesas, professoras. Sendo que uma delas trabalha como educadora somente na escola

existente dentro do Assentamento Renascer e a outra, além de também exercer a docência na mesma escola, combina a atividade em uma instituição escolar vizinha à localidade do Assentamento.

Vale frisar que ambas as professoras já exerciam a docência antes mesmo de chegar ao assentamento. Logo, conforme os relatos obtidos na pesquisa de campo (2019), uma delas conta que se mudou para o Assentamento após conhecer o esposo, que já vivia no mesmo e somente depois disso passou a atuar, então, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira. A outra entrevistada menciona que foi convocada pelo Estado para exercer o trabalho de professora na referida instituição de ensino, oportunidade em que encontrou o seu cônjuge, que também já estava instalado no Assentamento Renascer. Portanto, a renda oriunda da atividade realizada por elas fora dos limites do lote serve como complemento do montante total, juntamente com aquela que provém do trabalho agrícola, e não como forma de obter uma renda própria.

A respeito do relato do assentado de uma das famílias entrevistadas que combina, esporadicamente, o trabalho agrícola com o não agrícola, o mesmo dá conta de que o trabalho desempenhado fora do lote refere-se ao corte de eucaliptos para a fabricação de madeira, exercido em uma localidade próxima ao Assentamento. Não obstante, ainda que de tempos em tempos, a atividade por ele realizada é fonte de complemento da renda familiar.

Nesta perspectiva, ao notar a existência de agricultores que, mesmo residindo no espaço rural, praticando a agricultura combinadamente com atividades não agrícolas e tendo relativa importância a renda oriunda destas, constata-se a ocorrência do fenômeno da pluriatividade, tão importante para a reprodução social destas famílias. Baumel e Basso (2004) apontam que a pluriatividade é um componente fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois ela se

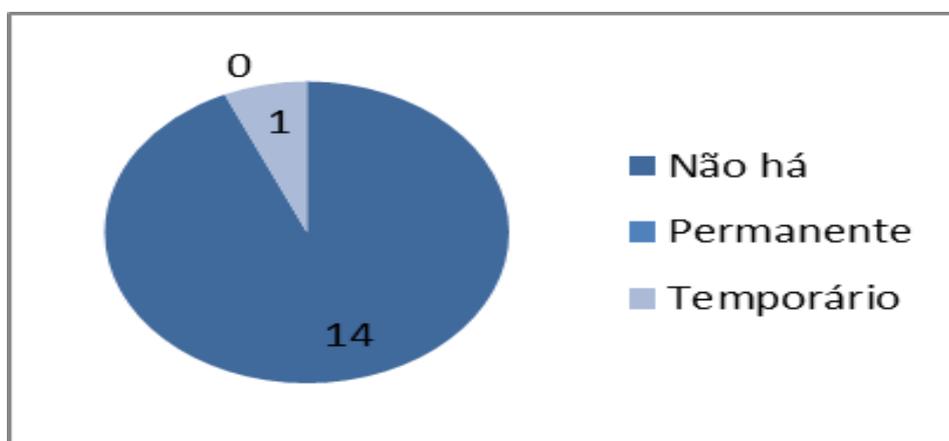
[...] estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139)

Quando questionados se possuem ou não a Carteira de Trabalho assinada, nota-se que nenhuma das quinze famílias entrevistadas contam com membros possuidores desta garantia trabalhista. Isso está relacionado ao fato de a maioria dos assentados exercer, quase exclusivamente, atividades agrícolas no interior do lote, o que lhes confere certa autonomia perante às relações de trabalho no mundo rural. No que tange àqueles que executam, concomitante, atividades não agrícolas, os seus empregadores não assinam a Carteira de Trabalho.

Entre as famílias entrevistadas, foi possível constatar que não há pessoas que, mesmo residindo no lote familiar, executam apenas atividades não agrícolas. Depreende-se daí o entendimento de que todos os integrantes das famílias assentadas possuem ligação com o desempenho de atividades agrícolas em seus respectivos lotes.

No que concerne ao número de empregados no interior dos lotes familiares (Figura 5), percebe-se que apenas uma família conta com a atividade realizada por terceiros, sendo ela desempenhada de forma temporária, em épocas de colheita do mel, conforme o relato dado na pesquisa de campo (2019). Essa realidade expressa que o trabalho desenvolvido nos lotes familiares é, notadamente, de base familiar, sendo ele fundamental para a reprodução socioeconômica das famílias assentadas.

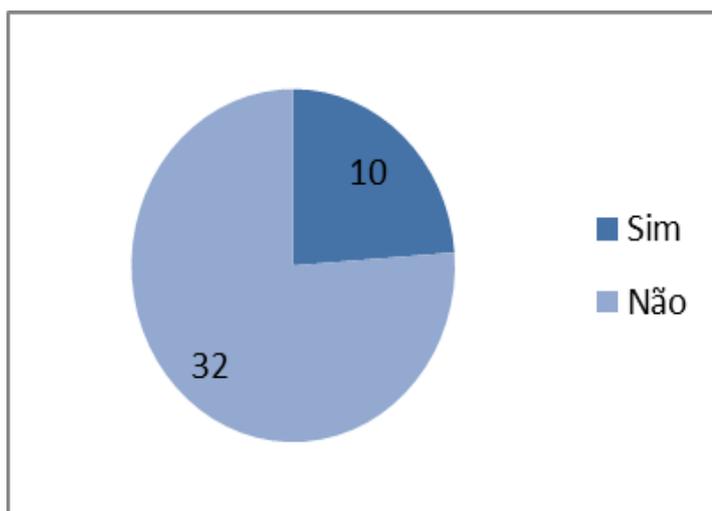
Figura 5 - Número de famílias com empregados de forma permanente ou temporária nos lotes pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Denota-se que, do universo total pesquisado (Figura 6), dez pessoas recebem aposentadoria, sendo que, além disso, outras duas são pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A aposentadoria rural configura uma forma de composição das rendas dos grupos familiares, embora tenha de ser sublinhado que ela, por si só, não se encontra vinculada ao exercício direto de algum tipo de atividade econômica na agricultura.

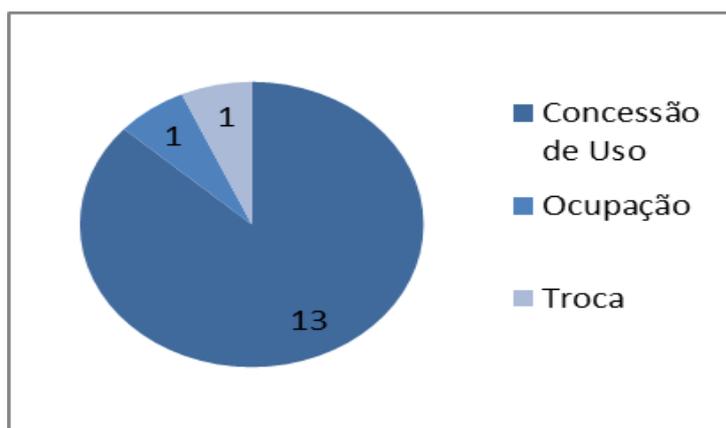
Figura 6 - Quantidade de aposentados no âmbito das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Dentre as formas de aquisição do lote familiar, é possível verificar que a maior parte das famílias entrevistadas (Figura 7), ou seja, treze delas adquiriram o mesmo por meio da chamada concessão de uso, a forma mais comum de obtenção da terra no âmbito dos assentamentos de reforma agrária. Todavia, de acordo com os relatos das famílias durante a pesquisa de campo (2019), muitas ainda esperam pela escritura do lote, emitida através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Figura 7 - Formas de aquisição do lote familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No tocante àquelas duas famílias que não obtiveram o lote por intermédio da concessão de uso, vale destacar que uma delas ocupou o mesmo após o abandono por outra família, sendo que eles viviam no lote da família de um dos membros, no mesmo assentamento e, antigamente, prestavam serviços nas fazendas que foram desapropriadas. E, a outra família relatou que a instalação no lote que vivem e trabalham atualmente ocorreu mediante a troca com outra família, há onze anos atrás, pois, no antigo lote que ocupavam, em outro assentamento, a qualidade do solo não era boa para o plantio do milho.

Quando analisado o tamanho dos lotes das famílias entrevistadas (Quadro 4), observa-se que eles não ultrapassam o total de trinta hectares, sendo que a grande maioria está entre dez e vinte um hectares. Isso revela que a terra, no Assentamento Renascer, foi distribuída de modo relativamente homogêneo, não havendo discrepâncias consideráveis em relação ao tamanho de um lote e outro.

Ainda que, conforme os relatos da entrevista de campo (2019), o lote de algumas famílias se encontra em áreas propícias ao melhor desempenho da agricultura, por conta dos solos ali existentes ser de melhor qualidade, em detrimento de outras, que mencionaram não poder explorar toda área agricultável, visto que, em algumas partes, há afloramento de rochas que impossibilita o plantio, sobretudo, de gêneros alimentícios.

Quadro 4 - Tamanho dos lotes das famílias entrevistadas

<b>Número de hectares</b>	<b>Lotes</b>
<b>10 a 21</b>	11
<b>22 a 30</b>	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

### 5.3.2 O SISTEMA PRODUTIVO

O sistema da produção, conforme Diniz (1984, p. 95), responde a três questões principais, a saber: “[...] 1) “quanto é produzido?”; 2) “o que é produzido?”; 3) “para quem é produzido?”.

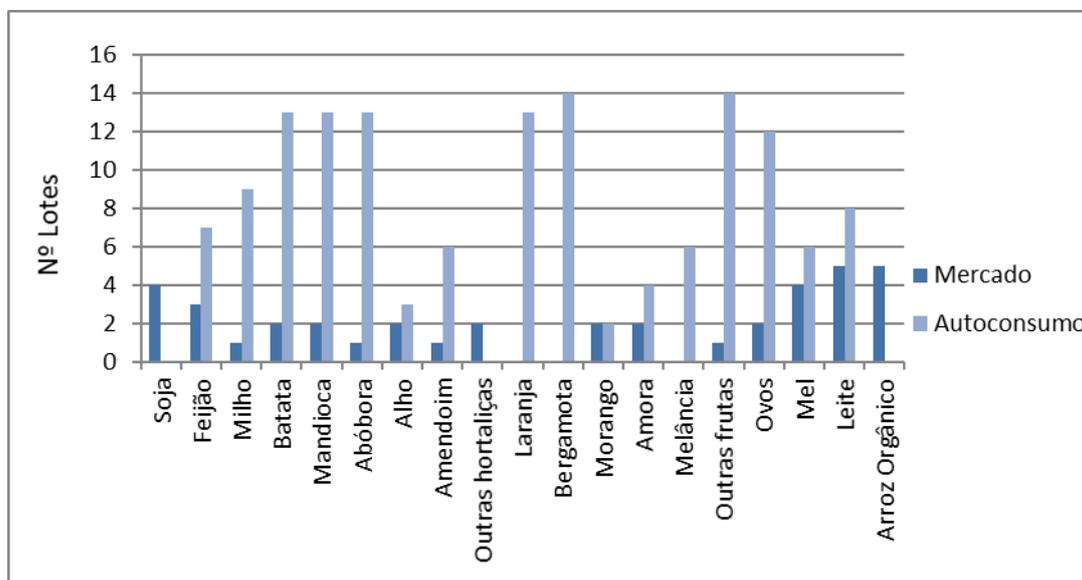
Logo, este sistema corresponde a três importantes aspectos ligados à produtividade no âmbito dos lotes familiares. O primeiro aspecto revela os rendimentos obtidos com a produção empreendida no local trabalhado. O segundo aponta para a orientação da agricultura desenvolvida no lote, no sentido de saber, por exemplo, se o produto de maior importância para a composição da renda familiar advém da produção animal ou vegetal. Por conseguinte, o terceiro aspecto enfatiza a relação entre autoconsumo e a venda para o mercado, a partir daquilo que é produzido no interior da unidade familiar.

No contexto da realidade investigada, buscou-se levantar quais os principais tipos de cultivos e criações desenvolvidos pelas famílias assentadas, procurando verificar aqueles que são destinados à comercialização e os voltados para o autoconsumo do grupo doméstico. Além disso, a relação entre os produtos que configuram maior importância para a composição da renda monetária das famílias estudadas.

Desta maneira, pode-se observar, pela Figura 8, que os cultivos realizados pelas famílias entrevistadas são destinados tanto para o mercado quanto para o consumo interno do grupo. Entretanto, há que se notar que quatro famílias praticam o cultivo da soja para atender às demandas do mercado, o que acena para o avanço desta cultura também nos assentamentos de reforma agrária, implicando no

uso acentuado de agrotóxicos que, inexoravelmente, afeta a alimentação por eles produzida.

Figura 8 - Tipos de produtos e destino nos lotes pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A sojicultora não ultrapassa a área total de dez hectares dos lotes familiares pesquisados. Ela constitui como produto agrícola de maior importância para a composição da renda de cinco famílias, como mostra o Quadro 5. Logo, uma família ressaltou que a produção é realizada no lote, mas em parceria com uma pessoa que mora em localidade próxima ao Assentamento e, assim como os demais produtores, após a colheita, vendem os grãos para um comprador do município que possui silos e dá os encaminhamentos posteriores aos mesmos.

Quadro 5 - Ordem de importância dos produtos agrícolas na formação da renda familiar

<b>Produto Agrícola</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Leite</b>	05
<b>Arroz Orgânico</b>	04
<b>Soja</b>	02
<b>Mel</b>	01
<b>Gado</b>	01
<b>Hortaliças</b>	01
<b>Fruticultura</b>	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Além disso, percebe-se que cinco famílias trabalham com a produção leiteira o que tem peso maior na composição da renda de todas elas (Quadro 5). Ressalta-se que, quatro famílias entrevistadas comercializam leite com a Cooperativa Terra Livre, que busca o produto, nos lotes, um dia sim e outro não, e apenas uma família<sup>69</sup> vende o produto à Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO), situada no município vizinho de São Lourenço do Sul, que carrega o mesmo de três em três dias.

Nota-se, também, que o cultivo do arroz orgânico é presente em cinco lotes, aparecendo como fonte principal de renda para quatro famílias (Quadro 5). O produto é vendido, exclusivamente, para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), que transporta os grãos e, posteriormente, realiza o processo de ensacamento e venda nos mercados do país. Menciona-se, ainda, que o produto é parte integrante do cardápio servido na merenda da escola do Assentamento e de muitas famílias que foram entrevistadas.

Vale sublinhar que o arroz orgânico é produzido há, somente, quatro anos, sendo realidade recente no contexto da produção agrícola realizada no

<sup>69</sup> Cabe mencionar que a única família que vende a produção leiteira para a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO) passou a realizar após dissensos com os membros da Cooperativa Terra Nova, da qual faziam parte, alegando que os serviços prestados pela mesma, como o empréstimo de máquinas e tratores para a plantação de milho a ser usado no trato das vacas, além da assistência técnica acabavam sendo restringidas a um pequeno número de cooperados. Outro motivo reclamado diz respeito ao preço pago pelo litro do leite, inferior ao recebido atualmente.

Assentamento Renascer é única no âmbito dos demais assentamentos rurais do município de Canguçu, conforme o relato de algumas famílias na pesquisa de campo (2019). Até o momento, a rizicultura é desenvolvida em quinze lotes familiares, os quais possuem a chamada certificação por auditoria conferida pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

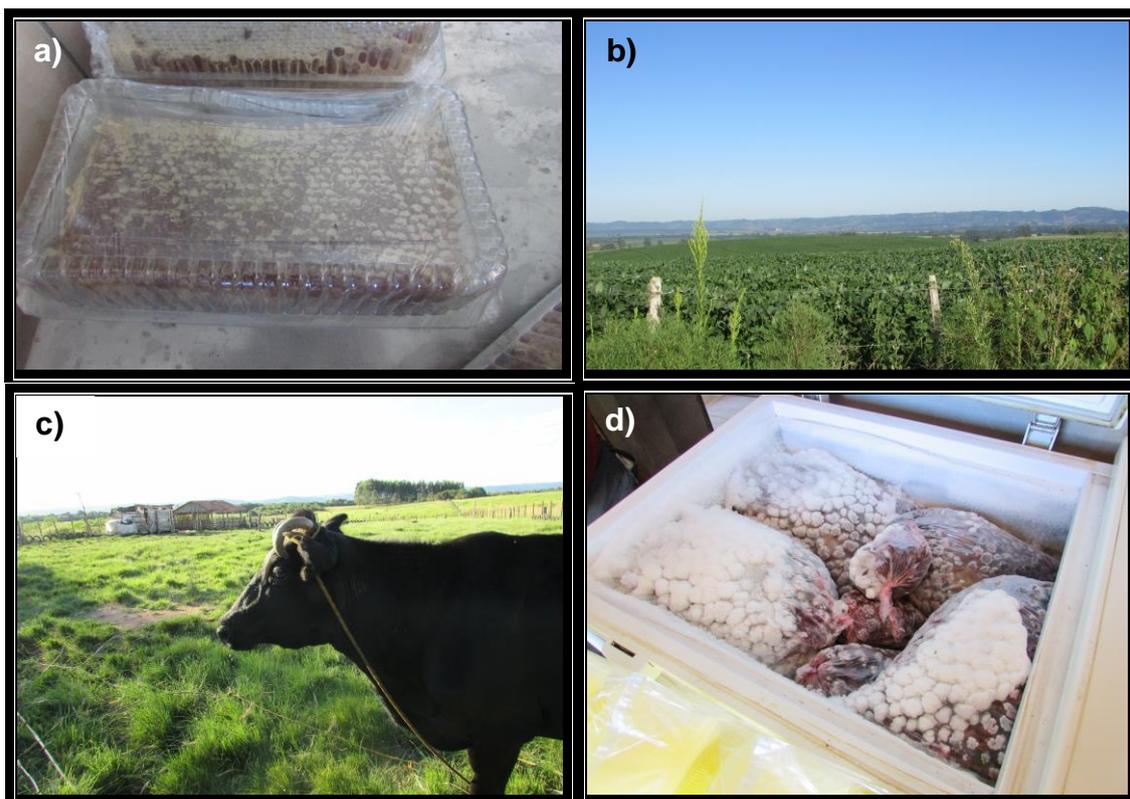
Verifica-se que quatro famílias dedicam-se a produção de mel, sendo que, para uma delas, ele constitui a principal fonte de renda (Quadro 5). Por sua vez, essa família relata que possui mais de duzentas caixas de abelhas, inclusive, em lotes vizinhos e que a venda do produto é realizada para a Prodapys<sup>70</sup>, além de uma indústria do estado de São Paulo. Duas famílias mencionaram que comercializam o mel entre os vizinhos e uma na Feira Sabores da Terra<sup>71</sup>, que ocorre semanalmente na cidade de Canguçu. Parte da produção destinada ao mercado pode ser observada na Figura 9.

---

<sup>70</sup> A Prodapys é uma empresa que utiliza mel como matéria prima para diversos produtos, como a alimentação e a produção de cosméticos.

<sup>71</sup> A Feira Sabores da Terra foi inaugurada no dia 04 de maio de 2015 e, desde lá, acontece todas às segundas-feiras, no Centro da cidade de Canguçu, possibilitando aos moradores urbanos a compra de produtos da agricultura familiar. Ela recebe apoio da Cooperativa União, da Prefeitura Municipal de Canguçu, da EMATER/RS e do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA).

Figura 9 – Produção destinada ao mercado



a) Mel; b) Soja; c) Leite; d) Amora.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O comércio de produtos da agricultura familiar camponesa em feiras, como é realizado por uma das famílias entrevistadas, constitui um tipo de venda no âmbito dos circuitos curtos (CC) de comercialização (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013). Entre as principais vantagens advindas desta forma de comércio, estão que:

As feiras são normalmente administradas por uma parceria entre o poder público local (prefeituras), as organizações de produtores e de consumidores e instituições de apoio à agricultura ecológica (ONGs, universidades, institutos de pesquisa e extensão). As feiras são baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A maioria dos produtos são certificados de forma participativa. Constitui espaço social, cultural e educativo, que promove a diversidade, resgata valores e crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013, p. 11)

Em menor número, três famílias entrevistadas produzem feijão, cujo cultivo se dá em áreas que não ultrapassam cinco hectares. Sendo que duas famílias, conforme o relato obtido na pesquisa de campo (2019), vendem e, às vezes, trocam por outros produtos com alguns vizinhos que não se dedicam a esse tipo de cultura

e uma delas comercializa na Feira Sabores da Terra. Esta realidade vai ao encontro do que apontam Grisa e Schneider (2008, p. 489), ao dizer que “é comum entre vizinhos e membros da comunidade a troca de produtos da horta, sementes, frutas, produtos que nos vizinhos ainda não estejam em fase de colheita, entre outros”.

Também se visualiza que, em número reduzido, algumas famílias se dedicam ao cultivo de frutas, como amora e morango e de alguns legumes, entre eles alho, batata e mandioca<sup>72</sup>. Por seu turno, eles são vendidos para vizinhos e a compradores de outros municípios, como no caso da amora e do morango, de acordo com o relato dado por uma família assentada, além de haver o comércio, sobretudo de alho, batata e mandioca na feira da cidade.

É importante salientar que, no âmbito dos cultivos destinados ao mercado, como no caso do leite, do mel, do feijão e de algumas frutas e legumes, que estes são combinados, também, para o autoconsumo das famílias, conforme apresentado no Figura 8. A combinação da produção para o mercado, evidenciada no âmbito dos canais de comercialização acima referenciados, e ao consumo interno das famílias, é uma realidade frequente no universo da agricultura familiar e se apresenta como uma estratégia preponderante de reprodução socioeconômica. Logo, ainda,

[...] esta relação entre autoconsumo e campesinato, e a própria organização produtiva e econômica como um todo dos camponeses, vai sendo alterada à medida que ocorre a inserção das unidades familiares aos mercados e a penetração das relações capitalistas no campo. Cresce uma nova lógica organizativa mediada pelo mundo das mercadorias. O camponês não aspira mais somente atender a sua subsistência, mas fazendo parte da sociedade moderna deseja o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 487)

Com relação a produção para o autoconsumo (Figura 10) no contexto empírico estudado, observa-se, além dos produtos mencionados acima (leite, feijão, mel, amora, morango, alho, batata e mandioca), o cultivo de abóbora, beterraba, alface, couve-flor, beterraba, vagem, cenoura, pepino, rabanete, rúcula, tomate e pimentão e de milho, que é destinado ao provimento alimentar dos animais dos lotes (vacas, bois, cavalos, ovelhas, porcos e galinhas), além de frutas, tais como laranja, bergamota, melancia, maçã, lima, limão, abacaxi, pêra, uva e pêssego.

---

<sup>72</sup> Na pesquisa de campo (2019) foi muito comum ouvir algumas pessoas se referir à mandioca também com o nome de aipim ou macaxeira.

Figura 10 – Produtos cultivados para o autoconsumo



a) Alho; b) Maçã; c) Mandioca; d) Batata doce.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

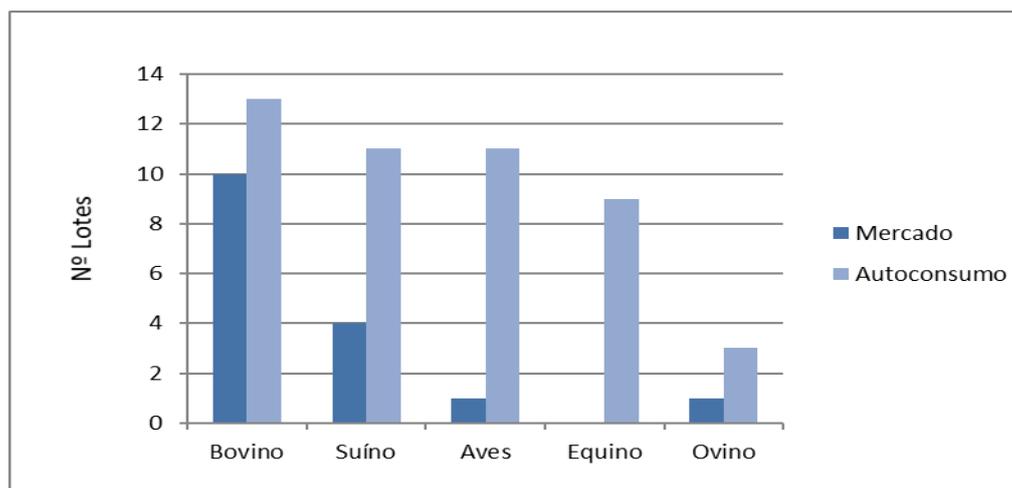
Conforme pode ser notado, todas as quinze famílias entrevistadas destinam parte da produção agrícola desenvolvida no lote para atender as necessidades alimentares do grupo doméstico. É possível, assim, aferir que o autoconsumo aparece como uma forma das famílias economizar com os gastos monetários que seriam destinados para compra dos produtos no mercado, caso não os cultivassem, além de ter maior controle e certeza daquilo que estão, diariamente, consumindo ser de qualidade.

Reforçando, deste modo, o que Grisa e Schneider (2008) indicam, no sentido de entender que:

o autoconsumo continua sendo uma estratégia recorrida pela grande maioria das explorações familiares e cumpre papéis importantes na agricultura familiar. Dentre as várias motivações para a sua existência, provavelmente a mais assídua situa-se no aspecto econômico por tratar-se de uma forma de “economização” [...]. Ou seja, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 488)

Sobre os tipos de rebanhos existentes nos lotes familiares pesquisados, verifica-se na Figura 11 que são criados bovinos, suínos, aves, equinos e ovinos. A relevância aparece para a criação de bovinos, onde dez famílias entrevistadas destinam as cabeças para o mercado. No processo de comercialização do gado, o relato dado por quatro famílias na pesquisa de campo (2019) mostra que o mesmo é realizado para a vizinhança do Assentamento, demandado pelo consumo de carne, sendo pontuado por uma família que, como a criação se dá, principalmente, em decorrência da produção leiteira, não há como ficar com todas as cabeças até o seu envelhecimento.

Figura 11 - Tipos de rebanhos existentes nos lotes familiares pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Ademais, uma família menciona que a compra é realizada por um indivíduo que tem abatedouro em uma localidade vizinha ao Assentamento e a outra família relata que a venda dos bovinos é efetuada para um empresário da cidade, o qual possui, além de abatedouro, açougue e hotel e que, por isso a demanda de carne é extremamente alta. O transporte dos rebanhos destinados ao abate é feito de

caminhão, que vai até os lotes, de tempos em tempos, para realizar o carregamento.

Outra criação que aparece como relevante no contexto das famílias entrevistadas é a de suínos, onde quatro delas criam para atender necessidades externas ao lote. Os relatos dão conta que a maior parte da venda é realizada para os vizinhos do assentamento, que buscam os animais nos lotes para, posteriormente, realizar o abate e o consequente consumo, visto que a carne de porco é alimento indispensável para boa parte dos entrevistados.

Ainda, a criação de aves, quando destinada por uma das famílias para atender ao mercado, é realizada para a obtenção de ovos, geralmente comercializados entre os vizinhos. E, com relação a criação de ovelhas, desempenhada, também, por uma família, a mesma é feita, sobremaneira, para a venda da lã, comprada por uma cooperativa da região do Alto Camaquã, sendo o comércio da carne do animal realizado com a vizinhança do lote. Alguns animais criados para o autoconsumo das famílias entrevistadas podem ser observados na Figura 12.

Figura 12 – Criação de animais para o autoconsumo



a) Aves; b) Suíno; c) Aves e Suínos; d) Bovino.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

É notória, no entanto, a importância aferida à criação de animais para o autoconsumo das famílias entrevistadas, de onde provém, para a maioria delas, a carne, os leites e os ovos consumidos no interior da unidade doméstica. Neste contexto, a criação de animais aparece como fundamental para a alimentação das famílias que vivem no meio rural, porque ela é uma atividade

[...] que se presta à reserva e acumulação. Reserva porque faz face ao consumo alimentar da família, tanto de forma direta (consumo de carne) como de forma indireta (produção de leite, ovos etc.). Acumulação porque não havendo necessidade de consumo, basta garantir a alimentação dos animais para que se reproduzam. Ademais, não existindo mais esta possibilidade, pode-se recorrer à venda, ampliando os recursos monetários destas. (GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 503)

Por conseguinte, no contexto da criação de animais visando o suprimento das necessidades de trabalho que integram o interior dos lotes familiares, revela-se que nove famílias criam cavalos. Os equinos auxiliam as famílias em algumas

atividades desempenhadas na unidade familiar, usado para transporte de cargas, como tração animal, na colheita de determinados produtos das lavouras, além de servir para a montagem, passatempo de alguns integrantes das famílias entrevistadas nas horas vagas.

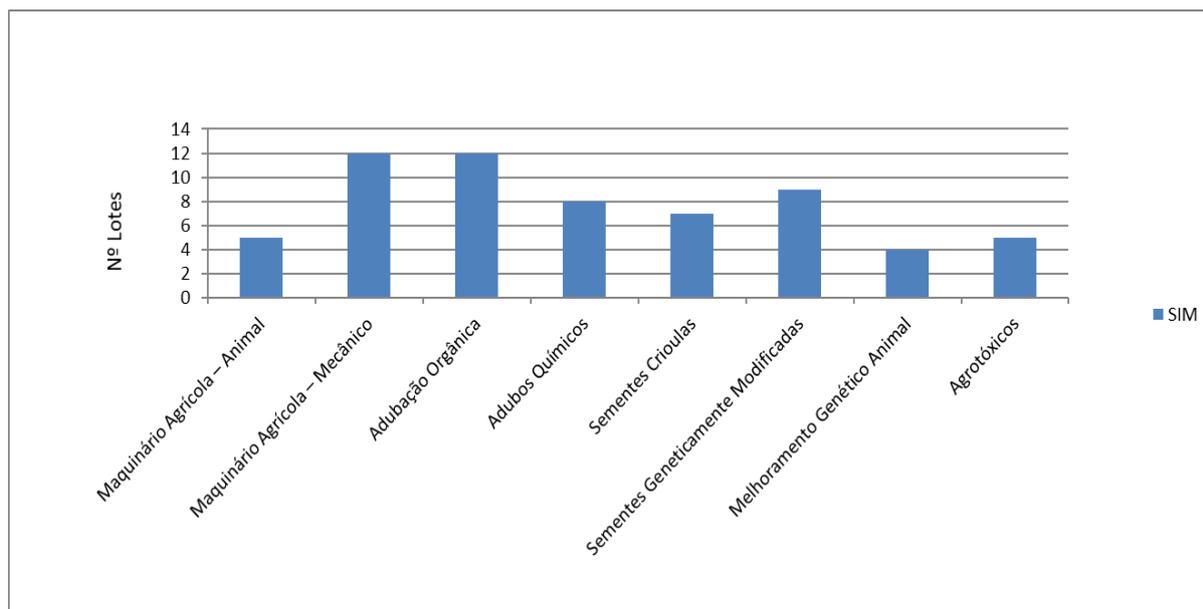
### 5.3.3 O SISTEMA TÉCNICO

No sistema técnico, Diniz (1984, p. 83) aponta que ele responde “[...] à questão ‘como é produzido?’”. Para o autor, a partir deste sistema podem ser diferenciados três elementos, os quais aportam para a utilização da terra, bem como às técnicas agrícolas empregadas na produção e a intensidade da agricultura praticada.

Considerando o sistema técnico para a realidade investigada, é possível saber quais são as técnicas empregadas na produção agrícola desenvolvida nos lotes familiares, asseverando o uso maior ou menor de maquinário animal e mecânico. Outra questão levantada a partir dele diz respeito à presença de Áreas de Proteção Permanente (APP's) no interior dos lotes, do diagnóstico relativo à assistência técnica prestada para as famílias assentadas, bem como, a ocorrência ou não de acesso ao crédito rural.

Nota-se, através da Figura 13, que apenas cinco famílias agricultoras fazem uso de maquinário com tração animal e que doze lançam mão da utilização de maquinário agrícola mecânico. Isso revela um avanço mais ou menos homogêneo da inserção do pacote tecnológico proporcionado pela modernização da agricultura no âmbito dos assentamentos rurais, configurando uma dependência cada vez maior dele no desempenho das atividades agrícolas. Podendo ser afirmando que esta modernização não foi completa, “[...] permanecendo uma ‘margem de manobra’, que poderia ser direcionada no sentido de uma agricultura de base ecológica, produtiva e racional no uso dos recursos naturais” (COSTA; GAVIOLI, 2011, p. 461).

Figura 13 - Técnicas utilizadas na produção realizada nos lotes pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em contrapartida, observa-se um recuo considerável de técnicas produtivas dependentes do maquinário animal (Figura 14), mais utilizadas pelas famílias entrevistadas nos locais de origem, antes da instalação no Assentamento Renascer, conforme salientado na pesquisa de campo (2019). Por ser uma técnica tradicional, quando comparado aos maquinários mecânicos (Figura 15), o seu uso se dá de forma eventual, sobretudo quando o trator da família está emprestado a algum vizinho ou o mesmo estraga, como foi relatado, sendo aí recorrente o uso da carroça e da junta de boi.

Figura 14 – Carroça puxada a cavalo utilizada no lote familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 15 – Trator utilizado no lote familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Tangente à adubação adotada no trabalho agrícola, percebe-se que oito famílias usam a de base química e doze a de base orgânica. Entre os relatos obtidos na entrevista de campo (2019), pondera-se que os produtos químicos são empregados, na maior parte dos casos, para controle de insetos em determinadas produções, a adubação química é usada no preparo do solo para a produção de legumes e hortaliças, bem como, o uso do calcário para a correção do solo, sendo este uso pouco recorrente entre as famílias entrevistadas. Por fim, algumas famílias utilizam herbicidas com o objetivo de exterminar com o que, popularmente, chamam de “ervas daninhas”, que, por sua vez, acabam “sufocando” a grama.

Já com relação ao uso da adubação orgânica, os relatos apontam que a mesma é utilizada entre aqueles que cultivam o arroz orgânico e na maior parte da produção dos alimentos consumidos pelas famílias, tendo destaque, neste caso, o uso de esterco oriundo de galinheiros e estrebarias. A adubação orgânica é citada por quase todas as famílias como sendo primordial para o cultivo de alimentos mais saudáveis, que conferem maior segurança alimentar na hora do preparo e do consumo.

Importante proeminência possui o cultivo e a preservação das sementes crioulas, sendo esta realizada por sete das famílias entrevistadas. Entre as sementes preservadas e encontradas nos lotes familiares estão as de algumas espécies de milho e de feijão, fundamentais para o cultivo saudável desses produtos. Segundo Maicá (2012, p. 701), “[...] os agricultores possuem as sementes por várias gerações, [...] que são constantemente plantadas e multiplicadas localmente”.

Por outro lado, as sementes geneticamente modificadas acabam sendo utilizadas por nove das quinze famílias entrevistadas. O emprego delas se dá no cultivo do milho, que constitui a base da alimentação das vacas dos lotes familiares que se dedicam à produção leiteira, bem como na plantação de soja, onde o seu uso é inevitável, segundo o relato das quatro famílias que, no assentamento, desenvolvem a sojicultura.

Quanto à recorrência ao melhoramento genético animal, repara-se que ele é empregado por quatro famílias entrevistadas. Todas elas se dedicam à produção leiteira e relataram na pesquisa de campo (2019) que a sua aplicação se dá no

processo de inseminação artificial das vacas, pois é a forma mais segura para garantir que o animal irá se reproduzir sem ter grandes problemas que, eventualmente, possam implicar em prejuízos no âmbito da produtividade em geral.

Além disso, observa-se que cinco famílias assentadas utiliza algum tipo de agrotóxico<sup>73</sup> (herbicida, inseticida, fungicida) na produção empreendida nos lotes familiares. O uso mais asseverado de agrotóxicos se encontra entre as famílias que produzem soja, o que demanda quantidades altas de veneno para evitar que a cultura não seja tomada por “pragas” e, conseqüentemente, o lucro dela proveniente seja negativo. Quantidades pequenas dos produtos químicos são usadas no cultivo do feijão, conforme o relato dado por uma família no trabalho de campo (2019).

Não menos importante, é primordial lembrar que, dos discursos hegemônicos acerca dos agrotóxicos, emanam asseverações de que o seu uso se constitui como a única maneira viável de produzir alimentos,

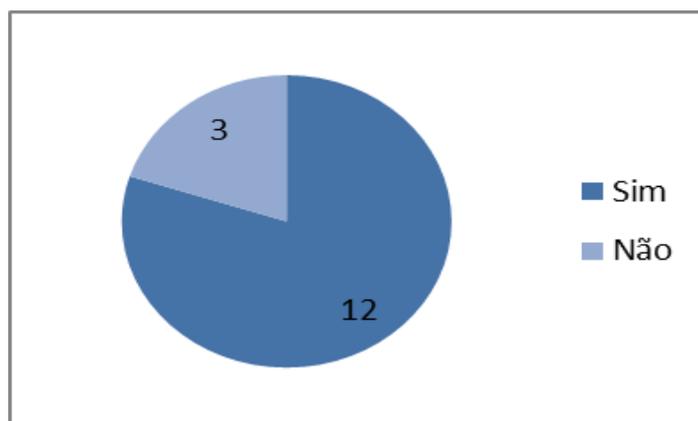
[...] negando assim os 10 mil anos de desenvolvimento da agricultura que antecederam o *boom* atual de venenos, iniciado há cerca de sessenta anos, e negando a riqueza de experiências de agroecologia que florescem em diversos biomas, no Brasil e no mundo. (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 90)

Sobre a existência de mata nativa nos lotes familiares, é possível visualizar, por meio da Figura 16, que doze famílias possuem e apenas três não. Entre os principais argumentos no que tange à conservação dessas áreas, as famílias mencionam evitar a derrubada e a queimada da vegetação nativa, ressaltando que utilizam apenas a madeira que se encontra no chão, sem vida, para o preparo da lenha. Correlato a isso está a exposição de uma das famílias entrevistadas, que aponta ser primordial conservar as matas nativas, pois são dependentes delas para continuar a produção de mel, fonte de maior provimento de renda.

---

<sup>73</sup> Conforme a Lei Federal nº 7.802, regulamentada pelo decreto nº 4.074 do dia 4 de janeiro de 2002, são considerados agrotóxicos “produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas, e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais; cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados, também, como agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento” (BRASIL, 2002).

Figura 16 – Quantidade de famílias que possuem áreas de mata nativa nos lotes pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A conservação das áreas de mata nativa (Figura 17) existentes nos lotes dos entrevistados, se dá, na maior parte dos casos, pela compreensão que perpassa entre os agricultores assentados sobre a importância de manter intacta a vegetação típica daquele ecossistema, conforme foi por eles relatado na pesquisa de campo (2019). Mas, além disso, a conservação é aferida por conta das implicações que podem ocorrer caso essas áreas sejam tocadas, uma vez que é comum o confronto entre as práticas agrícolas e determinados aspectos constituintes da legislação ambiental, que são reforçados pela atuação de órgãos institucionais ligados ao meio ambiente (MALUF, 2003).

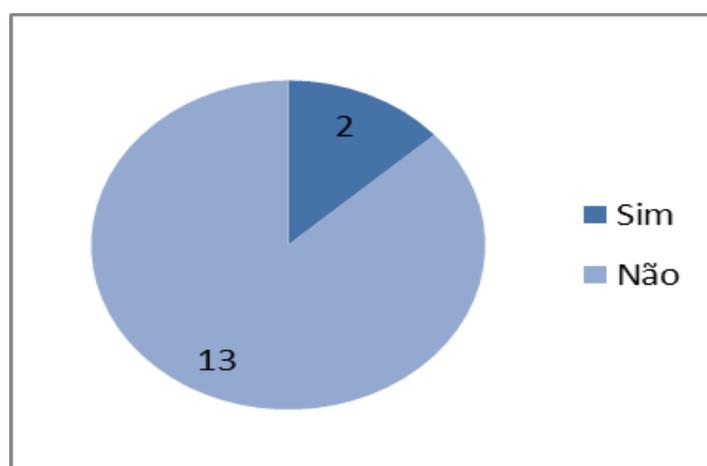
Figura 17 – Remanescente de mata nativa



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que tange ao crédito rural, a Figura 18 denota que treze famílias não utilizam nenhum tipo de financiamento agrícola, sendo esta realidade somente para duas delas. Assim, uma das famílias relatou, na pesquisa de campo (2019), que acessa o PRONAF Custeio<sup>74</sup> quando necessita de um financiamento mais imediato para cobrir os custos com determinadas produções e outra família, que recorre ao crédito instantâneo do Banco SICREDI, meio pelo qual mencionam ter conseguido adquirir a camionete que usam para escoar os produtos agrícolas que comercializam na região.

Figura 18 - Utilização de crédito rural nos lotes familiares pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Entre os principais apontamentos atribuídos pelas famílias que não acessam crédito rural de nenhuma natureza está a burocracia advinda para conseguir o mesmo, visto que, entre a liberação dos recursos e o acesso a eles, há um tempo considerável de espera. Além da menção ao receio de endividamento em casos de financiamento, sendo este um motivo bastante pontuado pelos entrevistados, de acordo com os relatos levantados na pesquisa de campo (2019).

<sup>74</sup> "Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf" (BRASIL, 2019).

No que concerne à assistência técnica nos lotes das famílias entrevistadas, seis delas mencionaram que contam com o trabalho prestado pelos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e nove não possuem nenhum tipo de acompanhamento no âmbito do trabalho agrícola realizado nos lotes. Cabe ressaltar que entre as famílias que são atendidas pela EMATER, duas delas relataram que contam, também, com a assistência da COOTAP na produção do arroz orgânico e uma que é visitada por técnicos da Cooperativa Terra Nova, no âmbito da produção leiteira.

Como pode ser compreendido, o número dos que não possuem nenhuma assistência técnica é superior em relação aos que têm algum tipo de acompanhamento nas atividades produtivas. Os relatos dados na pesquisa de campo (2019) a este respeito apontam para a queda abrupta dos serviços prestados pelos técnicos da EMATER, em relação ao corte do governo estadual no atendimento em áreas de assentamentos rurais, o que acaba afetando diretamente a rotina de trabalho das famílias entrevistadas.

#### **5.4 A multifuncionalidade da agricultura familiar no Assentamento Renascer**

Nesta seção da pesquisa busca-se analisar as funções desempenhadas pela agricultura familiar, tomando como referência empírica as famílias do Assentamento Renascer. Para tanto, as quatro funções propostas por Carneiro e Maluf (2003) são analisadas separadamente, a fim de melhor entender como elas se apresentam na realidade em questão.

##### **5.4.1 REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS**

De acordo com Maluf (2003), essa função diz respeito à geração de trabalho e renda, de modo que as famílias rurais consigam permanecer dignamente no espaço rural. A agricultura, por sua vez, continua a desempenhar papel preponderante na reprodução socioeconômica do grupo familiar, muito embora, para a grande parte das famílias, a produção agrícola seja menos importante no âmbito da composição da renda monetária.

Nesta perspectiva, o autor aponta que a agricultura precisa ser entendida a partir de duas dimensões. A primeira delas diz respeito à agricultura enquanto um setor mais amplo, conformado pelas atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas. A segunda dimensão, de ordem mais restrita, abarca a atividade agrícola atrelada à produção para o mercado e para o autoconsumo das famílias rurais.

A queda das rendas monetárias das famílias rurais, oriundas de atividades agrícolas propriamente ditas, está vinculada, segundo Maluf (2003), a dois fatores principais:

Primeiro, a tendência de queda dos preços reais dos produtos agrícolas e a consequente redução da renda agrícola, um fenômeno mais geral, que no Brasil foi acentuado, na última década, pelo papel da contenção dos preços agrícolas na política antiinflacionária - a chamada "âncora verde" do Plano Real. Segundo, a ausência de condições para que as famílias aperfeiçoem o processo e agreguem valor aos produtos agrícolas, devido a insuficiências relacionadas com disponibilidade de área, suporte técnico-comercial e recursos financeiros. (MALUF, 2003, p. 137-138)

Diante do exposto, no âmbito da realidade estudada, pode-se afirmar que a composição das rendas das famílias entrevistadas provém de atividades agrícolas e não agrícolas, bem como, de aposentadorias e auxílios recebidos pelo INSS, como revelam as respostas dadas pelas famílias expostas no Quadro 6. Vale notar, no entanto, que todas as famílias entrevistadas mencionam o trabalho agrícola por elas realizado, seja com a produção de soja, do arroz orgânico, do leite, da criação de gado bovino e de algumas frutas e legumes, como fonte de origem da renda familiar.

Quadro 6 - Origem da renda das famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Do trabalho na escola como professora e do trabalho realizado no lote, com a produção e venda do arroz agroecológico, bem como, da venda de carne bovina para pessoas de fora do assentamento.
<b>Família 2</b>	Da lavoura, com a venda do arroz orgânico, da soja, da batata doce e do aipim, bem como, da aposentadoria de um dos membros.
<b>Família 3</b>	Da venda do arroz, do leite, do morango, do queijo e do mel.
<b>Família 4</b>	Da produção leiteira.
<b>Família 5</b>	Da produção leiteira e da venda ocasional de alguma cabeça de gado bovino.
<b>Família 6</b>	Das duas aposentadorias e da venda ocasional de algumas cabeças de gado bovino.
<b>Família 7</b>	Da aposentadoria de um dos membros da família, do auxílio-doença de outro membro e da venda da soja.
<b>Família 8</b>	Do salário da professora e da venda de cabeças de gado bovino.
<b>Família 9</b>	Da aposentadoria de um dos membros da família, da pensão do INSS de outro membro, além da venda de produtos agroecológicos na cidade e do arroz orgânico para a COOTAP.
<b>Família 10</b>	Da produção leiteira e da venda da carne de porco.
<b>Família 11</b>	Da aposentadoria, da produção de soja e da venda do gado bovino e da carne de porco.
<b>Família 12</b>	Da venda do leite pela esposa, do trabalho esporádico no corte de eucalipto e da venda de carne de porco e cabeças de gado que não são mais úteis na produção de leite.
<b>Família 13</b>	Vem da venda de leite, das três aposentadorias e é complementada com a venda de produtos caseiros (cuca, biscoito, doces e rapaduras de amendoim) e de porcos.
<b>Família 14</b>	Vem da aposentadoria, da comercialização do mel, morango e amora e da venda de batata doce e alho, na cidade.
<b>Família 15</b>	Da venda do arroz orgânico.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com relação à realização de trabalho não agrícola entre os membros das famílias entrevistadas, o Quadro 7 revela que em três delas há pessoas que desenvolvem atividades que extrapolam os limites dos lotes familiares. Assim, respectivamente, entre as famílias 1 e 8 há duas mulheres que desenvolvem o trabalho como professora e, na família 12, o trabalho esporádico no corte de matas de eucalipto, realizado por um dos membros do grupo familiar.

Na esfera do trabalho feminino realizado fora da unidade de produção, Wanderley (2003) afirma que ele

[...] pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. [...] É uma autonomia para fora [...]. (WANDERLEY, 2003, p. 53)

Logo, as atividades não agrícolas desempenhadas pelas mulheres para além dos lotes familiares e o destino das rendas daí advindas não devem ser interpretadas pela mesma ótica que o trabalho não agrícola realizado pelos homens. Haja visto que, para muitas delas, pode ser o caminho que encontram a fim de ter maior inserção na composição da renda da família, como aponta a autora acima citada, além de poder contribuir no pagamento das despesas envolvendo a unidade produtiva. De modo geral, é um espaço de autonomia.

Quadro 7 - Trabalho não agrícola entre as famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Sim. Há um membro do grupo familiar que trabalha como professora na escola situada no interior do Assentamento Renascer.
<b>Família 2</b>	Não.
<b>Família 3</b>	Não.
<b>Família 4</b>	Não.
<b>Família 5</b>	Não.
<b>Família 6</b>	Não.
<b>Família 7</b>	Não.
<b>Família 8</b>	Sim. Um membro da família atua como professora na escola do Assentamento, além de outra situada em uma localidade vizinha.
<b>Família 9</b>	Não.
<b>Família 10</b>	Não.
<b>Família 11</b>	Não.
<b>Família 12</b>	Há, esporadicamente, o corte de eucalipto fora do assentamento por um membro da família.
<b>Família 13</b>	Não.
<b>Família 14</b>	Não.
<b>Família 15</b>	Não.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Desta maneira, é perceptível a presença do fenômeno da pluriatividade no espaço do Assentamento Renascer, evidenciado com o trabalho não agrícola de parte dos membros das famílias entrevistadas, que seguem morando no campo e realizam, concomitantemente, o trabalho agrícola nos lotes que vivem. Corroborando, assim, as proposições de Schneider (2009, p. 5), quando adverte que “a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas [...] pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde [...]”.

#### 5.4.2 PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS RURAIS E DA SOCIEDADE

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA<sup>75</sup> (2019), a segurança alimentar e nutricional é definida como o acesso, por todos, à alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que outras necessidades humanas essenciais sejam sucumbidas. Tendo, como pano de fundo, práticas alimentares que promovam a saúde, o respeito à diversidade cultural e que sejam social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Em perspectiva similar, Stedile e Carvalho (2012, p. 714) assinalam que a segurança alimentar constitui, também, “[...] uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem”. O que salienta a face institucional do termo no sentido de que o Estado possui a incumbência de promover as condições necessárias para que o conjunto da população tenha acesso aos alimentos.

Para Maluf (2003) é função da agricultura promover a segurança alimentar, levando em consideração os dois sentidos atrelados a essa perspectiva, a saber: o da disponibilidade e do acesso a alimentos de qualidade. Essa função da agricultura, por sua vez, busca dar conta do “[...] acesso a alimentos suficientes e

---

<sup>75</sup> “O CONSEA é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, em regime de colaboração com as demais instâncias do Sisan” (CONSEA, 2019).

de qualidade pelas famílias rurais, bem como à contribuição das mesmas para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e qualidade” (MALUF, 2003, p. 142).

Destarte, com relação à produção para o autoconsumo no âmbito das famílias entrevistadas, observa-se, no Quadro 8, o cultivo de legumes e verduras, como feijão, feijão de vagem, mandioca, batata doce, abóbora, milho, amendoim, couve, couve-flor, cenoura, alface, rúcula, repolho, pepino, beterraba, tomate, pimentão, alho e cebola, de frutas, entre as quais se destacam melancia, uva, laranja, bergamota, limão, caqui, goiaba, pêssego, ameixa, figo, butiá, morango, amora, melão, romã e araçá. Além de produtos de origem animal, tais como ovos, carne, leite e mel.

Quadro 8 - Produtos presentes nos lotes para o autoconsumo das famílias

<b>Família 1</b>	Mandioca, batata doce, butiá, couve, alface, rúcula, feijão de vagem, melancia, abóbora, uva, tomate.	<b>Família 9</b>	Pêssego, laranja, bergamota, romã, uva, araçá, amora, limão, feijão, cenoura, beterraba, batata doce, abóbora, mandioca, melancia, melão, pimentão, cebola, alho.
<b>Família 2</b>	Ovos, rúcula, alface crespa, tomate, beterraba, laranja, bergamota, figo, pêssego, caqui, ameixa, limão e uva.	<b>Família 10</b>	Leite, couve, alface, goiaba, tomate, abacate, bergamota, laranja, limão, goiaba, pêssego.
<b>Família 3</b>	O mel, o morango e a amora, com os quais é feito doce, bem como demais frutas e hortaliças.	<b>Família 11</b>	Consome-se carne de porco e de gado.
<b>Família 4</b>	Ovos, carne, aipim, batata, goiaba, pêssego, laranja, bergamota, caqui, pepino, melancia e abóbora mogango.	<b>Família 12</b>	A batata, o aipim, o feijão, abóbora, melancia, melão, tomate, feijão de vagem, laranja, caqui, bergamota.
<b>Família 5</b>	Mandioca, batata, milho, temperos, alface, abóbora, melancia, cebola, goiaba, bergamota, limão, pêssego, butiá, laranja e figo.	<b>Família 13</b>	Feijão, milho, mandioca, abóbora, leite, repolho, alface, couve, tomate, pimentão, além da carne de porco e de gado.
<b>Família 6</b>	Mandioca, batata doce, amendoim, caqui, laranja, uva, bergamota, maçã.	<b>Família 14</b>	Amora, morango, batata doce, abóbora, alho e demais hortaliças e verduras produzidas no lote.
<b>Família 7</b>	Mandioca, abóbora, batata doce, amendoim, cenoura, alface, couve, repolho, beterraba, pepino.	<b>Família 15</b>	Mandioca, feijão, amendoim, cebola, alho, batata, abóbora, melancia, melão, pepino.
<b>Família 8</b>	Milho, mandioca, batata, abóbora, tomate, cebola, pepino.	Fonte: Pesquisa de campo, 2019.	

Fica evidente que todas as famílias entrevistadas têm produção para o autoconsumo (Figura 19), marcada, sobretudo, pela diversidade de produtos cultivados nos lotes familiares. Nesta direção, Corona e Ferreira (2012) apontam que a produção destinada ao autoconsumo compreende:

[...] um importante espaço para a reprodução social das famílias porque garante uma alimentação de melhor qualidade para a família, além de ser um modo de preservar saberes tradicionais dos agricultores quanto à diversidade da produção e cuidados com os recursos naturais, inovando com técnicas de menos custo e baixo impacto ambiental. É um espaço de manutenção da identidade dos agricultores, que se reconhecem e se satisfazem mediante seus vínculos com a terra. (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 149)

Figura 19 – Produção voltada para o autoconsumo nos lotes familiares



a) Mandioca; b) Batata inglesa; c) Alho; d) Batata doce; e) Amendoim.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No âmbito dos produtos alimentares que as famílias necessitam para manter a sobrevivência, mas não cultivam ou produzem nos limites do lote familiar, o Quadro 9 revela que eles são adquiridos em supermercados convencionais, geralmente situados na área urbana do município de Canguçu. Entre os principais produtos alimentares comprados na cidade, estão a farinha, o arroz, o açúcar, as massas, o sal, o fermento, o óleo de girassol, o café, a maionese e embutidos. Duas famílias mencionam também comprar a carne de galinha por elas consumida.

Quadro 9 - Local de aquisição e os produtos que não são produzidos nos lotes familiares pesquisados

<b>Família 1</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu, e, às vezes, em Pelotas. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento.	<b>Família 9</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo.
<b>Família 2</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, maionese.	<b>Família 10</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos.
<b>Família 3</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento.	<b>Família 11</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos.
<b>Família 4</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento.	<b>Família 12</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos.
<b>Família 5</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento e embutidos.	<b>Família 13</b>	É comprado no supermercado, na cidade. Produtos como farinha, açúcar, sal, café, óleo, fermento.
<b>Família 6</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos e carne de galinha.	<b>Família 14</b>	É comprado no supermercado, na cidade. Produtos como farinha, açúcar, sal, fermento.
<b>Família 7</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos e café.	<b>Família 15</b>	É comprado no supermercado, na cidade. Produtos como farinha, açúcar, sal, fermento, massas.
<b>Família 8</b>	É adquirido no supermercado, em Canguçu. Produtos como açúcar, farinha, sal, fermento, óleo, embutidos e carne de galinha.	Fonte: Pesquisa de campo, 2019.	

Já em relação aos produtos agrícolas cultivados nos lotes para atender às demandas do mercado, o Quadro 10 denota que, entre eles, estão o arroz orgânico, o leite, a soja, o mel, além de cabeças de gado. Em menor número, outros produtos orgânicos como feijão, morango, amora, alho, amendoim e mandioca, bem como a fabricação de cucas, bolos, doces, biscoitos e rapaduras. Assim, o arroz orgânico, cultivado por cinco famílias, é comprado pela Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).

Quadro 10 - Produtos comercializados e os destinos das vendas

<b>Família 1</b>	O arroz agroecológico, que é vendido para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). Pessoas de longe vêm buscar carne de ovelha. E as cabeças de gado são vendidas individualmente.	<b>Família 9</b>	A produção de mel, alho, mandioca, batata doce, amendoim e mandioca, comercializado na cidade, através da Feira Sabores da Terra. Já o arroz orgânico é vendido para a Cooperativa dos Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).
<b>Família 2</b>	O arroz agroecológico, que é vendido para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), a soja, que é vendida para compradores do município de Canguçu e a batata doce e o aipim que são vendidos para vizinhos do lote.	<b>Família 10</b>	O leite vendido para a Cooperativa Terra Nova e da carne de porco para vizinhos e parentes que moram fora do assentamento.
		<b>Família 11</b>	A soja, que é comprada por indivíduos que possuem silos fora do lote, em outra localidade, além do gado, vendido para um empresário da cidade que possui abatedouro e açougue e a carne de porco vendida para vizinhos do assentamento.
<b>Família 3</b>	O arroz agroecológico, que é vendido para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), o leite, vendido para a Cooperativa Terra Nova, o mel, vendido na cidade pela filha que mora lá e também o morango, vendido para uma agroindústria situada próximo à cidade.	<b>Família 12</b>	O leite, que é vendido para a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO) e, às vezes, algum porco é carneado e vendido para a vizinhança. Além disso, as vacas mais velhas, que não servem mais para produzir leite, são comercializadas entre os vizinhos.
<b>Família 4</b>	O leite, que é vendido para a Cooperativa Terra Livre.	<b>Família 13</b>	O leite, além de cuca, biscoito, doces e rapaduras de amendoim quando há encomendas entre os vizinhos. Às vezes, os porcos e as cabeças de gado são procurados pelos vizinhos quando necessitam de carne.
<b>Família 5</b>	O leite é comercializado para a Cooperativa Terra Nova, além de algumas cabeças de gado vendidas para os vizinhos quando há necessidade, tendo em vista que não tem como ficar com todo o gado até o seu envelhecimento.		
<b>Família 6</b>	A venda de cabeças de gado para um conhecido da família que possui abatedouro em outra localidade do município de Canguçu.	<b>Família 14</b>	O mel, comercializado na cidade, bem como para indústrias como a PRODAPYS e outra do estado de São Paulo, além da venda de morango e amora para uma agroindústria próxima da cidade.
<b>Família 7</b>	A soja é vendida para um senhor chamado de Biriba, que possui silos em outra localidade do município de Canguçu. Essa soja é plantada de parceria com um colono do 5º distrito, ex-vizinho do local onde a família morava antes de ser assentada.	<b>Família 15</b>	Apenas a comercialização do arroz orgânico para a COOTAP.
<b>Família 8</b>	A venda do gado criado pela família, geralmente vendido para vizinhos do assentamento e para fora dele, para onde a venda é maior.	Fonte: Pesquisa de campo, 2019.	

Por sua vez, a produção leiteira empreendida pelas famílias entrevistadas é comercializada tanto para a Cooperativa Terra Livre, que compra a maior parte do leite produzido pelos entrevistados e para a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO), para quem apenas uma das famílias destina a sua venda. A Cooperativa Terra Livre busca o leite um dia sim e outro não nos lotes das famílias e a COOPAR/POMERANO executa o carregamento do produto de três em três dias.

A sojicultura, desempenhada por quatro das famílias entrevistadas no Assentamento Renascer, é vendida para um indivíduo do município de Canguçu, que possui silos em outra localidade da zona rural do referido município e realiza o armazenamento dos grãos para dar, posteriormente, o devido destino. A família 07 mencionou, conforme pode ser observado no Quadro 10, que cultiva a soja em parceria com um *colono*<sup>76</sup>, que mora próximo ao local de origem da família antes de a mesma ser assentada.

A produção de mel, realizada por duas famílias entrevistadas para atender demandas externas, é comercializada *in natura* para uma empresa do Estado de São Paulo e para a indústria PRODAPYS, que, posteriormente, o emprega em diversos produtos alimentícios e do ramo da cosmética, bem como vendida por uma das famílias na Feira Sabores da Terra, realizada semanalmente na cidade de Canguçu, juntamente com outros agricultores familiares. A família 14, que vende o mel para fora do estado, relatou na pesquisa de campo (2019) que possui mais de duzentas caixas de abelhas no seu próprio lote e, também, em lotes vizinhos.

A presença de produtos da agricultura familiar na cidade, como no caso das feiras, bem como dos agricultores que os produzem, abre um interessante espaço de reflexão que possibilita alargar a visão acerca desta atividade, muitas vezes reduzida a, simplesmente, produzir e vender. Tão logo

Questionando uma visão que considera a agricultura como um simples campo de investimento de capital e, em consequência, privilegia a quantidade produzida e a produtividade dos fatores produtivos, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos e

---

<sup>76</sup> A referência ao termo *colono* designa um agricultor familiar de descendência alemã. Neste sentido, Seyferth (2009, p. 56) esclarece que “ao receber terras para cultivo no regime de colonização, o imigrante tornou-se colono, apropriando-se da designação oficial como categoria definidora de uma identidade social”.

propõem um pacto social entre produtores e consumidores, isto é, entre os agricultores e as populações urbanas. Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados. (WANDERLEY, 2003, p. 53-54)

Deste modo, as feiras também podem ser consideradas uma ponte que reforça a mútua dependência entre as populações urbanas e as rurais, assegurada com a possibilidade de o consumidor cidadão saber a origem do alimento que está sendo consumido e o processo que está por trás da produção do mesmo. Contribuindo para o fortalecimento dos espaços rurais, da agricultura familiar camponesa e, inevitavelmente, para a reprodução social e econômica das famílias que executam esta atividade.

Por conseguinte, oito famílias relatam vender ovelhas, vacas e porcos tanto para empresários do município de Canguçu que possuem abatedouro, açougue e hotel e demandam, por consequência, quantidades excessivas de carne, como é o caso das famílias 6, 9 e 11, bem como, para os vizinhos do Assentamento e para parentes que moram longe e que não criam os animais para consumo próprio, sendo este comércio feito pelas famílias 1, 5, 10 e 12 e 13. Os animais vendidos para quem possui abatedouros são comprados vivos e aqueles comercializados entre a vizinhança do assentamento e os parentes mais distantes do mesmo são carneados pelas famílias antes de proceder as vendas.

As famílias 3 e 14, que cultivam, respectivamente, morango e amora, vendem os produtos para uma agroindústria situada próximo da área urbana de Canguçu e que trabalha com a produção industrializada de doces. E, não menos importante, há a produção de biscoitos, cucas, bolos, doces e rapaduras de amendoim por um dos membros da família 13, que comercializa os produtos mediante a demanda dos vizinhos do assentamento.

Como pode ser observado, há uma variedade de produtos agrícolas que são comercializados pelas famílias assentadas para atender demandas atinentes ao mercado, evidenciando, por seu turno, a diversidade dos canais curtos (CC) pelos quais as vendas são realizadas e que podem ser visualizados através do comércio realizado nos lotes familiares, com a própria vizinhança, na feira de produtos da

agricultura familiar, bem como, nas compras efetuadas por agroindústrias locais. O que reforça que:

As propriedades em CC são mais diversificadas, trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais (olericultura e fruticultura, na maioria) e de origem animal (ovos, queijo, leite e derivados, embutidos, mel). Se, por um lado, essa alta diversificação é desejada, por ser coerente com os princípios do manejo agroecológico, por outro, torna o planejamento produtivo mais complexo. (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 10)

As diferentes formas de vender os produtos agrícolas corroboram a fim de que as famílias assentadas consigam adquirir renda para se manter no meio rural em condições dignas e, paralelamente, se reproduzir social e economicamente. Para tal, “essa multiplicação de formas de comercialização direta em circuitos alternativos deve ser constantemente acompanhada e avaliada para que sejam garantidos os princípios de equidade, solidariedade e sustentabilidade [...]” (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013, p. 13).

#### 5.4.3 MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL

Na perspectiva de Maluf (2003), a manutenção do tecido social e cultural não decorre apenas das contribuições dadas pela agricultura no âmbito da reprodução social e econômica das famílias rurais e da promoção da segurança alimentar, mas, também, de aspectos associados à identidade social e às formas de sociabilidade dos grupos que vivem no espaço rural. Há, dessa forma, uma ligação muito forte entre a agricultura e a identidade social, percebida através da valorização dos modos de vida do campo, nas relações de parentesco e vizinhança, bem como, na relação entre a produção de alimentos e o autoconsumo das famílias rurais.

Com o recuo da importância econômica no âmbito da produção agroalimentar, essa função da agricultura faz emergir aspectos associados às formas de sociabilidade das comunidades rurais e à manutenção de hábitos e costumes entre as famílias que vivem no rural. Tais questões, por seu turno, permitem o estabelecimento de “[...] uma conexão entre o enfoque da multifuncionalidade da agricultura e as interpretações que tomam a agricultura e o rural como um ‘modo de vida’ ” (MALUF, 2003, p. 145).

No intuito de conhecer melhor os hábitos alimentares das famílias entrevistadas, o Quadro 11 mostra que todas elas, sem exceção, fazem uso de alimentos industrializados nas suas refeições cotidianas. Entre os principais produtos de base industrial consumidos pelas famílias estão o açúcar, a farinha, o fermento, o arroz, a margarina, o café, o óleo, o sal e os embutidos.

Quadro 11 - Hábitos alimentares das famílias entrevistadas

Alimentos industrializados consumidos pelas famílias	<b>FAMÍLIA 1:</b> Açúcar, farinha, chocolate em pó e fermento.
	<b>FAMÍLIA 2:</b> Açúcar, farinha, sal e arroz.
	<b>FAMÍLIA 3:</b> Açúcar, farinha, sal e óleo de canola.
	<b>FAMÍLIA 4:</b> Açúcar, farinha, sal, arroz e embutidos.
	<b>FAMÍLIA 5:</b> Açúcar, farinha, sal e óleo de canola.
	<b>FAMÍLIA 6:</b> Açúcar, farinha, sal, óleo, fermento e embutidos.
	<b>FAMÍLIA 7:</b> Açúcar, farinha, sal, óleo, fermento e embutidos.
	<b>FAMÍLIA 8:</b> Açúcar, farinha, sal, óleo, fermento, café e embutidos.
	<b>FAMÍLIA 9:</b> Farinha, açúcar, óleo e fermento.
	<b>FAMÍLIA 10:</b> Farinha, açúcar, óleo, fermento, embutidos e café.
	<b>FAMÍLIA 11:</b> Farinha, açúcar, óleo, fermento, embutidos e café.
	<b>FAMÍLIA 12:</b> Farinha, açúcar, óleo, fermento, embutidos, café e margarina.
	<b>FAMÍLIA 13:</b> Farinha, açúcar, óleo, fermento, embutidos, café e margarina.
	<b>FAMÍLIA 14:</b> Farinha, açúcar, óleo e fermento.
	<b>FAMÍLIA 15:</b> Farinha, açúcar, óleo, fermento e sal.
Hábitos alimentares herdados de gerações anteriores	<b>FAMÍLIA 1:</b> Reaproveitamento de alimentos que são utilizados no preparo de doces, sucos e conservas.
	<b>FAMÍLIA 2:</b> <i>Comida de sal</i> ao meio dia e à noite, como carreteiro, risoto, massa caseira e, às vezes, churrasco.
	<b>FAMÍLIA 3:</b> Queijo e macarrão caseiro.
	<b>FAMÍLIA 4:</b> Polenta com leite e o aipim.
	<b>FAMÍLIA 5:</b> Pão, queijo, bolacha, mingau de farinha de milho, salame e polenta.
	<b>FAMÍLIA 6:</b> Canjica, polenta com leite, feijoada e salame.
	<b>FAMÍLIA 7:</b> Massa caseira, canjica e polenta com leite.
	<b>FAMÍLIA 8:</b> Massa caseira, polenta frita e mandioca.
	<b>FAMÍLIA 9:</b> Feijão, canjica, batata doce, polenta, quiabo e mandioca.
	<b>FAMÍLIA 10:</b> Canjica com leite, arroz com galinha, carreteiro, feijoada e broa de milho.
	<b>FAMÍLIA 11:</b> Churrasco, canjica e polenta.
	<b>FAMÍLIA 12:</b> Canjica, polenta, arroz com galinha, linguiça e salame.
	<b>FAMÍLIA 13:</b> Feijão, arroz, verduras, canjica e pão de milho.
	<b>FAMÍLIA 14:</b> Canjica e polenta.
	<b>FAMÍLIA 15:</b> Arroz, feijão, canjiquinha, polenta com leite, arroz com galinha e carne assada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Entretanto, embora exista o consumo de alimentos industrializados, as respostas dadas pelas famílias denotam, com unanimidade, que todas elas também consomem alimentos cultivados no interior dos seus lotes, conforme já assinalado. Havendo, dessa maneira, a confluência de produtos industrializados - ainda que em menor número - com aqueles produzidos, de forma mais saudável, para o autoconsumo, na composição dos cardápios alimentares dos entrevistados.

Entre os principais hábitos alimentares herdados de gerações passadas pelas famílias entrevistadas (Figura 20), observa-se uma grande variedade de alimentos. Destaca-se, assim, o consumo de *comidas de sal*, entendidas como o carreteiro, o churrasco, o arroz com galinha, o salame, a massa caseira, a feijoada, a polenta frita, o pão de milho e a canjica, que constituem parte de uma alimentação bastante reforçada, além de aparecer o queijo, a polenta com leite, a batata doce, o aipim, o quiabo e o mingau de farinha. Foi mencionado, também, por uma das famílias o hábito de reaproveitar alguns alimentos para o preparo de doces, conservas e sucos.

Figura 20 – Fabricação doméstica de queijo nos lotes familiares pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Assim, verifica-se uma gama de alimentos que, consumidos pelas gerações familiares passadas, ainda permanecem entre os hábitos e costumes alimentares das famílias que hoje vivem no Assentamento Renascer. Tal realidade vai ao encontro da assertiva exposta por Thies e Thum (2015, p. 199) ao apontar que se mantém “um modo de alimentação que busca na produção própria do camponês os ingredientes da cultura alimentar”.

A despeito das mudanças nos hábitos alimentares ao longo dos tempos, o Quadro 12 demarca que estas, entre as famílias entrevistadas, foram várias, denotando-as tanto de modo positivo como negativo. Com efeito, percebe-se que, antigamente, muitas famílias realizavam a conservação da carne na banha de porco, porém, nos dias de hoje, com a energia elétrica, fazem uso da geladeira e dos congeladores para o devido armazenamento.

Quadro 12 - Mudanças nos hábitos alimentares das famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Com o pensamento de que os filhos consumissem o menor número de hormônios possível, não se compra carne, nem suco e tudo o que puder ser reaproveitado naturalmente, sem conservante, é consumido.	<b>Família 9</b>	Antigamente consumia-se muito feijão, canjica, batata doce, polenta, quiabo que, apesar de ser menos consumidos nos dias atuais, ainda se preserva. Além disso, a questão da carne, que, no passado, era armazenada na banha e, hoje, na geladeira.
<b>Família 2</b>	Antes se consumia muito alimento com “químicos” e hoje é tudo sem veneno, somente <i>com aquilo que Deus nos dá</i> . Hoje, no lote, busca-se produzir sem veneno, diferente de antigamente.	<b>Família 10</b>	Na infância, comia-se pão com banha. Hoje, com a introdução da margarina, deixou de ser consumido. Também a introdução do consumo da mortadela. Além disso, percebe-se a diferença no gosto da melancia, por causa do uso excessivo de veneno.
<b>Família 3</b>	A família escolheu fazer diferença nos hábitos alimentares, como tirar o sal da comida, que era muito utilizado pelos pais, bem como, a diminuição do consumo de carne. O motivo da mudança se atribui, também, porque os filhos trazem novos hábitos de fora, como, por exemplo, da escola e algumas inovações dadas pelos extensionistas da EMATER.	<b>Família 11</b>	Antigamente era usado somente banha na preparação dos alimentos e hoje se utiliza cada vez mais óleo de soja, além do reduzido consumo de feijão nos dias atuais. Percebe-se, também, que no passado não existia tanta <i>venenama</i> e que tudo era mais ecológico.
<b>Família 4</b>	Com a existência de energia elétrica, os alimentos passaram a ser mantidos na geladeira, o que, no passado, era conservado na banha, como a carne.	<b>Família 12</b>	Utiliza-se muita variedade de temperos atualmente, o que, no passado, não era tão comum, além da alteração do sabor e da qualidade dos alimentos em decorrência ao uso maior de agrotóxicos.
<b>Família 5</b>	Hoje em dia procura-se consumir temperos da horta, como a cebola, ao invés de comprar o tempero industrializado.	<b>Família 13</b>	Hoje não se come mais tanta canjica socada no pilão, além do consumo cada vez menor de verduras e legumes e o crescente consumo de embutidos.
<b>Família 6</b>	Hoje, com a utilização de muitos venenos, alguns alimentos devem ser fervidos duas vezes ou o máximo possível antes de consumi-los, como é o caso da batata.	<b>Família 14</b>	Percebeu que, com o passar do tempo, o consumo de alimentos com agrotóxicos foi aumentando.
<b>Família 7</b>	Por exemplo, a batata é preciso aferventar várias vezes para não sentir o gosto do veneno. Além disso, percebe-se a mudança no gosto do tomate e da melancia pelo excessivo uso de agrotóxicos, o que na infância não era comum.	<b>Família 15</b>	Nenhuma.
<b>Família 8</b>	A família tem procurado consumir alimentos mais saudáveis e a produzir o seu próprio alimento, como carne e as hortaliças. Além do consumo do feijão e da mandioca, costume trazido da infância.		

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com o uso cada vez mais intenso de agrotóxicos, outra mudança percebida foi no gosto de alguns produtos alimentares consumidos nos dias de hoje e produzidos para o autoconsumo, tais como a melancia, o tomate e a batata, citada por três famílias na pesquisa de campo (2019). Logo, a presença do uso de agrotóxicos na produção de algumas culturas pode ser melhor compreendida na menção que as famílias 6 e 7 fazem ao caso da batata, que precisa ser fervida várias vezes antes do consumo para que o *gosto forte* não seja sentido ao consumir.

Outros relatos notabilizam que, antigamente, a banha era utilizada para o preparo de algumas comidas, bem como, consumida junto ao pão, contudo, na atualidade, foi substituída, respectivamente, pelo óleo de canola e a margarina, segundo as famílias 10 e 11. Além disso, outra mudança apontada diz respeito ao consumo cada vez maior de embutidos, como a mortadela, o que não fazia parte dos hábitos alimentares de gerações passadas.

No entanto, embora as mudanças mencionadas são percebidas a partir de uma perspectiva negativa e de perda de alguns hábitos alimentares tidos como saudáveis, observa-se, por parte de algumas famílias entrevistadas, o esforço para manter uma alimentação mais equilibrada e livre de veneno. Isso fica clarividente na resposta dada pela família 1, ao mencionar que a carne por ela consumida é produzida no próprio lote, com os devidos cuidados para que a quantidade de hormônios não seja tão alta, como, geralmente, é encontrado nas carnes compradas em supermercados.

Na mesma linha de raciocínio aparece a resposta dada pela família 3, que aponta ter diminuído o consumo de sal e de carne após os filhos aprender na escola que isso, em quantidades excessivas, não é benéfico à saúde humana, bem como através das inovações trazidas pelos extensionistas da EMATER. Vale salientar, também, o consumo maior de temperos cultivados nas hortas dos próprios lotes em detrimento dos industrializados, como é apontado pelas famílias 5 e 12.

Com relação à preservação de práticas culturais na agricultura e que foram herdadas dos antepassados, pode-se verificar, através das respostas dadas pelas famílias entrevistadas e expostas no Quadro 13, que muitas ainda resistem e são

empregadas no cotidiano de trabalho dos assentados. Pode-se notar que as famílias 3, 4 e 14 trazem das gerações precedentes o hábito de cultivar hortaliças (Figura 21 e 22), em casa, para o próprio consumo, sendo esta uma prática já realizada pelos pais, que também possuem vínculo com a terra, conforme os relatos dados na pesquisa de campo (2019).

Quadro 13 - Práticas culturais herdadas dos antepassados e preservadas pelas famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Maquinário, como o arado, para fazer as vergas no processo de plantação de mandioca; o jeito de semear o pasto.
<b>Família 2</b>	Fazer melado.
<b>Família 3</b>	O costume das miudezas, como plantio de amendoim e mandioca, por exemplo.
<b>Família 4</b>	O plantio de <i>miudezas</i> (hortifrutigranjeiros) e a produção do salame e da morcela branca nos momentos de carneada de porco.
<b>Família 5</b>	Nenhuma.
<b>Família 6</b>	O preparo de doce de uva, pêssago e batata, gêneros produzidos no lote mesmo, que foi aprendido na infância. Além disso, a fabricação de rapadura de amendoim, prática esta herdada dos pais do membro mais velho da família.
<b>Família 7</b>	Ainda hoje se utiliza o arado, a capinadeira, a grade, a carroça, a máquina de plantar e a enxadinha. Também se atenta para o plantio de determinadas culturas em certas luas, como o feijão na Lua Minguante ou na Lua Cheia.
<b>Família 8</b>	Plantar as hortaliças com tração animal.
<b>Família 9</b>	A plantação da mandioca na Lua Minguante. Também o cuidado no plantio de culturas que possuem raízes, que deve ser feita na Lua Minguante, como, também, tudo o que dá rama. Além disso, a preservação das sementes crioulas.
<b>Família 10</b>	Preparar os valos para plantação.
<b>Família 11</b>	Cuidados específicos com a terra para evitar erosão, bem como o uso reduzido de venenos na plantação. Além disso, a fabricação do mlado.
<b>Família 12</b>	Busca-se plantar determinadas culturas em luas específicas para que cresçam de forma saudável, além do uso da plantadeira, da foice e do machado no trabalho agrícola.
<b>Família 13</b>	A família comenta que planta algumas culturas em determinadas luas, como a abóbora na Lua Nova e a mandioca na Lua Cheia, além da poda de árvores frutíferas em meses que não tem a letra R (maio, junho, julho e agosto), igual como os pais faziam antigamente.
<b>Família 14</b>	O cultivo de hortaliças para o consumo próprio.
<b>Família 15</b>	Plantar de acordo com a lua, como, por exemplo, a mandioca na Lua Minguante. Poda nos meses sem a letra R (maio, junho, julho e agosto).

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 21 – Cultivo de hortigranjeiros para o consumo no lote familiar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 22 – Produtos cultivados na horta para consumo no lote familiar



a) Mandioca e laranja; b) Abóbora.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Revela-se, também, nas respostas dadas pelas famílias 7, 9, 12, 13 e 15 o costume de usar o calendário lunar no momento de plantar determinados produtos alimentares, como o caso da mandioca e do feijão, na Lua Minguante ou na Lua Cheia, bem como a abóbora na Lua Nova e de culturas que desenvolvem raízes e ramos na Lua Minguante. Além disso, foi mencionado, entre as famílias entrevistadas, o hábito de podar as árvores frutíferas somente nos meses que não possuem a letra “R”, ou seja, em maio, junho, julho ou agosto, como os pais faziam em tempos passados.

Destarte,

Essas trocas de informações, conhecimentos, costumes e tradições entre as gerações enriquecem a cultura local, desenvolvem a criatividade das pessoas e garantem que valores e conhecimentos não sejam perdidos. [...] A manutenção desses vínculos ocorre porque eles ainda apresentam importância no cotidiano dos moradores do campo. No contexto geral, são saberes, técnicas, hábitos, que apresentam sentido prático na vivência dos sujeitos, são representativos na reprodução social e econômica das famílias e da comunidade e por isso são preservados. (PRETTO; MONASTIRSKY, 2015, p. 5239)

Outro hábito herdado das gerações anteriores e que merece destaque é o da fabricação do melado, como mostram as respostas dadas pelas famílias 2 e 11 e do salame e da morcela, nos momentos de carneada de porco, como indica a família 4. Nesta mesma direção está o relato apontado pela família 6, o qual revela a manutenção do costume de preparar doces com os gêneros agrícolas cultivados no próprio lote, tais como o de uva, de pêsego e de batata e a fabricação de rapaduras de amendoim, prática esta herdada do pai do membro mais antigo da referida família.

Nesta perspectiva,

A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa, diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade positiva. O agricultor familiar se apresenta [...] como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza. (WANDERLEY, 2003, p. 54)

Vale ressaltar a preservação de determinadas técnicas de cultivo e de preparo do solo, tais como as vergas feitas através do arado puxado a boi para o plantio de mandioca e a utilização da tração animal para a plantação de hortaliças, conforme, respectivamente, mencionaram as famílias 1 e 8. Sem, no entanto, deixar

de lado o uso, ainda nos dias de hoje, da capinadeira, da grade, da carroça, da máquina de plantar milho, da foice, do machado e da enxadinha no trabalho agrícola, segundo as respostas das famílias 7 e 12 por essa ordem.

Isso pode ser constatado com o que Machado (2014) assevera, ao dizer que:

No espaço da lavoura, objetos como o arado, o machado, a enxada, a máquina de plantio manual, a plantadeira e a capinadeira de tração animal são objetos importantes para o agricultor. Assim, o machado e o facão são utilizados na derrubada do mato, o arado puxado a boi ou a cavalo é empregado para lavrar a terra, a plantadeira de animal ou manual, chamada de saraquá, é utilizada para o plantio de sementes. A enxada é empregada para o plantio em covas, como nos casos de mandioca, batatinha, batata-doce, abóbora, melancia e melão. Para a limpeza da lavoura, a capina, é utilizada a capinadeira puxada a boi ou a cavalo e/ou a enxada. (MACHADO, 2014, p. 83-84)

É evidente, assim, que práticas alimentares como a fabricação do melado e de doces, o uso do calendário lunar no momento de plantar determinadas culturas e a utilização de equipamentos manuais ou de tração animal no trabalho agrícola são, ainda, mantidos e preservados entre as famílias do Assentamento Renascer. Tais heranças agrárias, como denominam Mazoyer e Roudart (2010), constituem modos de vida e de trabalho que reforçam a identidade camponesa, mesmo com o avanço inexorável da modernização da agricultura.

Por outro lado, ao analisar as práticas agrícolas (Quadro 14) que as famílias assentadas usavam nos seus contextos de origem e que passaram a não utilizar após a vinda para o Assentamento Renascer, observa-se um paradoxo. Entre as práticas que não são mais recorrentes atualmente está o trabalho com o arado puxado a boi, o uso da enxada, da foice e da tração animal, além do roçado, da capinadeira, como é mencionado pelas famílias 1, 3, 4, 5, 10 e 11. Na Figura 23 é possível visualizar alguns destes elementos que as famílias relatam não fazer mais uso, entretanto, estão positivadas nas suas memórias.

Quadro 14 - Práticas agrícolas usadas no local de origem das famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Trabalho com o boi. Em Nonoai por ser área de soja, se usa muito veneno. Logo, aqui, não é colocado tanto veneno na produção.	<b>Família 10</b>	No local de origem havia larga plantação de soja. Com a chegada no assentamento, passaram a se dedicar ao cultivo de outras culturas destinadas à alimentação própria e, mais tarde, à criação de gado.
<b>Família 2</b>	Nenhuma	<b>Família 11</b>	Plantio de soja no meio do milho, o uso da capinadeira, além do plantio de trigo, que, no assentamento, não é possível devido às condições climáticas pouco favoráveis.
<b>Família 3</b>	O uso da enxada e da foice.	<b>Família 12</b>	O plantio do amendoim paraguaio, não mais cultivado por conta do tipo de solo, além do uso do arado de boi e do cavalo, substituídos pelo maquinário mecânico.
<b>Família 4</b>	A tração animal.	<b>Família 13</b>	A família sempre morou no local onde hoje é o assentamento, porém não usam mais a junta de boi, o arado, a capinadeira.
<b>Família 5</b>	Fazer o roçado (queimar depois de derrubar as árvores e moitas). Hoje não se faz mais, pois, é proibido por lei e por não ter mais o que roçar.	<b>Família 14</b>	A prática do cultivo de soja, muito comum no local de origem da família.
<b>Família 6</b>	No local de origem, parte da terra era arrendada para o plantio do feijão crioulo e do milho, o que hoje não se faz mais. Além disso, determinadas <i>miudezas</i> plantadas no local de origem não são possíveis de serem cultivadas no lote, dadas as diferentes condições físico-naturais. Este foi o ponto negativo atribuído a vinda para a Serra de Sudeste.	<b>Família 15</b>	Utilizam as mesmas práticas agrícolas que os pais, exceto a utilizada na plantação de arroz, passado a cultivar no lote.
<b>Família 7</b>	Nenhuma.	Fonte: Pesquisa de campo, 2019.	
<b>Família 8</b>	No local de origem havia larga plantação de soja. Com a chegada no assentamento, passaram a se dedicar ao cultivo de outras culturas destinadas à alimentação própria e, mais tarde, à criação de gado.		
<b>Família 9</b>	Nenhuma.		

Figura 23 – Práticas agrícolas usadas nos locais de origem das famílias entrevistadas



a) Triturador de milho; b) Canga; Triturador de cana; c) ; d) Plantadeira

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Desta maneira, é possível vislumbrar que, ao mesmo tempo em que algumas famílias se referem às heranças como elementos de um passado positivados em suas memórias, elas mencionam não fazer mais uso de tais práticas agrícolas na atualidade. O que, por sua vez, pode ser interpretado como uma tentativa de romper com um passado marcado por inúmeras dificuldades nas suas regiões de origem, ou, ainda, quando não possuíam acesso aos componentes do pacote tecnológico instituído pela modernização agrícola.

Além disso, é possível notar que o plantio de determinadas culturas, como o amendoim paraguaio, destacado pela família 12, não é passível de ser realizado em decorrência do solo, no Assentamento, ser mais arenoso, o que dificulta severamente o desenvolvimento da oleaginosa. Também é perceptível uma diminuição no uso de venenos, largamente empregado na região Noroeste, área do estado de onde a família 1 é oriunda, conforme o relato dado, bem como a técnica do plantio de soja em meio ao milho, prática comum no local de origem da família 11.

Muito embora algumas práticas agrícolas foram deixadas para trás após a chegada no Assentamento Renascer, dadas as razões acima mencionadas, Candau (2011) salienta que não há a perda completa dos hábitos,

[...] pois o excesso de lealdade e hábitos muito antigos impedem a substituição completa de uma temporalidade antiga por uma nova origem. Certamente, esquecimento pode ser decretado [...], mas o decreto não se inscreve totalmente no corpo social. (CANDAU, 2011, p. 95)

Podendo, deste modo, deixar subentendido a quantidade de técnicas, hábitos e saberes do local de origem presentes no imaginário das famílias assentadas, confrontadas substancialmente com o que a modernidade os impõe. Isso, pois, “[...] são conhecimentos, práticas e hábitos constituintes de um modo de vida camponês, que perpassa gerações” (MACHADO, 2014, p. 104).

Sobre a participação das famílias entrevistadas em atividades culturais e recreativas, o Quadro 15 evidencia que há o envolvimento de algumas delas no que tange à diversão e celebração da cultura local. No que diz respeito às festas comunitárias, quando estas acontecem no Assentamento e nas localidades vizinhas, sete famílias mencionaram participar. Geralmente, as festas comunitárias são realizadas por alguma igreja, sobretudo católica, uma vez ao ano e reúne centenas de fiéis que vão prestigiar a celebração, quase sempre em homenagem a algum santo.

Quadro 15 - Famílias entrevistadas que participam de atividades culturais e recreativas

<b>Atividades</b>	<b>Famílias que participam:</b>
<b>Festas Comunitárias</b>	07
<b>Futebol Colonial</b>	02
<b>Invernada Artística da Escola</b>	06
<b>Festa Junina</b>	05
<b>Noite da Família</b>	06
<b>Rodeios</b>	02
<b>Feira Estadual das Sementes Crioulas e Tecnologias Populares</b>	04
<b>Feira Municipal de Ciências e Tecnologia</b>	02
<b>Ciranda Estudantil Nativista (CIENA)</b>	03

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

As festas juninas e a chamada Noite da Família<sup>77</sup> são momentos festivos proporcionados pela escola do Assentamento e contam com relativa participação das famílias entrevistadas, principalmente dos pais e avós que possuem filhos e netos na instituição de ensino. Segundo os relatos da pesquisa de campo (2019), na Noite da Família, que ocorre uma vez ao ano, é servido um *sopão* com ingredientes doados pelas famílias da comunidade local e que conta com o auxílio das mesmas para o seu preparo.

Nesta direção, Durkheim (1968) afirma que as festas e as celebrações religiosas são fundamentais para reacender os “laços sociais” que correm o risco de serem dissolvidos entre os membros de uma determinada sociedade. Também, para o autor, as festas e as religiões são como combustíveis para as exigências impostas pelo trabalho no cotidiano, bem como, a oportunidades de ter acesso a uma vida menos cansativa. Isto posto, “as festas seriam uma força no sentido contrário ao da dissolução social” (AMARAL, 1998, p. 14).

Por seu turno, a Invernada Artística da escola é um importante momento de celebração da cultura gaúcha e, no seu interior, conta com alunos e alunas de seis famílias entrevistadas. O envolvimento se dá com os alunos, que ensaiam as músicas tradicionalistas gaúchas para, posteriormente, se apresentar em eventos

<sup>77</sup> A Noite da Família é um momento que reúne os familiares dos alunos e das alunas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira e que objetiva celebrar e refletir acerca da importância da instituição familiar no que concerne ao resgate e à manutenção de valores humanos. De acordo com os relatos dados na pesquisa de campo (2019) esta celebração é sempre esperada, todo o ano, pelos grupos familiares que vivem no Assentamento Renascer, sendo, também, um momento de encontro entre os assentados.

do município e da região, havendo, também, nesse processo, a participação dos pais, que se mobilizam para arrecadar fundos com o objetivo de adquirir os trajes típicos (vestido de prenda e pilcha, sobretudo) usados pelos filhos e filhas e, até mesmo, para a manutenção dos grupos de danças que fazem parte da invernada.

Em menor número de participação aparece o jogo de futebol e os rodeios, onde duas famílias afirmam haver membros que se envolvem. O futebol aparece em decorrência de um campeonato entre os assentamentos de reforma agrária da região, o qual ocorre no Assentamento Renascer e que conta, geralmente, com a participação masculina, segundo o relato de uma das famílias entrevistadas na pesquisa de campo (2019). E os rodeios, que são sempre realizados em localidades vizinhas ou em municípios da região, marcam, outra vez, o envolvimento dos homens.

Além disso, outras atividades recreativas e de valorização da cultura e dos saberes locais, como a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares, a Feira Municipal de Ciências e Tecnologia e a Ciranda Estudantil Nativista<sup>78</sup> (CIENA) foram mencionadas pelas famílias pesquisadas. Nesta direção, a Feira Estadual de Sementes Crioulas urge como uma oportunidade de as famílias assentadas mostrar à população em geral as sementes crioulas que produzem e reproduzem nos lotes familiares, bem como, reafirmar a importância do resgate das mesmas para a produção futura de determinados gêneros agrícolas alimentares.

Na questão envolvendo os laços entre as famílias assentadas com a religiosidade, as respostas dadas e expostas no Quadro 16 demarcam que a religião é presente na vida de, praticamente, todos os entrevistados. Com efeito, nota-se que oito famílias se assumem enquanto sendo católicas e sete evangélicas, sendo que estas últimas se subdividem entre a Igreja Assembleia de Deus, a Igreja Internacional da Graça, a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

---

<sup>78</sup> A Ciranda Estudantil Nativista (CIENA) constitui-se como um evento anual, realizado através da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura (SMEEC) do município de Canguçu, em que as escolas das redes municipal, estadual e particular celebram a tradição gaúcha através da apresentação de invernadas artísticas, cantos, trovas, desenhos e declamações de poesias.

Quadro 16 - As relações com a religiosidade entre as famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	Como os membros da família são referência na comunidade, optou-se por não participar de nenhuma instituição religiosa nos limites do Assentamento, pois acredita-se que a família deve ser um elo de ligação entre todas as religiões. Embora a família seja evangélica luterana.
<b>Família 2</b>	A família é católica e frequenta uma comunidade religiosa situada próxima ao lote. Um dos membros ressalta, assim, que prometeu para o seu pai seguir sempre nessa religião.
<b>Família 3</b>	A família é evangélica, mas, hoje, não frequentam mais a igreja. Relatam que se decepcionaram com a instituição pela lógica de mercado estar muito presente nela.
<b>Família 4</b>	A família é evangélica e frequenta a Igreja Internacional da Graça, situada na cidade de Canguçu.
<b>Família 5</b>	Parte da família frequenta a igreja evangélica e a outra parte não frequenta, pois o pai de um dos membros já não tinha o hábito de ir
<b>Família 6</b>	A família é católica, mas não tem frequentado a igreja do Assentamento, pois ela encontra-se com a infraestrutura bastante precária. Comentou-se que a família já foi assistir o culto na <i>igreja dos crentes</i> , mas que não trocam a sua religião por nada.
<b>Família 7</b>	A família é evangélica e frequenta a Igreja Assembleia de Deus. Logo, comentam que se orgulham de participar assiduamente da comunidade de fé, onde criaram, também, os dois filhos. Através da igreja, a família acredita ter conquistado grandes vitórias.
<b>Família 8</b>	A família é católica, mas não tem frequentado a igreja do Assentamento pois ela encontra-se com uma infraestrutura bastante precária. O vínculo com a igreja é considerado importante, porque é uma tradição que vem de família.
<b>Família 9</b>	A família é católica, mas, muitas vezes, por fazer parte de cooperativas, recebe convites diversos para frequentar instituições religiosas outras.
<b>Família 10</b>	A família é católica, mas, atualmente, não tem frequentado, pois as atuais dependências da igreja estão com a infraestrutura precária, o que impede a ocorrência das missas.
<b>Família 11</b>	A família é católica, mas, atualmente, não tem frequentado, pois as atuais dependências da igreja do Assentamento está com a infraestrutura precária, o que impede a ocorrência das missas.
<b>Família 12</b>	A família é católica, mas, atualmente, não tem frequentado, pois as atuais dependências da igreja do assentamento estão com a infraestrutura precária. Percebem a religiosidade importante para manter o vínculo com os demais vizinhos e a comunidade como um todo.
<b>Família 13</b>	A família é católica, mas, atualmente, não tem frequentado, pois as atuais dependências da igreja do Assentamento estão com a infraestrutura precária, o que impede a ocorrência das missas.
<b>Família 14</b>	A família é evangélica e frequenta a Igreja Assembleia de Deus. Consideram importante a religião para o conhecimento da verdade e da palavra, além de ser um consolo nos momentos difíceis.
<b>Família 15</b>	A família é evangélica e frequenta a Igreja Mundial do Poder de Deus, na cidade de Canguçu.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Entre os relatos dados pelas famílias que seguem o catolicismo, percebe-se que todos eles alegam frequentar a instituição religiosa situada no interior do Assentamento Renascer. Contudo, em vista das atuais condições de infraestrutura da igreja, as missas não têm acontecido, o que impede, temporariamente, as famílias assentadas de professar a sua fé. O relato dado pela família 6, quando diz já ter assistido ao culto da *igreja dos crentes*<sup>79</sup>, mas que não troca a sua religião - católica - por nada, reforça os fortes vínculos que possui com a referida crença.

Já entre as famílias evangélicas, chama atenção a resposta dada pela família 1, que, por ser uma referência importante dentro da comunidade, optou por não participar de nenhuma igreja no Assentamento, com o intuito de não “desagradar” aqueles que seguem crenças distintas das suas. Além disso, o relato da família 3, que, mesmo sendo evangélica, não tem mais ido aos cultos por perceber que a lógica do mercado marca presença, também, na igreja.

Dadas as diferentes concepções de fé que as famílias entrevistadas possuem, é possível entender que a religião configura como um elemento importante na vida dos assentados do Renascer, porque é uma forma de manter viva práticas que trazem dos seus antepassados, como destaca a família 8, além de se constituir como um meio para alcançar vitórias e buscar consolo nos momentos difíceis, reiterado, respectivamente, pelas famílias 7 e 14. Sem deixar de reforçar a percepção que a família 12 possui acerca do papel da religiosidade, considerada, para eles, como forma de manter vivo os laços com os vizinhos. A religião, nesta perspectiva, “[...] é o cimento entre as pessoas de uma comunidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 248).

Conforme o Quadro 17, é possível verificar que, entre as cooperativas, associações e sindicatos nos quais as famílias entrevistadas participam, estão: a ACAF - Associação Canguçuense Agropecuária Familiar; a COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre; a CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária; a COOPAR/POMERANO - Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul; a Cooperativa Terra Nova; a Cooperativa Terra Livre; a ADAC - Associação para o Desenvolvimento

---

<sup>79</sup> A referência à *igreja dos crentes* diz respeito às igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais e neopentecostais.

Quadro 17 - Participação das famílias entrevistadas em cooperativas, associações e sindicatos

<b>Família 1</b>	A família participa da Associação Canguçuense Agropecuária Familiar (ACAF), da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e da CRESOL (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária).
<b>Família 2</b>	A família participa da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e da CRESOL (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária).
<b>Família 3</b>	A família participa da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), da Cooperativa Terra Nova e da Cooperativa Terra Livre.
<b>Família 4</b>	A família participa da Cooperativa Terra Nova e da Cooperativa Terra Livre.
<b>Família 5</b>	A família participa da Cooperativa Terra Nova e da CRESOL (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária).
<b>Família 6</b>	Não participam, pois há dificuldade de leitura por conta da idade avançada dos dois membros. Outro fator atribuído a não participação foi o medo de possíveis endividamentos que poderão ser deixados, posteriormente, aos filhos.
<b>Família 7</b>	A família possui vínculo com a Cooperativa Terra Nova, porém, hoje, mesmo não vendendo mais o leite para a mesma, continuam cooperados a fim de não perder algum possível benefício a que possam ter direito.
<b>Família 8</b>	Um dos membros participa da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que trata, entre outros fins, dos criadores de ovelha do Alto Camaquã.
<b>Família 9</b>	A família é membro da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e da Cooperativa União.
<b>Família 10</b>	A família é membro da Cooperativa Terra Nova.
<b>Família 11</b>	A família é membro da Cooperativa Terra Nova, porém, como não trabalha mais com a produção leiteira, não participa ativamente.
<b>Família 12</b>	A família é membro da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR/POMERANO) e de uma associação, na localidade do Santo Antônio, para a busca de sementes de milho e pasto.
<b>Família 13</b>	A família é membro da Cooperativa Terra Nova e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu.
<b>Família 14</b>	A família é membro da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e membros inativos da Cooperativa Terra Nova.
<b>Família 15</b>	A família é membro da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Sustentável do Alto Camaquã; a Cooperativa União e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu. Apenas uma família não tem envolvimento em cooperativas, associações e sindicatos, pois, além da idade avançada dos dois membros que

integram o núcleo familiar, mencionam possuir receios de endividamentos que, por ventura, poderão deixar aos filhos.

Chama a atenção o relato da família 7 que, mesmo não vendendo mais leite, ainda continua participando da Cooperativa Terra Nova, com o objetivo de não perder algum benefício a que ainda possam ter direito. Nesta mesma direção, estão as famílias 11 e 14, também vinculadas à referida cooperativa, mas que não participam mais ativamente como no passado, pois uma delas deixou de trabalhar com a produção leiteira e, a outra, mudou a cooperativa para quem comercializa o produto.

O vínculo com a COOTAP, a Cooperativa Terra Nova e a Cooperativa Terra Livre figuram como fundamentais para parte das famílias assentadas entrevistadas, pois é para quem vendem a produção do arroz orgânico (COOTAP) e a produção leiteira (Terra Nova e Terra Livre), bem como, a quem recorrem quando necessitam de algum trator, colheitadeira ou caminhão para o trabalho na produção, sobretudo, entre aquelas que se dedicam ao leite. Além disso, fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e da CRESOL facilita, respectivamente, às famílias associadas o acesso à consultas médicas, odontológicas, pediátricas, nutricionais e ao crédito rural no âmbito da agricultura familiar.

Nesta mesma direção, aparece a participação da família 9 na Cooperativa União, que auxilia na comercialização de produtos da agricultura familiar na Feira Sabores da Terra, na cidade de Canguçu, da família 8 na Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que orienta a família no âmbito da ovinocultura familiar e da família 12, em uma associação próxima ao Assentamento Renascer, de onde buscam as sementes para o plantio de pasto e de milho no lote. É, assim, deveras importante a participação das famílias assentadas em cooperativas, associações e sindicatos, pois, através destes espaços, conseguem:

- a) Comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em maior quantidade;
- b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, cujos unitários são elevados;
- c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular;
- d) negociar em melhores condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação direta dos atravessadores;
- e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente

para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios etc. (HESPANHOL, 2008, p. 87)

Sobre a ajuda mútua entre parentes e vizinhos, as respostas das famílias entrevistadas (Quadro 18) revelam haver uma importante relação no âmbito das trocas de trabalho e ajuda entre as famílias do Assentamento Renascer. Nota-se, por exemplo, a ajuda que uma família presta a outra nos momentos de abrir e limpar os *valos* da produção do arroz orgânico, bem como, para o semeio do mesmo entre as famílias que desenvolvem o plantio da cultura, além da ajuda entre os vizinhos e familiares no que tange à abertura de poços artesanais, ao banho nos animais (sobretudo, na criação de gado) e à fabricação de rapaduras.

Segundo Sabourin (2006), a ajuda mútua

[...] depende de laços sociais, sentimentais e até simbólicos e se diferencia da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro porque não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato, existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestígio, mas, essa devolução não é contratual nem obrigatória. Pode ser diferida no tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade. (SABOURIN, 2006, p. 9)

Outras formas de colaboração aparecem quando uma família necessita realizar a limpeza e a pintura da casa e, assim, recorrem a algum parente ou vizinho próximo ao lote, como reitera, respectivamente, as famílias 6 e 7 em suas realidades. Ainda entre os familiares dos entrevistados a ajuda fica refletida quando precisam construir cercas e arames no interior dos lotes, aplicar algum remédio em animais adoentados e carregar areia e preparar o cimento quando ocorre a construção de uma casa ou galpão nas unidades de produção ou, também, quando uma família visita a outra e trocam ajuda no preparo das comidas consumidas.

Quadro 18 - Ajuda mútua, troca ou cooperação entre parentes e vizinhos nas famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	No lote, há o trabalho conjunto com um vizinho, na colheita do arroz orgânico. O trabalho com o trator é terceirizado com outro vizinho. No trabalho com o gado, quando precisa de ajuda, a família comunica alguns vizinhos e os mesmos trocam serviços.
<b>Família 2</b>	Quando ocorre ajuda, é para tratar de algum gado que está doente.
<b>Família 3</b>	Há a troca de serviço no momento da abertura e limpeza dos <i>valos</i> para o plantio do arroz orgânico, bem como, para o seu semeio.
<b>Família 4</b>	Somente quando há algum problema com animal, que algum vizinho é acionado.
<b>Família 5</b>	Há somente ajuda entre os próprios familiares, quando necessitam construir cercas de arame no lote, banhar a criação e semear a pastagem consumida pelo gado.
<b>Família 6</b>	Quando há a necessidade de fazer uma limpeza muito grande na casa é chamada a nora de um dos membros, que reside na vizinhança. Também quando há carneada de gado chama-se os filhos e o vizinho do lote ao lado e, em troca, é dado um quarto do animal carneado como forma de recompensa. Outra ajuda prestada é para a fabricação de rapadura de amendoim, que, às vezes, algum vizinho necessita, pois não sabe a receita/procedimento.
<b>Família 7</b>	Quando há a necessidade de realizar faxina ou pintura na casa chama-se algum vizinho, pois a saúde do casal já não permite mais fazer este tipo de serviço sozinhos. Além disso, contam com a ajuda do neto no corte e carregamento da lenha, o qual reside próximo ao lote.
<b>Família 8</b>	Quando há a necessidade de realizar a silagem chama-se um vizinho para ajudar, pois, quando este necessita de auxílio, o mesmo é trocado. Além disso, nos momentos de carneada também alguns vizinhos colaboram.
<b>Família 9</b>	Não há nenhum tipo de ajuda mútua ou cooperação.
<b>Família 10</b>	Há a ajuda do irmão de um dos membros da família, que mora no lote ao lado, principalmente para aplicar remédio contra as pragas nos animais e, algumas vezes, na produção leiteira.
<b>Família 11</b>	Há a ajuda entre vizinhos e os filhos que residem próximo ao lote, principalmente para a abertura de poços artesianos, no preparo da terra para a plantação de soja, no preparo da pastagem e no cuidado eventual com algum gado doente.
<b>Família 12</b>	Há a ajuda entre vizinhos quando necessita carrear porco ou vaca, ou para semear a pastagem, além do uso dos maquinários dos vizinhos em épocas de plantio. Também há a troca de porco por sementes de milho para plantar e fazer silagem
<b>Família 13</b>	Há a ajuda quando precisa carregar areia e preparar o cimento em momentos de construção/obras, principalmente entre os filhos e vizinhos, além da ajuda prestada quando uma família visita a outra no tocante ao preparo das comidas consumidas.
<b>Família 14</b>	A ajuda é expressada com o reparo na casa e nos cachorros quando a família precisa ir para a cidade ou a outros municípios comercializar a produção de alimentos realizada.
<b>Família 15</b>	Entre os que plantam arroz orgânico existe parceria; troca de sementes entre os vizinhos; ajuda para semear e manter a produção no lote.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Merece destaque o relato da família 8 que, ao preparar a silagem utilizada na alimentação das vacas, chama um vizinho que presta a ajuda. Assim, quando o vizinho também prepara a silagem, a família que o auxiliou retribui o serviço prestado. Isso vai ao encontro do que Sabourin (2009, p. 67) adverte ao dizer que “o compartilhamento do trabalho constitui uma estrutura específica: cada um dá à comunidade e recebe dos demais”.

Outro elemento que chama atenção no âmbito das relações de reciprocidade e de troca entre as famílias entrevistadas gira em torno dos momentos de carneada de porco e de vaca, quando acionam um vizinho ou parente para o auxílio no procedimento de abate do animal. Tão logo após a carneada, como forma de recompensar a ajuda prestada, é comum haver a troca por parte da carne do animal morto, conforme menciona a família 6 em sua resposta na pesquisa de campo (2019). Sabourin (2009), a este respeito, chama a atenção que

[...] muitas vezes, a reciprocidade é esperada na medida em que é importante ou até mesmo necessária, por um lado, para a economia da maioria das famílias camponesas e, por outro, para a qualidade das relações humanas e para a ordem social. Por exemplo, as prestações de trabalho são muitas vezes necessárias para passar os picos de demanda de mão-de-obra ou para efetuar algumas tarefas pesadas [...]. (SABOURIN, 2009, p. 284)

Segundo Pretto e Monastirsky (2015, p. 5234) “o conjunto de elementos conservados presentes no cotidiano e na memória dos moradores do campo pode ser considerado patrimônio cultural”. Assim, no que se refere à existência de patrimônios culturais materiais no Assentamento Renascer, as famílias entrevistadas mencionam (Quadro 19) haver as três antigas casas que eram sedes da fazenda antes de ocorrer a desapropriação da mesma e que, por sua vez, apenas uma se mantém inteiramente intacta, tendo ela servido para a instalação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, além da Casa do Mel.

Quadro 19 - Patrimônios culturais e materiais no Assentamento Renascer

<b>Família 1</b>	As atuais dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, que faziam parte da família A: PECCIN, da qual o Estado comprou as terras para assentar as famílias. Com a instalação da escola, o assentamento ganhou vida e a mesma é referência para a comunidade
<b>Família 2</b>	Há a Casa do Mel e a escola. A escola é vista como essencial e, caso não tivesse a mesma, tudo estaria perdido, pois a luta para a sua instalação pelas famílias assentadas foi grande.
<b>Família 3</b>	Há a escola, que sediou uma das casas da antiga fazenda, a qual foi uma conquista muito grande da comunidade. Assim, para a família, se não houvesse a escola, hoje as dependências onde ela funciona estariam em pedaços.
<b>Família 4</b>	Há a casa sede da fazenda, onde está a escola. Ter a escola na comunidade é muito importante, pois acaba sendo uma forma de manter os filhos próximos da comunidade e da família.
<b>Família 5</b>	Há a Casa do Mel e a escola do assentamento, a qual considera-se importante para preservar a cultura gaúcha, além do trabalho de conscientização no combate às drogas, muito presente no meio rural.
<b>Família 6</b>	Há a sede da fazenda, onde funciona a escola, que é vista como fundamental para o encaminhamento dos filhos e das filhas dos assentados.
<b>Família 7</b>	Há as casas que sediaram as antigas fazendas das quais, intactas, só resta a que deu espaço para a instalação da escola do assentamento. A instituição de ensino é vista como positiva para os estudos dos filhos e netos, pois não precisam percorrer longas distâncias para cursar o Ensino Fundamental.
<b>Família 8</b>	Há três casas que fazem parte da antiga fazenda e, onde, em uma delas, está situada a escola do assentamento, a qual é de extrema importância para a comunidade, pois são poucos os assentamentos de reforma agrária que contam com uma escola em seu interior.
<b>Família 9</b>	Há a antiga sede da fazenda, que abriga, atualmente, a escola, que é vista como muito importante para dar um futuro melhor aos filhos dos assentados, além das festividades promovidas pela escola que alegam os moradores do assentamento. Além da Casa do Mel, que é fundamental para embalar o produto entre os que trabalham com a apicultura.
<b>Família 10</b>	Há a Casa do Mel, onde realizam a prensagem dos favos e, posteriormente, a embalagem do produto. Além da sede da antiga fazenda, onde está a escola, considerada importante para o convívio social dos membros do assentamento, além de promover a cidadania dos filhos dos assentados..
<b>Família 11</b>	Há, no assentamento, três casas que integram a antiga fazenda, onde apenas uma delas ainda se mantém intacta, local em que funciona a escola. A mesma é, por sua vez, percebida como muito importante para que a educação formal dos filhos dos assentados ocorra no próprio local que moram, evitando o deslocamento para outras localidades.
<b>Família 12</b>	Há as sedes das fazendas, onde, em uma, funciona a escola do assentamento, que se atribui muita importância para a escolarização dos filhos dos assentados. Além da Casa do Mel, onde é realizado o processamento e a embalagem do produto cultivado por algumas famílias.
<b>Família 13</b>	Há as três casas, que eram sedes da antiga fazenda, onde, em uma delas, funciona a escola do assentamento, considerada importante para a comunidade, pois as crianças e os adolescentes não precisam percorrer grandes distâncias para estudar, além de fortalecer a identidade do assentamento.
<b>Família 14</b>	Há a Casa do Mel, que é considerada muito importante para não vender o produto a pessoas de fora do assentamento, porém a mesma não está funcionando. Além das casas que sediaram as fazendas, onde, em uma delas, funciona a escola, considerada positiva para a comunidade.
<b>Família 15</b>	Há as casas que sediaram a antiga fazenda, onde, em uma delas, funciona a escola do assentamento, que é considerada importante, pois é próxima para o filho estudar, auxilia na organização da coleta do lixo, além de fortalecer o coletivo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Dentre os relatos dados pelas famílias entrevistadas na pesquisa de campo (2019), percebe-se que a escola (Figura 24) constitui um elemento essencial para que os filhos e as filhas dos assentados possam ter acesso à educação formal na própria comunidade em que vivem, pois a maior parte dos assentamentos de reforma agrária não contam com instituições de ensino em seu interior. Também vale dizer que a presença da escola, que rememora a luta forjada pelas famílias quando da chegada no Renascer para a sua implantação, é fundamental para fortalecer a identidade entre os assentados.

Figura 24 – Dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira



a); c) Parte frontal da Escola; b) Refeitório; d) Entrada da Escola.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Neste sentido, Souza (2009) reitera as dificuldades enfrentadas pelas famílias do Assentamento Renascer para a implementação da escola:

Não foi uma tarefa fácil, apesar de o governo ter como uma prioridade a educação do campo. Não havia parceria com o município para manter o transporte escolar, nem [...] educadores e funcionários com formação e ligação para assumir aquela realidade. Houve momentos de bastante tensão para que o Estado resolvesse os limites legais como, por exemplo, o do banco de recursos humanos com inscrição específica para a educação do campo, o do difícil acesso para os educadores, os do mobiliário, recursos materiais, estrutura física. (SOUZA, 2009, p. 84)

Em meio a todos os percalços mencionados pela autora acima supracitada, a escola configura como um patrimônio cultural material para os grupos familiares do assentamento em questão. Ela é, conforme reiteram as famílias entrevistadas, importante para garantir uma formação cidadã aos filhos dos assentados, reforçando os valores do movimento e aqueles associados à luta pela terra e para a preservação do meio ambiente em que estão inseridos, através do trabalho realizado na instituição que instiga os educandos a separar corretamente o lixo e, conseqüentemente, a dar o destino correto ao mesmo.

Outro patrimônio material do Assentamento e que aparece nos relatos das famílias entrevistadas é a Casa do Mel (Figura 25). Logo, nela acontece a prensagem dos favos e, posteriormente, a embalagem do produto para ser comercializado. Embora, atualmente, não esteja em funcionamento, as famílias consideram a existência da Casa do Mel como vital para a valorização daqueles que, no assentamento, se dedicam à apicultura.

Figura 25 – Instalações da Casa do Mel no Assentamento Renascer



a) Sede da Casa do Mel; b) Caixa de abelha; c) Centrífugas para extração do mel; d) Favo de mel para comercialização.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

#### 5.4.4 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL

Para Maluf (2003), a função relativa à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural deve, para ser entendida, levar em consideração as relações entre a prática da agricultura pelas famílias rurais e o território em que elas estão situadas. Nesta perspectiva, é preciso levantar os pontos positivos (em termos de contribuições) e os pontos negativos (em termos de danos) da agricultura no que concerne à preservação da paisagem rural.

Konzgen (2017, p. 96) argumenta que “[...] ainda predominam explorações com o uso de técnicas nocivas ao ambiente, com a utilização inadequada de tecnologias [...]”, também pelo caráter rudimentar dos sistemas de produção tradicional praticados em explorações de diferentes magnitudes. Portanto, essa função permite focalizar o impacto que a agricultura possui no tocante à preservação do patrimônio natural e da paisagem rural.

No contexto empírico pesquisado, praticamente todas as famílias entrevistadas relatam, conforme as respostas expostas no Quadro 20, que possuem áreas de mata nativa no interior dos seus lotes. Por sua vez, “a mata nativa compreende um conjunto de plantas nativas de determinada região, com condições necessárias para o seu desenvolvimento, tais como, água, luz e calor, sendo difícil a identificação da interferência humana” (KONZGEN, 2017, p. 97).

São trechos que não ultrapassam o limite de cinco hectares e que, em alguns casos, dividem espaços com a lavoura de determinadas culturas (Figura 26), como, no caso, da soja, de acordo com o que mencionou a família 7 na pesquisa de campo (2019). Entre as principais práticas de conservação das áreas de vegetação nativa, os entrevistados relatam evitar a queimada, o roçado e a derrubada para fazer lavouras e lenha, sendo esta última proveniente apenas dos galhos que caem no chão por conta própria.

Quadro 20 - Áreas de mata nativa e as práticas de conservação empregadas pelas famílias entrevistadas

<b>Família 1</b>	No lote, não. Apenas no Assentamento.
<b>Família 2</b>	Há, no lote, 5 hectares. Para a conservação, essa área é fechada, em roda, com cerca.
<b>Família 3</b>	Sim. A família busca não mexer nessas áreas, mantendo-as intactas.
<b>Família 4</b>	Sim. A família busca não mexer nessas áreas, mantendo-as intactas.
<b>Família 5</b>	Sim. Evita-se cortar e roçar nas áreas de mata nativa, bem como soltar o gado. Além disso, a prática da queimada é evitada para não degradar o pouco que tem.
<b>Família 6</b>	No lote, precisamente, não. Porém, quando termina os limites do mesmo, há uma área de mata nativa, a qual perpassa por uma grande extensão do Assentamento Renascer. Comenta-se que não é derrubada nenhuma árvore. Assim, apenas os galhos mortos são resgatados para serem utilizados como lenha.
<b>Família 7</b>	Muito pouco. Há apenas algumas <i>moitas</i> no meio da plantação de soja, que não são removidas.
<b>Família 8</b>	Há apenas uma pequena área próximo à várzea de um arroio que corta o lote, onde evita-se o roçado e a retirada de árvores. Além disso, planta-se eucalipto, acácia e bambu para evitar a retirada de sedimentos dessa área de várzea.
<b>Família 9</b>	Há 5 hectares de mata nativa (Mata Atlântica), da qual não é retirada nenhuma árvore.
<b>Família 10</b>	Sim. Evita-se plantar soja próximo dela, bem como a sua derrubada.
<b>Família 11</b>	Há um pequeno trecho de mata nativa. Evita-se a derrubada de árvores para fazer lenha e práticas como queimadas.
<b>Família 12</b>	Há áreas de mata preservada no lote. Evita-se a derrubada e as queimadas.
<b>Família 13</b>	Há uma pequena área próxima à sanga que atravessa o lote e que serve de sombra para os animais. De lá não é retirada nenhuma árvore e evita-se práticas como a queimada.
<b>Família 14</b>	Há, na beira da sanga que passa nos fundos do lote, um trecho de mata nativa. Evita-se a retirada de madeira e práticas como a queimada.
<b>Família 15</b>	Há 5 hectares. Evita-se cortar árvores e a prática da queimada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 26 – Mata nativa no Assentamento Renascer



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Além disso, conforme o relato da família 5, há a construção de cercas, em formato de roda, a fim de evitar a degradação dos trechos de mata nativa existentes no lote. Chama a atenção a resposta dada pela família 8, reiterando haver uma pequena área próxima à várzea do arroio que atravessa o lote e que, para evitar o assoreamento do mesmo, são plantadas algumas árvores, tais como eucalipto, acácia e bambu.

Deste modo, nota-se um esforço coletivo das famílias do Assentamento Renascer para conservar a vegetação típica daquele bioma, uma vez que a sua manutenção é fundamental, inclusive, para o provimento da subsistência de alguns grupos familiares que se dedicam, entre outras culturas, à produção de mel. Podendo a conservação das áreas de mata nativa se encontrar atrelada aos aspectos que as leis ambientais aportam a este respeito, despertando, assim, nas famílias assentadas, maior atenção e cuidado. Maluf (2003, p. 147), neste sentido, ressalta que é muito recorrente os conflitos “[...] entre as práticas agrícolas e alguns

aspectos da legislação ambiental vigente que são reforçados pela forma de atuação dos órgãos de fiscalização ambiental (Ibama)”.

Com relação às técnicas utilizadas pelas famílias entrevistadas, em seus respectivos lotes, para a preservação da paisagem rural, percebe-se (Quadro 21) que elas são bastante variadas (Figura 27). Assim, entre as respostas dadas, aparece a realização do plantio de árvores e flores ao redor das casas, a devolução das embalagens de agrotóxicos nos locais de compra dos mesmos, conforme a legislação prevê, evitando que sejam lançados próximos à nascentes e em cursos d'água, bem como a não realização de queimadas para o plantio de determinadas culturas.

Quadro 21 - Principais técnicas empregadas pelas famílias entrevistadas para a preservação da paisagem rural

<b>Família 1</b>	A não utilização de agrotóxicos na produção realizada no lote familiar.
<b>Família 2</b>	O plantio de flores ao redor da casa.
<b>Família 3</b>	Não utilizam a queimada de árvores e separam o lixo reciclável, que não é incinerado no lote, mas carregado, duas vezes ao ano, pela Prefeitura Municipal de Canguçu. Além disso, é mencionada a importância de preservar as taipas do Rio Camaquã para evitar as enchentes.
<b>Família 4</b>	O plantio de árvores e a separação o lixo reciclável, que não é incinerado no lote, mas carregado, duas vezes ao ano, pela Prefeitura Municipal de Canguçu.
<b>Família 5</b>	A separação do lixo reciclável, que é recolhido pela Prefeitura Municipal de Canguçu, além de evitar a prática da incineração para queimar o restante do lixo, o qual é enterrado próximo ao lote.
<b>Família 6</b>	<i>Se é arvoredado, tem que trazer no limpo</i> ” em uma alusão ao cuidado com algumas árvores para que não sejam sufocadas por outras espécies vegetais. Além disso, o papel usado no banheiro e os plásticos são incinerados para não ficar voando na estrada e na volta da casa e o restante do lixo reciclável é recolhido pela coleta seletiva da Prefeitura local.
<b>Família 7</b>	A família não descarta as embalagens dos venenos utilizados na plantação de soja próximo da cacimba e do açude.
<b>Família 8</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura local.
<b>Família 9</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura local.
<b>Família 10</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura. Além da entrega, nos locais de compra, das embalagens de agrotóxicos usados na plantação de soja.
<b>Família 11</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura local.
<b>Família 12</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura, além do plantio de algumas árvores para fazer sombra e <i>cortar o vento</i> .
<b>Família 13</b>	A separação do lixo reciclável, que é carregado pela coleta seletiva da Prefeitura local, além de evitar a queimada para a realização do plantio.
<b>Família 14</b>	O plantio de árvores ao redor da casa.
<b>Família 15</b>	O plantio de árvores ao redor da casa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 27 – Técnicas utilizadas para a preservação da paisagem rural no Assentamento Renascer



a); b) Manutenção de árvores nativas próximas das residências; c) Plantação de árvores frutíferas; d) Sistema Agroflorestal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

É reiterado, com frequência, a separação do lixo reciclável entre as famílias pesquisadas do Assentamento Renascer, o qual é buscado, duas vezes ao ano, pela coleta seletiva da Prefeitura local. Isso, por sua vez, colabora para que o lixo tenha o destino correto e seja, adequadamente, reaproveitado, além de evitar que o mesmo seja jogado em outros lugares, causando danos, muitas vezes irreversíveis, ao meio ambiental local. Vale enfatizar, também, a fala de um dos membros da família 6, que menciona que *se é arvoredo, tem que trazer no limpo*, em uma alusão ao cuidado tido com algumas árvores para que não sejam sufocadas por outras espécies vegetais consideradas, do ponto de vista da família, danosas.

As respostas das famílias acerca das técnicas executadas para a preservação da paisagem rural nos lotes pesquisados se cruzam, em alguns momentos, com as práticas de conservação dos recursos naturais por elas

empreendidas. Neste sentido, parece haver, entre os atores sociais entrevistados, um entendimento pouco aberto em relação à paisagem rural, “[...] talvez porque a ideia de paisagem rural esteja associada a uma imagem de natureza intocada” (MALUF, 2003, p. 148).

Logo, para o autor, é imprescindível

[...] distinguir os olhares dos diferentes atores sociais sobre o que significa preservar a paisagem, especialmente no tocante às relações entre as atividades produtivas e a preservação da paisagem e do patrimônio, uma vez que o uso dos recursos naturais e a preservação da paisagem rural revelaram-se como sendo aspectos das condições sociais de reprodução das famílias rurais, diferentemente do que se encontra nas visões que os colocam como questões acessórias. (MALUF, 2003, p. 148)

Assim, a função relativa à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural reafirma a importância da agricultura familiar não só como produtora de bens e produtos para o consumo das famílias rurais e urbanas, mas, também como detentora de saberes e fazeres sobre a natureza que beneficiam a sociedade como um todo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“[...] a constituição de um objeto e de um projeto, ao mesmo tempo interdisciplinar e transdisciplinar, é que permite criar o intercâmbio, a cooperação, a policompetência”. (MORIN, 2014, p.110)*

No debate teórico e político envolvendo a agricultura familiar camponesa é recorrente o discurso que aponta para a supressão desta atividade, dos atores sociais nela envolvidos e, de forma mais ampla, do rural como lugar de vida e de morada. Este argumento, na maioria das vezes, encontra-se fundamentado em critérios puramente econômicos, que negligenciam a diversidade característica da agricultura praticada em pequenas unidades de produção, que concentram mão de obra e trabalho eminentemente familiar.

Deste modo, ao analisar a agricultura desenvolvida pelas famílias entrevistadas do Assentamento Renascer, pode-se afirmar, inicialmente, que esta atividade, para além do que os discursos hegemônicos a ela vinculam, faz emergir as funções sociais, culturais e ambientais reiteradas pela perspectiva da multifuncionalidade. Podendo, portanto, afirmar que a agricultura praticada pelos sujeitos assentados da reforma agrária desempenha os elementos relativos às múltiplas funções.

Ao buscar as origens das famílias entrevistadas, observa-se que a maior parte delas é oriunda da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ainda que três destas são naturais do município de Canguçu e uma do município serrano de Bento Gonçalves. O lugar de origem da grande maioria dos que compuseram o universo pesquisado é, historicamente, marcado pelo processo de modernização da agricultura, que desterritorializou, nos anos 1960 e 1970, milhares de famílias camponesas.

No que concerne ao gênero e à idade dos sujeitos entrevistados, verifica-se um equilíbrio entre homens e mulheres, estando, a maioria deles, na faixa etária correspondente dos 11 aos 60 anos. Por sua vez, ao observar o grau de escolaridade destes, nota-se que há uma concentração de agricultores familiares

camponeses que não concluíram o Ensino Fundamental e uma parcela exígua que finalizaram esta etapa da escolarização formal, bem como as etapas posteriores.

Destaca-se, ainda, na caracterização do sistema social da agricultura, que todas as famílias entrevistadas desenvolvem atividades agrícolas no interior dos lotes familiares. Devendo, portanto, mencionar que três delas contam com integrantes que desempenham, concomitantemente, atividades não agrícolas. Este fato acena para a existência do fenômeno da pluriatividade entre os grupos familiares do Assentamento Renascer, fundamental para a reprodução social e econômica destas famílias e da agricultura por elas praticada.

Vale ressaltar que, quanto às formas de aquisição dos lotes, a quase totalidade das famílias entrevistadas teve acesso aos mesmos mediante o processo de concessão de uso, muito comum no âmbito dos assentamentos de reforma agrária. Os lotes familiares, por seu turno, não ultrapassam o total de trinta hectares, sendo que a grande parte deles está entre dez e vinte e um hectares, evidenciando que a propriedade da terra, no contexto pesquisado, foi dividida de modo relativamente homogêneo.

Com relação aos aspectos do sistema produtivo no âmbito dos lotes pesquisados, constata-se que algumas famílias destinam parte da produção para atender demandas do mercado. Entre os principais produtos comercializados externamente estão a soja, o arroz orgânico, o leite, o mel e algumas frutas e legumes. Por outro lado, todas as famílias entrevistadas voltam a produção ao autoconsumo, ganhando destaque, além do leite e do mel, combinados para o mercado, a mandioca, a batata doce, a laranja, a uva, o pêssego, a bergamota, a abóbora, o pepino, a rúcula, o tomate, a beterraba, o alho, a cenoura, a alface, o pimentão e a criação de animais, tais como bovinos, suínos, equinos e aves.

Há que se sublinhar, deste modo, que tanto a produção para o mercado como aquela destinada ao autoconsumo, marcada pela diversidade de produtos, corroboram para a reprodução social e econômica dos grupos familiares entrevistados. Sendo, ainda, que a produção para o autoconsumo é primordial, pois ela garante aos grupos familiares uma alimentação de maior qualidade, mediante a autonomia que possuem ao poder decidir o que plantar e consumir cotidianamente.

No que se refere ao sistema técnico, observa-se, entre as famílias pesquisadas, um recuo considerável de maquinários animais e uma prevalência cada vez maior do maquinário mecânico nas atividades produtivas. Vale frisar que, embora algumas famílias fazem uso da adubação química, a de base orgânica sobressai na produção agrícola por elas desenvolvida. Todavia, quando elucidado os tipos de sementes empregadas pelas famílias no plantio de determinadas culturas, as geneticamente modificadas prevalecem quando comparadas às crioulas, sendo essas usadas, sobretudo, para o plantio de milho e de feijão consumido pelas famílias.

Quanto à existência de áreas de mata nativa, constata-se que estas aparecem na maioria dos lotes pesquisados, tendo as famílias importante compreensão acerca da importância de conservação desses trechos. Ademais, a caracterização do sistema técnico revela que a utilização do crédito rural é pouco recorrente entre as famílias entrevistadas, assim como a assistência técnica no acompanhamento e auxílio das atividades agrícolas é muito eventual.

Na análise da agricultura praticada no Assentamento Renascer, a partir da perspectiva da multifuncionalidade, reitera-se que, tangente à reprodução social e econômica das famílias que lá moram, as rendas que permitem a elas sobreviver no espaço rural são oriundas do trabalho agrícola, não agrícola e das aposentadorias e dos auxílios do INSS. Tendo, neste contexto, maior destaque as rendas monetárias oriundas com o desenvolvimento da atividade agrícola desenvolvida no interior dos lotes familiares.

Com efeito, verifica-se que a produção agrícola das famílias assentadas está voltada para o autoconsumo, sendo isso evidenciado quando a totalidade delas produzem gêneros agrícolas para atender as demandas internas aos grupos. A diversidade da produção é marca fundante desta agricultura, visto que se observa uma grande quantidade de produtos alimentares cultivados, tanto de origem vegetal, como de origem animal, no contexto dos lotes familiares.

Entretanto, nem todas as famílias que foram entrevistadas trabalham com a produção agrícola que atenda aos mercados, sendo esta realizada por alguns grupos, que se dedicam, na maior parte dos casos, com a venda de soja, de arroz

orgânico, de leite e, em menor quantidade, mel, feijão, amora e morango. Estes últimos cultivares são, também, combinados para o autoconsumo, conforme fora assinalado.

Destarte, é possível averiguar que a maior parte das famílias do Assentamento Renascer ainda preservam hábitos alimentares herdados de seus antepassados, ainda que se perceba a confluência destes, que geralmente estão associados a uma alimentação mais reforçada e, portanto, saudável, com o consumo de alimentos industrializados. Assinala-se que, entre as mudanças nos hábitos alimentares, ao logo do tempo, em relação ao passado, há o consumo atual de alguns alimentos com dosagens altas de veneno, além das técnicas de conservação dos mesmos, como no caso das carnes, hoje armazenadas em geladeiras e congeladores e não mais na banha.

Os relatos das famílias entrevistadas demarcam a prevalência de algumas práticas culturais na agricultura utilizadas ainda em seus locais de origem, como o hábito de cultivar hortaliças para o consumo próprio, a atenção ao calendário lunar no plantio de determinadas culturas, o preparo do melado e o uso de equipamentos manuais ou de tração animal no trabalho agrícola. Esta constatação impede de afirmar que a modernização da agricultura se deu de modo totalmente homogêneo no contexto empírico pesquisado.

Já, com relação às práticas agrícolas empregadas nos locais de origem e que não são mais utilizadas hoje, observa-se um paradoxo. Ao mesmo tempo que as famílias se referem às heranças como elementos vivos em suas memórias, elas não mencionam fazer uso de algumas práticas agrícolas na atualidade. Depreende-se daí a tentativa de romper com o passado marcado pelas dificuldades ainda nos lugares de origem, ou, também, quando ainda não tinham acesso aos elementos do pacote tecnológico impostos pela modernização agrícola.

Ainda sobre a manutenção do tecido social e cultural, nota-se que as famílias possuem o relativo costume de participar de festividades recreativas e culturais promovidas no Assentamento e, de modo geral, no município de Canguçu. Neste sentido, destaca-se a forte relação destas famílias com a religiosidade, constatando que todos os grupos entrevistados frequentam alguma comunidade de fé. Outro

ponto que merece destaque é o envolvimento delas em associações, cooperativas e sindicatos, o que facilita o acesso a determinados benefícios no que concerne ao trabalho agrícola.

Importante espaço tem as trocas, a ajuda mútua e as outras formas de cooperação entre as famílias entrevistadas, os seus parentes e a vizinhança de um modo geral. Isso reforça os laços de solidariedade e de sociabilidade das famílias entrevistadas mediante o auxílio nos trabalhos realizados diretamente com a produção agrícola, além daqueles prestados, ocasionalmente, pelas famílias aos seus parentes no tocante às necessidades da unidade doméstica. Assim, estas formas de ajuda mútua e cooperação são fundamentais para manter o tecido social no contexto empírico pesquisado.

Por conseguinte, a despeito da existência de patrimônios culturais e materiais no Assentamento Renascer, observa-se a importante alusão à Casa do Mel e à Escola de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, construída a partir do local que sediava a antiga fazenda. A Escola, por sua vez, é fundamental para a manutenção da identidade das famílias assentadas, uma vez que ela trabalha dentro da perspectiva de valorizar a vida, o trabalho e a resistência destas famílias no que diz respeito à permanência na terra, apesar de todos os percalços.

Conforme mencionado, todas as famílias entrevistadas possuem áreas de matas nativas em seus respectivos lotes. As principais práticas de conservação, deste modo, empregadas por elas, vinculam-se ao evitar a derrubada, a queimada e o roçado dos trechos de vegetação natural. E, com relação à preservação da paisagem rural, as ações das famílias entrevistadas estão restritas à separação do lixo reciclável, ao plantio de árvores ao redor das casas e à devolução das embalagens de agrotóxicos nos locais de compra dos mesmos. Há, assim, o cruzamento de algumas práticas de conservação das áreas de vegetação nativa com a preservação da paisagem rural do assentamento entre as famílias entrevistadas.

Entrementes, é possível afirmar que o potencial multifuncional da agricultura familiar desempenhada pelas famílias do Assentamento Renascer se manifesta de variadas formas, com mais ou menos intensidade. Tão logo a reprodução social e

econômica das famílias, a promoção da segurança alimentar das mesmas e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural figuram como funções que reafirmam as possibilidades da multifuncionalidade no contexto empírico pesquisado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS. **Ciência e Natureza**, Santa Maria-RS, v. 30, n. 1, p. 149-172, 2008.

ALVES, F. D. **Mudanças Teórico- Metodológicas da Geografia Agrária Brasileira**: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. 2010. 350p. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.129, p. 637-51, set./dez. 2006.

AMARAL, R. As Mediações Culturais da Festa. **Revista Mediações**, v. 3, nº 1. Londrina: jan/jun 1998. p. 13-22.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Orgs.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, V. 11, nº. 31, São Paulo: IEA, 1997. p. 37-49.

BERNADELLI, M. L. F. da H.. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs) **Cidade e Campo**: Relações e Contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a lei n 7.802, de 11 de julho de 1989. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm). Acesso em: 9 de mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **SAF**: Linhas de Crédito. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito> Acesso em: 20 de mai. 2019.

CAMPOS, P. T. C.; MARTINS, G. de A. Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.17, n.3, p.164-9, set./dez. 2012.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009. p. 1-16.

CARDOSO, J. H.; FLEXOR, G.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 60-73.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. (Orgs.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 17-27.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.) **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 255-269.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARMO, M. S.; MOREIRA, R. M. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v.51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica da entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, 1998, v. 9, p. 143-159.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea>. Acesso em: 13 de mai. 2019.

COSTA, M. B. B.; GAVIOLI, F. R. **As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar**: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Competência**: RESP, Piracicaba, v. 49, n.02, p. 449-472, abr./jun. 2011.

CORONA, H. M. P.; FERREIRA, A. D. D. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, A. D. D. et al. **Do rural invisível ao rural que se reconhece**: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed: UFPR, 2012. p. 109-174.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**: Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.8-13, junho de 2013.

DAVID, C. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS. 2005. 231f. Doutorado (Desenvolvimento regional e urbano) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DURKHEIM, É. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**. Paris: PUF, 1968.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273p

EMATER. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do P.A. Renascer Canguçu-RS**. Canguçu-RS, s.d.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, B. M. et al. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERNANDES, S. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental de sistemas agrários: Um estudo sobre a agricultura familiar camponesa no distrito de Santa Teresinha - Palmeira das Missões/RS**. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

FINATTO, R. A; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, p.199-217, dez. 2008.

FRANZ, J. C. **A formação de um sistema agrário híbrido: Estudo de caso sobre as continuidades e rupturas na agricultura familiar de Lajeado/RS**. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

GALVÃO, M. J.; VARETA, N. D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, Portugal 2010. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8282.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

GERARDI, L. H. O; SALAMONI, G. **Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov**. **Geografia**, Rio Claro, p. 197-208, 1994.

GIL, A. C. **Amostragem na pesquisa social. Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 99-109.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v.46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, p. 11-24, jan. 2003.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. de M. A contribuição do trabalho de campo para a pesquisa científica. In: DAVID, C. de; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs). **Agricultura & Transformações socioespaciais**: Olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015. p. 47-57.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, p. 93-104.

KONZGEN, Q. R. da S. **A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar**: Um estudo de caso na localidade da Glória - 1º Distrito do município de Canguçu/RS. 129f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: \_\_\_\_\_. **A agricultura familiar**: uma comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 61-88.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

MACHADO, C. J. B. **“Aqui até o arado é diferente”**: transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MAICÁ, E. D. Sementes. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 697-704.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MALVEZZI, R. Hidronegócio. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 395-402.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Pesquisa. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 155-173.

MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. Campesinato e Marcha para Oeste: Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 9-38.

MARIN, J. O. B. Em marcha para Oeste: travessias de camponeses. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 251-292.

MARQUES, F. C.; MENASCHE, R., TONEZER, C.; GENESSINI, A. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MIGUEL, L. de A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 11-38.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual do Plano Safra para agricultura familiar 2003-2004**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional da Agricultura Familiar.

MORAES, D.; VILELA, S. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 104-122.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 128p.

NAGLIS, S. G. B. A difícil conquista da terra para viver: as experiências dos colonos na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 293-322.

NASCIMENTO, M. T. do. Método, Metodologia e Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **ÍCONE – Revista de Letras**, São Luís de Montes Belos, v.2, p.147-162, jul. 2008.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.) **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

- NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 57-81.
- NUNES, C. C.; PINTO, V. P. S. Campo, cidade, rural e urbano: categorias e representações. **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Niterói, 2009. p. 1-20.
- OLIVEIRA, V. L. de. O assentamento como terra de missão: religião e processos de territorialização dos sem-terra no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 4, n. 1, 226-259, jan./jun. 2014.
- PESSÔA, V. L. S.; SOUZA, M. M. O. de. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 173-190.
- PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 23-35.
- PICOLOTTO, E. V. Os atores da construção da categoria Agricultura Familiar no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n.1, p. 63-84, 2014.
- PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgeo**, Lisboa, v. 20/21, p. 67-71, jul. 2007.
- PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-56.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Ed. UNESP; Ed. UFRGS, 2016. 192p.
- PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRETTO, F. M.; MONASTIRSKY, L. B. O patrimônio cultural rural: a vivência dos moradores do Distrito Rural de Guaragi - Ponta Grossa - Paraná. **Anais do XI Encontro Nacional De Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, Presidente Prudente: UNESP, 2015. p. 5231-5242.
- PRIEBBERNOW, H. M. **Perspectivas da juventude rural: um estudo a partir da Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Soares Ribeiro – Canguçu/RS**. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2015.
- QUEIROGA, J. L. de. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (Orgs.). **Do rural**

**invisível ao rural que se reconhece:** dilemas ambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2011.

RIGOTTO, R. M.; ROSA, I. F. Agrotóxicos. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 86-94.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Orgs.) **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SABOURIN, E. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. Palestra. 16. Congresso Internacional de Sociologia, Aracaju, 2003.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estud. soc. agric.**, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 161-189, 2005.

SABOURIN, E. Ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. **Anais do 1º Encontro da Rede Rural**, Rio de Janeiro: UFF, 2006. p. 1-11.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANDRONI, P. Os anos 70: Produção familiar na agricultura e a questão agrária. **Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura**. São Paulo: ASESP/CEBRAP, 1984.

SANTOS, M. de. S. **Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino (a) em Dourados, MS (1940-2002)**. 162f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, Ademir, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Publicado em GRAMMONT, H. C. de e MARTINEZ V., Luciano (Comp.) (Org.) **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie, 2009.

SCHNEIDER, S. Prefácio à edição brasileira. In: PLOEG, Jan D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Ed. UNESP; Ed. UFRGS, 2016. p. XIII- XXI.

SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Conheça o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>. Acesso em: 26 Set. 2018.

SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 02 Out. 2018.

SEYFERTH, G. Imigrantes Colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, D. P. **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. v.2. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 39-63.

SILVA, J. M.; MENDES, E. de P. P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S.; RAMIRES, J. C. de L.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SIMCH, T. **Produção familiar na agricultura: um exemplo de tipologia no município de Canguçu/RS**. 194f. Tese (Doutorado em Integração Regional), Universidade Federal de Pelotas, 2002.

SOBARZO, O. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SODRÉ, M. T. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural: um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS**. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SOUZA, M da G. **Tempos de chegada e tempos de partida Escola Oziel Alves Pereira: enraizando e amarrando as pontas entre conhecimento e produção**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2009.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 714-723.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

THIES, V. G.; THUM, C. Sabores da colônia: alimentação como estratégia da memória. In: MENASCHE, R. (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 189-200.

TURATO, E. R. **Decidindo quais indivíduos estudar**. *Tratado de metodologia da pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 351-368.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias. In: \_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B. (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 89-96.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. (Org). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 9-16.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WELCH, C. A. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. A. **A comida, a família e a construção do gênero feminino.** Série Antropologia, Brasília, 50, 1985.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método.** 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE

## APÊNDICE 1 – Roteiro das Entrevistas

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome da família:

Local de origem da família:

Referência para localização- GPS:

Data:

Localidade:

Legenda:

	Sistema Social
	Sistema Técnico
	Sistema Produtivo
	Multifuncionalidade da Agricultura

**1** Quantidade de pessoas que residem no lote familiar (**Sistema Social e M.A**)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Sexo (F ou M)									
Idade									
Escolaridade									

**EFI**= Ensino Fundamental Incompleto

**EFC**= Ensino Fundamental Completo

**EMI**= Ensino Médio Incompleto

**EMC**= Ensino Médio Completo

**ESI**= Ensino Superior Incompleto

**ESC**= Ensino Superior Completo

**A**= Analfabeto

**NIE**= Não está em Idade Escolar

**2** Quantidade de pessoas que trabalham no lote familiar (**Sistema Social**)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Sexo (F ou M)									
Idade									
Escolaridade									

**3** Quantidade de pessoas que desenvolvem atividade agrícolas e não agrícolas concomitantemente?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Sexo (F ou M)									
Idade									
Escolaridade									

**4** Caso desenvolva atividades não agrícolas, quais seriam?

Indústria	Comércio	Serviços

5 Possui Carteira de Trabalho Assinada?

Sim	Não

6 Quantidade de pessoas que residem no lote familiar, mas desenvolvem apenas atividades não agrícolas

	0	1	2	3	4	5	6	7	8 ou +
Sexo (F ou M)									
Idade									
Escolaridade									

7 Quais seriam estas atividades?

Indústria	Comércio	Serviços

8 Porque estas pessoas que desenvolvem outras atividades, concomitantemente ou permanentemente, passaram a realizá-las?

Complemento da renda da propriedade	Renda própria

Outro, especifique \_\_\_\_\_

9 Existem empregados no lote familiar, de forma permanente ou temporária?

Não há	Permanente (n°)	Temporário (n°)

10 Há pessoas aposentadas no lote familiar? Quantas?

	Sim	Não
Número		

11 Condição do produtor?

Proprietário	Arrendatário	Assentado	Outro, qual?

12 Forma de aquisição do lote familiar?

Herança	Compra	Posse	Outro, qual?

13 Qual o tamanho do lote familiar (Ha)? \_\_\_\_\_

14 Possui área de mata preservada no lote familiar? Quanto de APP e Reserva Legal? (**Sistema Técnico e M. A.**)

Sim (n° de ha)	Não

15 Quais os tipos de cultivos existentes no lote familiar? ( - de meio hectare; - de uma hectare)

Tipos	Área (ha)	Mercado	Autoconsumo
Fumicultura			
Feijão			
Soja			
Milho			
Hortifrutigranjeiros			
Fruticultura			
Ovos			
Mel			
Leite			
Outro, qual?			

16 Quais produtos representam maior importância na composição da renda familiar e por quê?

1º) \_\_\_\_\_ 2º) \_\_\_\_\_ 3º) \_\_\_\_\_

17 Quais os tipos de rebanhos existentes no lote familiar?

Tipo	Quantidade	Mercado	Autoconsumo
Bovino			
Suíno			
Aves			
Equino			
Ovino			

18 Quais são as técnicas utilizadas na produção? (**Sistema Técnico**)

	Sim	Não
Maquinário Agrícola – Animal		
Maquinário Agrícola – Mecânico		

Adubação Orgânica		
Aubos Químicos		
Sementes Crioulas		
Sementes Geneticamente Modificadas		
Melhoramento Genético Animal		
Agrotóxicos (pesticidas, fungicidas, inseticidas...)		

19 Ocorre a utilização de crédito rural?

Sim	Não	Eventualmente

Qual? \_\_\_\_\_

20 Possui Assistência Técnica? (**Sistema Técnico**)

Embrapa	EMATER	Sindicato	Prefeitura	Indústria	Não Possui

21 Como são os hábitos alimentares da família?

	Sim, especifique:	Não
Utiliza alimentos industrializados?		
Utiliza, predominantemente, alimentos produzidos na propriedade?		
Utiliza, predominantemente alimentos produzidos fora propriedade?		
Existem hábitos alimentares herdados de gerações anteriores?		
Os alimentos adquiridos fora da propriedade são de escala local?		

22 No decorrer do tempo, você percebeu mudanças nos hábitos alimentares? E por qual motivo? (**Multifuncionalidade da Agricultura**)

23 A família preserva alguma prática cultural na agricultura herdada dos antepassados? Quais? (**Multifuncionalidade da Agricultura**)

**24.** Quais as práticas agrícolas que eram usadas no local de origem e que hoje não são mais utilizadas?

**25** A família participa de atividades culturais e recreativas no município?

Atividades	Participantes?
Festas Comunitárias?	
Futebol Colonial?	
Festa Regional do Caqui e da Maçã?	
Grupos de Danças Tradicionais? Especifique qual.	
Outras atividades? Especifique qual?	

**26.** Há a realização de trabalho não-agrícola entre os membros que integram o grupo familiar? Se sim, quais atividades são essas?

**27.** A família, no contexto da unidade de produção, trabalha com a comercialização de produtos agrícolas para atender demandas externa? Se sim, quem são os compradores dos produtos?

**28.** Em relação à renda da família que compõe o lote familiar, de onde a mesma é proveniente?

**29.** A produção agrícola realizada pela família assentada volta-se para o autoconsumo? Se sim, quais os gêneros cultivados?

**30.** Em relação àquilo que o grupo familiar não produz nos limites da unidade de produção, mas necessita para garantir a sobrevivência, de onde é adquirido? Que produtos alimentares são esses?

**31.** A produção agrícola realizada no lote familiar visa atender as demandas de mercados institucionais, como, por exemplo, a venda direta através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? Se sim, quais são os produtos destinados a essas vendas?

**32.** Os membros do lote familiar tem o costume de participar em associações ou cooperativas? Se não, quais os motivos que impedem a participação?

**33.** Quais os laços existentes entre a família e a religiosidade?

**34.** No âmbito das famílias que fazem parte do Assentamento Renascer, há alguma espécie de ajuda mútua ou cooperação entre os vizinhos em um período de safra, por exemplo?

**35.** No lote familiar existem Áreas de Proteção Permanente (APPs)? Se sim, quais as práticas de conservação das mesmas?

**36.** Quais são as principais técnicas empregadas pela família, no lote familiar, a fim de preservar a paisagem rural?

**37.** Existe, no assentamento, algum patrimônio material (moinhos, casas antigas, entre outros)? Se sim, qual a importância atribuída a ele(s)?